

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Filosofia e Ciências — Campus de Marília

Thaís Caroline Lacerda Mattos

**“UMA ERA SEM PRECEDENTES” E A GRANDE ESTRATÉGIA DO SONHO
CHINÊS DE REJUVENESCIMENTO DA NAÇÃO**

Marília — SP

2021

Thaís Caroline Lacerda Mattos

**“UMA ERA SEM PRECEDENTES” E A GRANDE ESTRATÉGIA DO SONHO
CHINÊS DE REJUVENESCIMENTO DA NAÇÃO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como um requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais

Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires

Marília — SP

2021

M444" Mattos, Thaís Caroline Lacerda
"Uma era sem precedentes e a grande estratégia do sonho chinês de rejuvenescimento da nação / Thaís Caroline Lacerda Mattos. -- Marília, 2022
156 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Marcos Cordeiro Pires

1. China - Relações exteriores. 2. Publicidade governamental. 3. Poder (Ciências sociais). 4. Governo representativo e representação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

THAÍS CAROLINE LACERDA MATTOS

**“UMA ERA SEM PRECEDENTES” E A GRANDE ESTRATÉGIA DO SONHO
CHINÊS DE REJUVENESCIMENTO DA NAÇÃO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como um requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais

Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires
(UNESP — orientador)

Prof. Dr. Luis Antônio Paulino
(UNESP — membro)

Prof. Dr. Hermes Moreira Júnior
(UFGD — membro)

Prof. Dr. Gustavo Enrique Santillán
(UNC — membro)

Prof. Dr. André Luiz Scantimburgo
(IEEI, UNESP — membro)

Marília, 15, dezembro 2021

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A conclusão desta obra, em uma conjuntura bastante crítica do país, em termos social, político, econômico e de saúde, não seria possível sem a colaboração do pessoal que constituiu o ambiente “virtual” universitário da UNESP de Marília, SP – profissionais do quadro docente e funcionários, que permitiram a continuação das atividades e projetos que ocorrem na instituição, além dos poucos colegas discentes que, apesar dos desafios impostos pelo advento da pandemia de Covid-19, agregaram à minha vida acadêmica e pessoal, novas perspectivas com o reforço do sentimento de união, força e luta.

É necessário também que eu agradeça à minha amada família pelo incentivo constante e pelo amor incondicional. Em especial minha mãe Antônia Ataíde e meu pai, Valdemir Lacerda, que acolheram a mim e aos meus filhos num período bastante desafiador e específico de minha vida.

Agradeço grandemente ao professor Marcos Cordeiro Pires pela convivência pessoal e acadêmica nos últimos 10 anos, por viabilizar importantes materiais que me auxiliaram na pesquisa sobre a China, pelo apoio acadêmico, por celebrar comigo todas as pequenas (e grandes) conquistas, e pela parceria no projeto “Latino Observatory”. Impossível esquecer de agradecer o prof. Tullo Vigevani, por dispensar toda a sua atenção afetuosa, além de todas as orientações acadêmicas nos anos iniciais do meu doutorado.

Não posso deixar de agradecer aos professores Luis Antonio Paulino e Hermes Moreira Júnior pelas ótimas sugestões no momento de minha banca de qualificação, e aos professores Gustavo Enrique Santillán e André Luiz Scantimburgo que completaram a banca de defesa com suas observações valiosas.

Agradeço aos meus parceiros de consultoria na “Múltipla”, Suzana Bandeira e Rafael Guanaes, pela abertura das possibilidades no belíssimo encontro das culturas chinesa e brasileira, e pela rica amizade que encontrei em vocês.

Meu agradecimento especial às mulheres do “Coletivo de Mulheres Marília”, aos amigos fundamentais, Celso Miasato, Hércules Paulino, Marcela Semeghini e Marcelo Sampaio, e à minha querida terapeuta, Mariana Giometti Grassi.

RESUMO

Nos últimos anos, têm sido comuns, na mídia estatal, congressos e documentos oficiais emitidos pelo PCC de que a China está passando por “Uma Era sem Precedentes” 一个前所未有的时代. O enfrentamento dos desafios da Nova Era implicaria uma nova formulação teórica do partido e da história do desenvolvimento do marxismo, com consequências práticas na economia, governança institucional, sociedade e política externa da China, confluindo na resolução da contradição atual, qual seja, o desenvolvimento desequilibrado e inadequado frente às crescentes necessidades do povo para uma vida melhor. Frente a isso, a presente tese tem por objetivo analisar os elementos distintivos da administração de Xi Jinping em relação aos seus precedentes, com relação tanto à superestrutura quanto às forças produtivas. Num primeiro momento, nos concentraremos na questão da ideologia política e social, tendo por base a análise conteudista do discurso político, em que ocorre um forte resgate das tradições históricas do país, mesclada pelo reavivamento das posturas maoistas. Num segundo momento, nos debruçaremos sobre a construção de fontes de poder estrutural da China, tal como define Susan Strange, como a evolução de sua capacidade defensiva, a consolidação de um moderno parque industrial, a internacionalização do RMB e da criação de bancos multilaterais de desenvolvimento e, por fim, pela formação técnico-científica e os avanços em segmentos de ponta, tais como telecomunicações e inteligência artificial.

Palavras-chave: Uma Era Sem Precedentes. Xi Jinping. Sinicização do Marxismo. Poder Estrutural. Ideologia.

ABSTRACT

In recent years, state media has reported congresses and official documents issued by the CCP that China is experiencing “An Unprecedented Era” 一个前所未有的时代. Facing the challenges of the New Age would imply a new theoretical formulation of the party and the history of the development of Marxism with practical consequences for China's economy, institutional governance, society and foreign policy, converging in resolving the current contradiction, namely, unbalanced and inadequate development in the face of the growing needs of the people for a better life. Faced with it, this thesis aims to analyze the distinctive elements of Xi Jinping's administration in relation to its precedents, both in relation to the superstructure and also with productive forces. At first, we focus on the issue of political and social ideology, based on the content analysis of political discourse, in which there is a strong rescue of the country's historical traditions, which is mixed by the revival of Maoist positions. In a second moment, we focus on the construction of structural power sources in China, as defined by Susan Strange, as the evolution of its defense capacity, the consolidation of a modern industrial park, the internationalization of the RMB and the creation of multilateral banks development and, finally, technical-scientific training and advances in cutting-edge segments, such as telecommunications and artificial intelligence.

Keywords: An Unprecedented Era. Sinicization of Marxism. Xi Jinping. Sinicization of Marxism. Structural Power. Ideology.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eventos desencadeadores de “modo de crise”	51
Tabela 2- Definições da “contradição principal” e do “foco de trabalho” do PCC.....	94
Tabela 3- Quesitos em que a China superou os Estados Unidos e respectivos anos.....	119
Tabela 4- Produção dos principais produtos industriais e taxas de crescimento em 2020.....	120
Tabela 5- Ampliação da capacidade de infraestrutura em 2020.....	121
Tabela 6- Composição das reservas oficiais de câmbio por moedas (2020 – 2021).....	128.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- China em perspectiva histórica (2852 a.C. — 2017 d.C.)	32
Figura 2- Evolução dos gastos militares dos Estados Unidos, China e Rússia entre 1991 e 2020 — em bilhões de US\$ e % do PIB.....	111
Figura 3- Quadro comparativo e prospectivo das capacidades militares de China e os Estados Unidos frente a um eventual conflito na Ásia.....	112
Figura 4- Quadro comparativo das forças armadas de China, Estados Unidos, Rússia, Índia, Japão e Coreia do Sul.....	113
Figura 5- Destinação do IED da China por regiões.....	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Participação do PIB Mundial — 1700 a 2003 (com projeção para 2030)	34
Gráfico 2- Evolução do PIB dos Estados Unidos e China em dólares correntes e projeção para 2034.....	118
Gráfico 3- Saldo comercial da China: 1990 a 2020 (em bilhões de US\$)	124
Gráfico 4- Investimentos da China no exterior (2000-2019)	126
Gráfico 5- As despesas com atividades de pesquisa e desenvolvimento experimental (P&D) e suas taxas de crescimento (2016-2020)	135

LISTA DE SIGLAS

- ADB** — *Asian Development Bank* (Banco Asiático de Desenvolvimento)
- AI** — Artificial Intelligence (Inteligência Artificial)
- AIIB** — *Asian Infrastructure Investment Bank* (Banco Asiático Investimento e Infraestrutura)
- A2/AD** — *anti-access/área-denial*
- APEC** — *Asia-Pacific Economic Cooperation* (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico)
- ASEAN** — *Association of Southeast Asian Nations* (Associação das Nações do Sudeste Asiático)
- AUKUS** — *Australia, United Kingdom and United States* (Austrália, Reino Unido e Estados Unidos)
- BREXIT** — *British Exit* (Saída britânica)
- BRI** — *Belt and Road Initiative* (Iniciativa Cinturão e Rota)
- BUILD ACT** — *Better Utilization of Investment Leading to Development* (Melhor Utilização do Investimento que leva ao Desenvolvimento)
- B₃W** — *Build Back Better World Partnership* (Construir uma Parceria para um Mundo Melhor)
- CELAC** — Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
- CGC** — *Center on China and Globalization* (Centro sobre China e Globalização)
- CT&I** — Ciência, Tecnologia e Inovação
- DoD** — *Department of Defense* (Departamento de Defesa)
- DPI** — Direitos de Propriedade Intelectual
- DRLSG** — *Deepen Reform Leadership Small Group*
- ECS ADIZ** — *East China Sea Air Defense Identification Zone* (Zona de Identificação de Defesa Aérea do Mar da China Oriental)
- ELP** — Exército de Libertação Popular
- EUA** — Estados Unidos da América
- FELSG** — *Finance and Economic Leadership Small Group*
- FMI** — Fundo Monetário Internacional
- FONOP** — *Freedom of Navigation Operations* (Operações de Livre Navegação)
- MLE** — *Mass Line Education* (Educação de Linha de Massas)
- NMMPR** — *New Model of Major Power Relationships* (Novo Modelo de Relacionamento entre Grandes Potências)

NSA — *National Security Agency* (Agência de Segurança Nacional)

NSC — *New Socialist Countryside* (Novo Campo Socialista)

NSS — *National Security Strategy* (Estratégia de Segurança Nacional)

OIC — Organização Internacional do Comércio

OMC — Organização Mundial do Comércio

ONU — Organização das Nações Unidas

OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte

P&D — Pesquisa e Desenvolvimento

PCC — Partido Comunista da China

PCUS — Partido Comunista da União Soviética

RCEP — *Regional Comprehensive Economic Partnership* (Parceria Regional Econômica Abrangente)

RMB — Renminbi (moeda chinesa)

RPC — República Popular da China

SMC — *Shanghai Municipal Council* (Conselho Municipal de Shanghai)

SCO — *Shanghai Cooperation Organisation* (Organização da Cooperação de Shanghai)

SIPRI — *Stockholm International Peace Research Institute* (Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo)

URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USPACOM — *United States Pacific Command* (Comando do Pacífico dos Estados Unidos)

USINDOPACOM — *United States Pacific Command* (Comando Indo-Pacífico dos Estados Unidos)

WASP — *White Anglo-saxon Protestant* (Branco, Anglo-saxão, Protestante)

ZEE — Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
O Despertar da “Era Sem Precedentes” com X Jinping	9
Delimitação de Pesquisa: a legitimidade da governança do Partido Comunista Chinês sob a liderança de Xi Jinping	17
Problema, Referencial Teórico e Tese	21
1. A MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: FLEXIBILIDADE, EXPERIMENTAÇÃO E PRAGMATISMO	31
1.1 A Criação da República Popular da China e seu Contexto Histórico	33
1.1.1. Reforma e abertura.....	38
1.1.2. Os desafios e as contradições criadas pela rápida modernização.....	42
1.2. A Governança do PCC e o Lugar da Nova Burguesia Chinesa	44
1.2.1. Tensões sociais e gerenciamento de crises.....	47
2. A COMPETIÇÃO ENTRE A CHINA E OS ESTADOS UNIDOS COMO ELEMENTO DE PRESSÃO SOBRE A GOVERNANÇA CHINESA	54
2.1. Origens do Relacionamento Sino-Americano	54
2.1.1. Reaproximação estratégica entre China e Estados Unidos: engajamento e contenção.....	58
2.1.2. A China como um desafiador estratégico para os Estados Unidos.....	64
2.1.3. O “ <i>pivot</i> para a Ásia” (2011 – 2016)	65
2.1.4. Do “ <i>pivot</i> para a Ásia” à aliança indo-pacífica (QUAD e AUKUS)	68
2.2. Considerações Parciais	73
3. XI JINPING E O SONHO CHINÊS NA ERA SEM PRECEDENTES	74
3.1. Choque de Ideias, Valores e Posicionamentos	75
3.1.1. Governança revolucionária: educação política, cultural e econômica.....	80
3.1.2. Táticas chinesas de representação via o gerenciamento da reputação global.....	84
3.1.2.1. Contradições domésticas e a liderança do PCC.....	87
3.1.2.2. Propaganda e engajamento discursivo.....	96
4. CONSTRUÇÃO DO PODER ESTRUTURAL DA CHINA	104
4.1. O Poder Estrutural da China	107
4.1.1. Defesa e segurança.....	110

4.1.2. A capacidade de produção.....	117
4.1.3. As finanças e a internacionalização do RMB.....	123
4.1.4. As capacidades científicas e tecnológicas da China.....	131
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	136
CONCLUSÃO.....	137
REFERÊNCIAS.....	144

INTRODUÇÃO

A nova emergência da República Popular da China 中华人民共和国(RPC) no contexto sócio-político-econômico mundial desperta muitos debates acerca do futuro de seu modelo de desenvolvimento, marcado pela estrutura política marxista-leninista, pelo protagonismo do Partido Comunista Chinês (PCC) e pela crescente mercantilização da vida social. Contrariando as expectativas de diversos analistas internacionais defensores da teoria da modernização, como Samuel Huntington (1971; 1991), Seymour Lipset (1960), Barrington Moore (2010), W.W. Rostow (1959) e Talcott Parsons (1971), que previam o enfraquecimento do PCC enquanto o país ficasse mais rico e se ampliasse o tamanho das classes médias, o que se tem visto é que a estrutura política do país mostra-se robusta sob a liderança do Partido Comunista, e que o modelo chinês pode se apresentar enquanto paradigma para outros países da periferia do sistema mundial no intuito de alcançar o desenvolvimento econômico.

Observa-se que a China se destacou no cenário internacional inicialmente ao apresentar um modelo de desenvolvimento nacional cujas principais características se assentam no notável poder de controle do Estado — este forjado pelos elementos da luta anti-imperialista desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, e nas estruturas organizacionais historicamente constituídas (que imprimem os sentidos ontológicos e civilizacionais ao processo) cujo sistema político de partido único se edificou em 1949 e solidificou no final da década de 1980, justamente quando o sistema soviético entrou em colapso e as reformas econômicas iniciadas em 1979 começavam a mostrar seus resultados.

Por se tratar de um modelo de governança “*sui generis*”, ou seja, divergente e não facilmente reproduzido, muitos desses debates revisitam questões de maior complexidade quanto ao papel da China e ao seu relacionamento com os demais países do globo. Na perspectiva ocidental, o modelo chinês suscita muita desconfiança, visto que apesar de o país se inserir de forma muito competitiva na economia internacional, mantém um sistema político que julgam obsoleto e ineficiente, e cujo Estado é onipresente. Isso causa maior apreensão porque as teses liberais foram refutadas pelo fortalecimento econômico e pelo consequente fortalecimento do PCC. De outro lado, a liderança chinesa encontra dificuldades para apresentar à comunidade internacional a sua própria visão de mundo e esclarecer o papel que o

país exercerá internacionalmente. Pois, na visão do governo de Pequim, o país não é uma potência desafiante da ordem internacional e tampouco busca uma posição hegemônica, mas apenas garantir os meios para viabilizar o seu desenvolvimento econômico e social.

Considerando o papel de liderança exercido pelos Estados Unidos desde o fim da II Guerra Mundial, a ascensão de um novo competidor do porte da China é vista como uma ameaça às suas pretensões hegemônicas. Daí o fato de os Estados Unidos iniciarem uma ofensiva abrangente para frear a ascensão chinesa, principalmente a partir de 2011, quando lançam a estratégia de “*pivot para a Ásia*”, que foi posteriormente ampliada por Donald Trump a partir de 2018 como uma frente Indo-Pacífica (QUAD)¹, para aglutinar seus aliados regionais contra a China. Nessas atitudes, chama atenção à guerra comercial e tecnológica, as ações de desestabilização em Hong Kong, as denúncias sobre um suposto genocídio em Xinjiang, ameaças à perda da soberania de Taiwan, dentre outras questões importantes aos chineses.

A situação apresentada se deve, principalmente, ao fato de que o sistema mundial moderno viu seu eixo central de acumulação de capital se transferir para a Ásia, tendo a China o “centro articulador e perifizador do resto da economia mundial”, tronando a região da Ásia-Pacífico o palco de uma “nova competição geopolítica mundial” frente aos Estados Unidos (FIORI, 2007, p. 39). Apesar de seu *status* de única superpotência global, o país está sendo confrontado por um desafio mais abrangente do que foi a Guerra Fria, em que a União Soviética buscava estender sua influência em diversas partes do mundo. Hoje, não há um choque de modelos

¹Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quad). Denominada OTAN da Ásia, o Quad é composto por Estados Unidos, Austrália, Japão e Índia. O grupo foi formado em 2004 em torno da questão prática de reverter os estragos causados pelo tsunami que varreu o Oceano Índico naquele ano. O então primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, apresentou a proposta de criar uma estrutura permanente para o grupo. Na ocasião, a ideia não prosperou além do fim de seu mandato à frente do Gabinete japonês, em 2006. O resultado desse esforço diplomático se limitou a uma reunião do grupo em 2007. Quando Shinzo Abe retornou ao posto de primeiro-ministro, em 2017, mas encontrou, no entanto, um ambiente muito mais favorável à implementação de sua ideia, que ganhou novo impulso com a chegada de Donald Trump ao poder, que fez do Quad o núcleo da política externa estadunidense para a Ásia e também levou à transformação do antigo Comando do Pacífico (PACCOM) e estender suas operações para o Oceano Índico, o Comando Indo-Pacífico (INDOPACCOM). A nova gestão de Joe Biden aprofundou ainda mais esta tendência, ao incorporar o Reino Unido na frente antichinesa por meio do AUKUS, uma parceria para fornecer tecnologia nuclear à Austrália para a construção de submarinos. Ver: *A adesão do governo Biden à cúpula do Quad*, 23 mar. 2021, in: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Poder-e-ContraPoder/A-adesao-do-governo-Biden-a-cupula-do-Quad/55/50203>; Ver também: *Aukus: UK, US and Australia launch pact to counter China*, 16 sep 2021, in: <https://www.bbc.com/news/world-58564837>>. Acesso em: 30 out. 2021.

econômicos, já que a China se integrou à economia capitalista mundial e se tornou o principal parceiro comercial de inúmeros países. Trata-se de um modelo diferente que rompe com a ideologia econômica neoliberal.

O que a difere hoje na questão da evolução da ordem internacional é que, pela primeira vez nos últimos quinhentos anos, pode-se mencionar a ascensão de um país não europeu e um povo não branco, como no caso do povo chinês e da nação chinesa, pois, analisando historicamente, os Estados Unidos são a extensão da cultura e da economia da Inglaterra no continente americano e, a China, diferente de outros países asiáticos, é o único país que poderia desafiar a ordem atual e que possui armas nucleares.

A supremacia econômica alcançada pelos Estados Unidos é herdeira do projeto de expansão dentro e fora de seus limites continentais, e o propósito divino do Destino Manifesto² confirmou-se como uma ideologia conducente neste processo. Nesse contexto, expressões como “estender o espaço de liberdade”, “integridade territorial e administrativa” e “salvando o mundo para democracia”, entre outros, respaldaram as “atitudes e práticas imperiais” em sucessivas gerações (WILLIAMS, 2007, p. 4). Ainda de acordo com Williams (2007, p. 5) “Esse processo de reificação — de transformar as realidades de expansão, conquista e intervenção em retórica piedosa sobre a virtude, riqueza e democracia — alcançou seu apogeu durante as décadas após a Segunda Guerra Mundial”.

Vale ressaltar que, desde a sua formação, a nação norte-americana é imbuída de um sentimento de excepcionalidade que condiciona suas ações, acreditando que seus valores e suas políticas advêm de um suposto estatuto divino que lhe confere a legitimidade para pregar as suas convicções como se fossem valores universais e/ou naturais. Nesse sentido, somado pela influência das prerrogativas estratégicas do país, o discurso preza que qualquer formação política que não esteja baseada nos seus princípios da democracia representativa, do direito de propriedade e nos chamados

² A concepção de uma doutrina do “Destino Manifesto” foi criada por John O’Sullivan em 1845, no momento em que o país incorporava o território do Texas à União. No entanto, já antes deste período, os colonos da Nova Inglaterra, estes em grande parte de origem puritana que se enxergavam como os verdadeiros cristãos, já se viam como o novo “povo eleito” de Deus, imbuídos de uma missão de expandir para as novas terras a sua população e as suas convicções religiosas. A constituição dos Estados Unidos, em 1776, impulsionou este movimento, levando as Treze antigas Colônias a ocuparem toda a extensão de terra entre os Montes Apalaches e o Oceano Pacífico, incorporando nesta conquista as terras da Espanha, da França e, principalmente, do México (WILLIAMS, 2007).

“direitos do homem” não possui legitimidade, portanto, deve ser forçado/estimulado a se reformar. Tal discurso pressiona o modelo de governança chinesa há anos:

Embora muitos no Ocidente possam acreditar que a China vê apenas oportunidades em seus planos do século XXI, sua motivação é muito diferente. Durante grande parte de sua turbulenta história moderna, a China esteve sob ameaça de potências estrangeiras, tanto dentro da Ásia (notavelmente o Japão) quanto fora dela (o Reino Unido e a França em meados do século XIX). Os governantes da China, portanto, veem o engajamento estrangeiro como uma fonte menos de oportunidade do que de ameaça, incerteza e até humilhação. (MITTER; JOHNSON, 2021, n.p., tradução nossa).

Apesar do reconhecimento do desafio imposto pela estratégia dos Estados Unidos na constante busca por manutenção de poder, a China sempre afirmou que não se coloca em uma posição de desafiante, pois não lhe interessaria tumultuar a ordem estabelecida, mas sim, realizar reformas dentro da institucionalidade vigente. No entanto, tal situação que permeia o conflito entre os dois países, não depende exclusivamente da iniciativa chinesa, pois o posicionamento dos Estados Unidos pode ser decisivo no desfecho de disputas hegemônicas, visto que o conflito direto, e não a concertação, parece ser a “regra” histórica nas relações entre a potência emergente e a já estabelecida.

Observa-se que Graham Allison (2015), ao analisar dezesseis estudos de caso sobre disputas hegemônicas desde o século XVI, constatou que apenas quatro não resultaram em guerra. Daí ele concebeu o termo “Armadilha de Tucídides” na análise das relações internacionais, que trata da suposta inevitabilidade de um conflito entre grandes potências, em alusão ao famoso historiador grego que descreveu a Guerra do Peloponeso, quando as cidades-Estados de Atenas e Esparta disputavam a hegemonia no mundo helênico. Nesse sentido, a compreensão desse fenômeno, do ponto de vista de alguns analistas das relações internacionais dá-se sob a perspectiva de Guerra Fria, da inevitabilidade do conflito direto, ou ainda, da lógica do equilíbrio de poder.

Tais perspectivas, no entanto, são frutos de uma cultura geograficamente localizada e de influência histórica greco-romana cristã o que, para os chineses, não podem ser aplicadas mecanicamente à realidade de seu país, visto que a formulação de suas estratégias políticas e diplomáticas não pode ser conformada à experiência ocidental. Nessa perspectiva, a lógica do Ocidente relacionada ao seu comportamento de expansão ideológica e territorial, que legitimou “narrativas coloniais e imperiais de

superioridade, inferioridade e benevolência das missões civilizatórias” em termos políticos, sociais, econômicos e até morais não pode ser transplantada para a experiência chinesa (ZHANG; MCGHEE, 2017, p. 13).

A importância desses apontamentos se dá frente a preocupação por parte dos chineses acerca da retórica da “ameaça chinesa” (*China's threat*), concebida inicialmente no governo George H. W. Bush, no contexto dos acontecimentos da Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*) em 1989. Herdeira do “sistema de doutrinação” contra os perigos do comunismo — discurso muito comum durante toda a Guerra Fria e que ainda é repetidamente alardeada pelas vias da máquina de propaganda ocidental — essa retórica adotaria premissas essencialmente insidiosas e estabeleceria uma base de fundamentação de tais críticas ao Estado chinês. Importante lembrar que o “Memorando Powell” (1971) apontava de maneira incisiva a ameaça comunista ou dos “esquerdistas desvairados” aos interesses da classe capitalista nos Estados Unidos e, devido a essa suposta perseguição, a defesa do país frente a uma potência inimiga devia ser assunto de Segurança Nacional. Para tanto, também foi organizado nos Estados Unidos um sistema amplo de doutrinação voltado à educação popular doméstica e à orientação internacional sobre os perigos do comunismo desde o final da II Guerra Mundial, cujo ápice foi o período do macarthismo, entre 1947 e 1957. Essa retórica anticomunista está sendo retomada com muita força nos últimos anos nos Estados Unidos, tornando-se um novo consenso bipartidário.

Com base nisso, nos últimos anos, são claras as tentativas de contenção e agressão por diversas vias partindo dos Estados Unidos em relação à China, o que inclui a expansão constante da presença militar daquele país e de seus aliados na Ásia e no Pacífico, assim como guerras de informação, de propaganda e comerciais. O tema da democracia nas discussões que envolvem a China nesses termos, tem sido central, pois a narrativa ocidental está baseada na falsa percepção (ou no desejo) de que a economia chinesa fatalmente irá colapsar em algum momento, forçando a elite do país a rever sua estrutura política e econômica e adotar o sistema político democrático liberal.

Com base nessa crença, uma democracia considerada autoritária como a da China, não poderia, em tese, ser legítima, demandando um trabalho ideológico contínuo, somado às pressões econômicas e políticas para debilitar a hegemonia do PCC no governo. Nessa perspectiva, retomando a teoria da modernização, o

crescimento econômico e o aumento da prosperidade do povo chinês pressupõem que a China se mova em direção ao modelo de uma democracia liberal em termos políticos e econômicos e, ainda, que se abduca do poder exercido pelo governo como “investidor, regulador e proprietário da atividade intelectual” de seu país (MITTER; JOHNSON, 2021, n.p.).

No entanto, parece ser a própria capacidade de sustentação do crescimento e desenvolvimento econômico no país que promove maior legitimidade do socialismo chinês. Ao fundar um novo paradigma da construção do “socialismo com características chinesas”, Deng Xiaoping reafirmava o caráter constitutivo do estágio inicial do socialismo e a importância do crescimento aliado ao desenvolvimento econômico do país como base de sustentação de um país em plena reconstrução política e social:

O marxismo tem importância extrema para desenvolver as forças produtivas. Dizemos que o socialismo é o estágio primário do comunismo e que no estágio avançado, o melhor de cada um será aplicado de acordo com suas habilidades e necessidades. Isto necessita de uma força produtiva altamente desenvolvida e de uma grande abundância de riquezas materiais. [...] A superioridade do sistema socialista é demonstrada, na análise final, pelo maior e mais rápido desenvolvimento daquelas forças que estavam sob o sistema capitalista. Assim que se desenvolvem, a vida cultural e material do povo serão constantemente melhoradas. Um de nossos defeitos depois da fundação da República Popular foi a insuficiência de nossa atenção para desenvolver forças produtivas. O socialismo significa eliminar a pobreza. O ‘pobrismo’ não é socialismo, muito menos comunismo. (DENG, 1980, n.p., tradução nossa).

A declaração citada se situa no contexto em que se inaugurava o programa de “reforma e abertura” e da decisão de Deng Xiaoping em minimizar críticas domésticas e internacionais cada vez mais volumosas à governança e políticas implementadas por Mao Zedong no período anterior devido à importância de se garantir investimento externo. Assim, o compromisso afirmado do modelo a ser seguido com a marca do “socialismo com características chinesas” foi fundamental para viabilizar os objetivos do governo por meio da combinação das fontes consideradas da tradição chinesa com o fundamento revolucionário do estado que o legitima, como veremos posteriormente. No entanto, o termo “características chinesas” que dá nome ao modelo chinês — mesmo que sua lógica interna seja disponibilizada de forma clara pelos chineses — é motivo de remota das mais diversas suspeitas, que poderiam ser traduzidas como intenção de desafio à ordem mundial democrática ou como uma “agenda secreta” que

estabelece quais regras acordadas pelas organizações internacionais que devam ser alteradas para benefícios próprios e, até mesmo, como um bordão repetido e esvaziado de sentido pensado apenas para mitigar possíveis pressões populares pela reforma do sistema político para o estabelecimento democrático (ZHANG; MCGHEE, 2017).

O conjunto de suspeitas, como veremos mais adiante, potencializa-se enquanto conteúdo e força política das democracias ocidentais, em especial, dos Estados Unidos, na conjuntura do despertar da crise de 2008 e da disputa hegemônica de contornos iniciais na Ásia Pacífico, com o governo Barack Obama e a estratégia de “*pivot para a Ásia*”. Dessa forma, iniciativas que vão desde políticas de governo até táticas de sobrevivência no tabuleiro geopolítico internacional, de uma civilização cujo passado histórico é tão obliterado, como no caso da China, podem ser percebidas enquanto “buscas obcecadas por cultura estratégica, equilíbrio de poder e mudanças geopolíticas” (STANZEL, 2017, p. 1).

Apesar dos motivos que orientam essas discussões, a lógica das suspeitas apresentadas podem também ser justificadas pela própria História, que demonstra como podem ser estabelecidas relações baseadas em um “equilíbrio de poder” no momento em que se firmam pactos formais e informais que garantem a estabilidade do sistema, ou pelo padrão de “guerra fria”, ou seja, quando duas superpotências militares evitam o conflito direto sem deixar de desenvolver capacidades agressivas e defensivas, ou também de envolver terceiros países no contexto de embate hegemônico.

Observando o atual estado da relação entre Estados Unidos e China, nota-se a intenção chinesa de evitar tanto o “equilíbrio de poder”, característico da maior parte do século XIX europeu, quanto a Guerra Fria, que caracterizou grande parte da segunda metade do século XX. Ao buscar o seu “desenvolvimento pacífico” veremos que o governo chinês criou um paradigma: o de um “novo tipo de relacionamento entre grandes potências” (“*The New Model of Major Power Relations*” — NMMPR), que basicamente evita a confrontação e abrir caminhos para um relacionamento cooperativo, segundo o entendimento chinês de como uma nova ordem global mais plural deva ser construída.

Outro ponto importante que poderia escancarar as lacunas acerca do conhecimento da história e, por consequência, da cultura chinesa, é a suposição de que os chineses têm uma visão de mundo totalmente assimilada dos países

ocidentais, o que haveria de moldar como esses vivem, se relacionam, trabalham, consomem e compreendem suas autoridades políticas. Uma nação-civilização, como a China, já passou por outros momentos em que a influência estrangeira moldou a sua sociedade, como as dinastias, mongol ou manchu. De fato, a longeva civilização chinesa baseada na etnia Han, mesmo subjugada por potências estrangeiras, acabou por “sinicizá-las”, e os “bárbaros” acabaram por se submeter aos ritos e à cosmogonia da China tradicional. Mesmo considerando que não existe uma ação missionária do governo chinês para exportar os seus valores, as instituições acadêmicas, *think-tanks*, periódicos e debates nas mídias eletrônicas estão crescendo em número e qualidade, dando amplitude e profundidade à cultura e à política externa da China.

Na atual conjuntura em que se intensificam as ações do Estados Unidos em conter a China, é importante compreendermos o novo papel assumido pelo PCC sob a liderança de Xi Jinping, visto que acompanhamos um maior protagonismo político do partido tanto em centralização de poder como organização ideológica, como os trabalhos de base e a estratégia de “gerenciamento da reputação global” (RIVERA, 2008).

Na esfera doméstica, os trabalhos de base são elaborados internamente ao partido, no estilo das antigas “campanhas de massa” que, em alguns aspectos, estão sendo comparados àquelas empreendidas durante a liderança de Mao Zedong. De acordo com esse entendimento, tal centralidade estaria relacionada tanto ao intuito de atingir metas nacionais de desenvolvimento e assegurar a estabilidade interna quanto à posição defensiva do país frente às restrições que estão sendo impostas pelo governo de Washington e seus aliados, notavelmente desde o começo da década de 2010. Vale destacar que tais restrições não são apenas dos governos Obama ou Trump e, mais recentemente de Biden, pois como afirmamos, configuram-se como políticas de Estado, visto que as ações que buscam conter a China possuem amplo consenso bipartidário sendo parte da grande estratégia estadunidense no século XXI na manutenção da sua hegemonia global.

A China, neste contexto de ascensão rápida e continuada, é encarada como um *hegemon* em construção e forte candidata a um cenário de riscos ao poder e influência mundial dos Estados Unidos, principalmente quando se considera uma possível intenção revisionista chinesa aos arranjos internacionais possibilitada por uma aliança estratégica emergente entre China e Rússia (KENDALL-TAYLOR; SHULLMAN, 2021).

O Despertar da “Era Sem Precedentes” com Xi Jinping

São fortes as evidências de que a China contemporânea ganhou maior notoriedade internacional não apenas com o seu vigor econômico, mas também com o protagonismo político exercido pelo secretário-geral do PCC e presidente da China, Xi Jinping, comparável em importância na história da China moderna apenas a Mao Zedong e Deng Xiaoping. Chama atenção que, já no início do seu governo em 2012, a mídia oficial e os documentos do Partido daram a ênfase de que a China está passando por “Uma Era sem Precedentes” — *Yige Qiansuoweyou de Shidai* (一个前所未有的时代). Nos debates do 18.º Congresso do Partido Comunista Chinês em 2012, o discurso sobre essa Nova Era foi assim abordado na fala de Xi: “[...] Estamos sem precedentes perto do centro do cenário mundial, sem precedentes perto do objetivo de alcançar o grande rejuvenescimento na nação chinesa, e alcançaremos sem precedentes esse objetivo” (XINHUANET.CN 光明日报 在 新华网, 2015, p. 1, tradução nossa).

Tendo como ponto de partida o materialismo dialético e a longa experiência filosófica chinesa, a liderança do PCC postulou “três conclusões científicas sem precedentes” para a Nova Era:

[1.ª sem precedentes]: A China começou a se mover da borda do cenário mundial para o **centro**; [2.ª sem precedentes]: hoje a China está sem precedentes perto do objetivo de alcançar **o grande rejuvenescimento da nação chinesa**; [3.ª sem precedentes]: agora que as condições domésticas estão em vigor e o ambiente internacional é favorável, estamos mais próximos do grande objetivo da **revitalização nacional** do que em qualquer período da história. Mais confiante e capaz de realizar essa bela visão do que em qualquer outro período da história. (XINHUANET.CN, 2015, p. 1–2, tradução e grifos nossos).

Antes de se tentar classificar tais determinações como apenas mais uma retórica ou discurso esvaziado dos chineses, é importante destacar que “Uma Era sem Precedentes” não rompe com as diretrizes do passado ou com o pensamento dos líderes de outrora, apesar do novo tom conferido ao discurso, mas de reforçar a posição do Partido e da sociedade frente aos novos e duros desafios que a conjuntura internacional impunha ao país. É factível pressupor que elementos básicos que vieram constituir novos conceitos já presentes, por vezes, mais discretamente em discursos e comunicações às instituições chinesas e, com mais evidência, logo no início da

chegada de Xi Jinping ao poder. Há algumas versões de interpretações quanto ao seu fundamento ideológico, sendo comum aquela que o entende enquanto marco orientador de um trabalho que busca reaproximação entre povo e partido (HOLBIG, 2017).

Apesar da recorrência com que é citada a estratégica do “desenvolvimento pacífico”, a liderança chinesa mostra uma expressão mais abrangente, pois segundo a diplomacia oficial, a centralidade em Xi na governança da China busca uma nova orientação que redefina as diretrizes do PCC para atuar como instrumento de renovação da política externa chinesa e, com isso, marcar sua diferenciação com relação ao padrão de lideranças anteriores.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a reforma política, em contraste com o modelo enrijecido da ex-URSS, é uma constante na China desde a criação da República Popular, em 1949, passando pela política das “Cem Flores”, “Grande Salto Adiante”, “Revolução Cultural Proletária”, “Reforma e Abertura” e o “Sonho Chinês”. Isso evidencia a abertura do Partido para a inovação e experimentos em sua governança, o que reflete o seu pragmatismo para fazer frente às necessidades históricas apresentadas, reforçando o modelo de organização política, cultural, social e econômica, o que difere muito do paradigma ocidental. O sociólogo Eric Li (2017) chama atenção ao fato de que, no Ocidente, os partidos se alternam no poder, mas não há mudanças efetivas na política; em contraposição, apesar de a China manter o sistema de partido único, as mudanças políticas são constantes³. No contexto atual, a pergunta que emerge daqueles que observam tais movimentações dos chineses, em especial, a partir de do novo guia ideológico lançado no contexto do 18.º Congresso do PCC com Xi, é a de saber qual é a motivação intrínseca ao novo discurso.

Na ocasião do 70.º aniversário da fundação da RPC em 2019, o Livro Branco chinês, intitulado “China e o Mundo na Nova Era”, enfatizou elementos que ressaltam a excepcionalidade do país ao demonstrar dados estatísticos quanto à melhoria dos padrões de vida de seu povo, às conquistas almejadas pelo seu desenvolvimento econômico acelerado, aos progressos tecnológicos alcançados pela indústria de inovação, aos projetos de desenvolvimento sustentável e aos programas de

³ Ver debate: *USA vs. China Political Change*. 2017. Eric Li & John Pilger. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V9-D8h4iDal>>. Acesso em: 20 out. 2021.

cooperação entre países com seu suporte e articulação, dentre outros aspectos. Ademais, enfatizando o caminho do “Socialismo com Características Chinesas” às condições próprias do país, é afirmado no documento que:

A China repousa sobre um espírito pioneiro, como atravessando o rio sentindo as pedras, não refazendo o mesmo caminho dos passos do Imperialismo e colonialismo, nem copiando o **modelo de desenvolvimento dos países ocidentais**, mas resplandecendo seu próprio caminho com ousados experimentos, baseados em suas próprias condições, experiência e lições, bem como das realizações de outras civilizações. (WHITE PAPER, 2019, n.p., tradução e grifo nossos).

É enfatizado ainda o “milagre do desenvolvimento sem precedentes na história humana” da China, que teria proporcionado mudanças favoráveis à sua população — como “dignidade e respeito antes desconhecidos” — assim como o maior protagonismo no ambiente internacional ao sinalizar propostas para a reforma da atual governança global. Essa intenção seria possibilitada pela alteração das estruturas mundiais de poder desenhadas a partir da dominação ocidental nas decisões políticas e econômicas globais iniciadas nos primórdios da primeira revolução industrial. Consoante o mesmo documento, houve a propositura de diversas iniciativas de importância internacional elaborada a partir da realidade de uma China “mais proativa”⁴ e mais “*going out, bringing in*”⁵ em grande escala. Ressalta-se ainda que “em um ‘discurso importante’ aos ministros e líderes provinciais em 26 de julho, Xi afirmou que desde 1949 a China experimentou uma ‘ascensão histórica desde que se

⁴ Como uma nova tática de articulação chinesa nos assuntos externos com a liderança de Xi Jinping, a “proatividade” pode ser traduzida partindo-se da diretriz do “*Marília — SP*”, no inglês. O termo surgiu em outubro de 2013, na conferência sobre diplomacia regional chinesa, da qual participaram todos os membros do Comitê Permanente do PCC e cujo objetivo principal foi orientar o trabalho diplomático da China com os países vizinhos. Considerada como “a conferência de mais alto nível sobre política externa desde a fundação da RPC em 1949” [...] “no discurso de Xi [...] ele exortou fortemente os diplomatas chineses a adotarem os princípios ou diretrizes do ‘*Fen Fa You Wei*’, (奋发有为, ‘esforço por realização’), ‘*Gengjia Jiji*’ (更加积极, ‘ser mais ativo’) e ‘*Gengjia Zhudong*’ (更加主动, ‘tomar a maior iniciativa’)”. (SØRENSEN, 2015, p. 66, tradução nossa). Importante aqui a referência de que é comum a utilização do termo “assertivo” dentre os analistas internacionais, ao fazer referência do comportamento do atual líder no direcionamento da política externa chinesa contemporânea, no entanto, essa palavra traduzida no mandarim – 断言的 *Duanyan de* – tem sentido bastante negativo entre os chineses.

⁵ As políticas de internacionalização de empresas chinesas (com origem principalmente em 1999 a partir do projeto “*Going Global*”) e de aquisições e fusões a partir de 2004 (M&As, sigla no inglês), fazem parte da estratégia “*Going out, Bringing in*”. Com esse conjunto de iniciativas, o governo chinês “permite o acesso a tecnologias, conhecimento de gestão e controle de marca” (ARBIX et al., 2018, p. 7). Em números, “o valor das fusões e aquisições no exterior aumentou para US\$30,2 bilhões, aumentando 479% de \$6,3 bilhões em 2007. Até 2016, o valor total das fusões e aquisições internacionais flutuou, mas cresceu a uma taxa média de 12,5%”. (Chen et al., 2018, p. 02).

reergueu [1949–1976], tornando-se rica [1978–2012] até ficar forte [de 2012 em diante]” (HOLBIG, 2017, p. 4).

Outra grande novidade, talvez inesperada aos olhos dos analistas ocidentais nos primeiros cinco anos da liderança de Xi Jinping, foi a reforma constitucional empreendida no 19.º Congresso do PCC em 2017. Naquele momento, foi inserida a formulação do “Pensamento de Xi Jinping sobre Socialismo com características Chinesas para uma Nova Era” — *Xij Jinping xin shidai zhongguo tese shehui zhuyi sixiang* (习近平新时代中国特色社会主义思想), consagrando e solidificando sua trajetória política na história da nação. O *status* de tamanha importância ocorreu antes, duas vezes na história do país, com a “Teoria de Deng Xiaoping” (após sua aposentadoria) e o “Pensamento de Mao Zedong” (após sua morte). Somados ao “pensamento de Xi”, o que se pretende é uma continuação de seus desenvolvimentos enquanto teoria e prática em congregação ao “Marxismo-Leninismo”, a “Teoria das Três Representam” — *San ge daibiao* (三个代表) — e a “perspectiva científica sobre desenvolvimento”, instituindo, assim, um “guia de ação para o Partido e os chineses para o grande rejuvenescimento da nação chinesa” (XINHUA, 2017, p. 2, tradução nossa).

A mudança de Eras se daria por consequência das contradições de cada período, estabelecendo-se entre elas uma relação materialista dialética que não só demarcaria essas contradições de seu tempo correspondente, como orientaria o *policymaking* na China. Ainda na esteira do 19.º Congresso, emergiram novas palavras-chave, das quais destacamos, traduzidas para o inglês: “*global community of shared future*”⁶; “*a new model of international relations*”; “*belt and road initiative*”; “*upholding the greater good and pursuing shared interests (the principle)*”, e “*a vision of common, comprehensive, cooperative and sustainable security*” (WHITE PAPER, 2019, n.p.). É importante observar que esses novos conceitos e táticas de governo são ajustados

⁶Na tradução livre para o português, a “Comunidade de futuro comum para a humanidade” é um importante conceito relacionado ao “pensamento de Xi Jinping sobre diplomacia” na Nova Era, e foi incorporado à Constituição da RPC no ano de 2018. A intenção da frase busca afirmar a oposição chinesa aos três “ismos”: hegemônismos, imperialismos e colonialismos. Importante notar que a palavra “destino”, antes utilizada (“Comunidade de destino comum para a humanidade”), sofreu uma alteração no ano de 2015, frente às críticas internacionais acerca das desconfianças quanto à intenção de se atribuir um tom inevitável do discurso, enquanto correlação às intenções chinesas (talvez “ocultas”) no campo da política externa. Empregou-se, assim, uma tradução diferente para inglês utilizando no lugar a palavra “futuro”, apesar de que, em mandarim, não há alteração sintática e a frase (全球命运共同体) permaneceu igual, pois o sentido na língua chinesa tanto de “futuro”, tanto de “destino” – *Mingyun* (命运), são equivalentes (CHEN, 2021).

pelo Comitê Central do PCC enquanto um corpo coletivo, e não apenas concentradamente na figura de Xi Jinping, tal como já ocorria no período posterior à morte de Mao Zedong.

Dentre desse novo escopo, a mudança fundamental estaria na concentração de esforços para a criação de “Uma Nova Era de Modernização Socialista” — *Shehui zhuyi xiandaihua jianshe xin shidai* (社会主义现代化建设新时代), já que a China estaria no primeiro estágio do socialismo⁷, não apenas com questões ligadas à economia ou à tecnologia, mas também com temas relacionados à governança e ao império das leis (*rule of law*). Outro aspecto constitutivo da Nova Era implicaria numa nova formulação teórica do PCC e da “história do desenvolvimento do marxismo”, com implicações práticas na economia, modo de governança, sociedade e política externa da China, confluindo na resolução da contradição atual, qual seja, o “desenvolvimento desequilibrado e inadequado frente às crescentes necessidades do povo para uma vida melhor” (CHEN JIN 陈晋, 2017, n.p., tradução nossa).

Nota-se que na história do PCC, a contradição principal — *Zhuyao maodunde* (主要矛盾) se modificou por quatro vezes (em 1956, 1969, 1981 e 2017) e esteve relacionada aos seus contextos social, econômico e político. A resolução da última contradição com Xi Jinping na liderança do país, demarcaria a Nova Era como a última etapa desde o processo de reunificação do país desde a revolução de 1949 com o PCC. Cada contradição ainda demandaria novos métodos de trabalho do governo, o que se verifica na atual gestão. Importante notar que a análise da contradição atual, a partir da análise e concepção de Xi, se tornou um passo importante na conquista da “sinicização do marxismo” e o colocou no mesmo nível de Mao e Deng como os “arquitetos” das etapas anteriores. Além disso, “[...] reforçam sua autoridade política e emprestam-lhe a base moral a partir da qual pode implementar sua ambiciosa agenda para que a China ‘cresça forte’, tanto nacional como internacionalmente” (HOLBIG, 2017, p. 4).

⁷ Consoante o XIII Congresso Nacional do PCC no ano de 1987, no estágio primário do socialismo, tendo em vista as condições materiais e específicas do país, o papel do Estado na economia seria de coordenação, planejamento e regulação em concomitância às leis do mercado. Com a orientação das empresas também pelo Estado, são múltiplas as formas de propriedade dos meios de produção neste estágio. Apesar de algumas mudanças referenciais no sentido da construção do socialismo na China ao longo dos anos, os meios de produção e o planejamento estatal continuam fortemente controlados pelo estado, sendo o setor público chinês uma das bases fundamentais de poder do PCC.

Destaca-se que, no ano seguinte à aprovação da emenda constitucional que consagrou o pensamento de Xi, outra proposta de emenda constitucional foi aprovada, a que suprimiu da constituição chinesa o limite de dois mandatos consecutivos para presidente e seu vice, permitindo a permanência de Xi Jinping no poder por tempo indeterminado, reforçando, assim, o aumento das especulações quanto à concentração de poder em suas mãos e o receio de um maior protagonismo ao nível internacional nesta etapa da concretização de uma “China forte” como mencionado no discurso oficial (“crescer forte” ou “se fortalecer” — *Qiang qilai* 强起来).

Faz-se necessário mencionar o mais recentemente movimento político do governo chinês, a diretriz da “Prosperidade Comum”, que enfrenta os desequilíbrios ambientais e de rendimento na sociedade por ações que mitiguem o poder excessivo dos grandes oligopólios, como as *big techs* chinesas *Alibaba*, *Tencent*, *Baidu* e *ByteDance*, por exemplo, e que garantam maior equidade nas oportunidades, principalmente entre os estudantes que disputam vagas nas principais universidades do país. De acordo com Xi Jinping:

Para nos adaptarmos às mudanças nas principais contradições de nossa sociedade e atender melhor às crescentes necessidades das pessoas por uma vida melhor, devemos ter a promoção da prosperidade comum para todas as pessoas como ponto focal para a felicidade da população, e consolidar constantemente os alicerces da governança de longo prazo do partido. O desenvolvimento de alta qualidade requer trabalhadores de alta qualidade. Somente promovendo a prosperidade comum, aumentando a renda dos residentes urbanos e rurais e melhorando o capital humano, podemos aumentar a produtividade total dos fatores e consolidar a base para um desenvolvimento de alta qualidade. Atualmente, o problema da desigualdade de renda global é proeminente. Alguns países estão divididos entre ricos e pobres, e a classe média entrou em colapso, levando à ruptura social, polarização política e populismo. As lições são muito profundas! Nosso país deve impedir resolutamente a polarização, promover a prosperidade comum e alcançar a harmonia e a estabilidade sociais. (Xi, 2021, n.p., tradução nossa).

Nesse contexto, o tema da ascensão da China tornou-se recorrente nos fóruns internacionais, nos debates parlamentares no ocidente e nas agências de notícias na última década. Enquanto se estigmatiza a liderança chinesa por conta de uma “nova onda de autoritarismo”, governos e analistas internacionais mostram preocupação com a maior capacidade de a China para fazer frente a uma competição mais acirrada por influência global e sobre uma possível grande estratégia do país em moldar o conjunto das relações internacionais do século XXI, como os Estados Unidos efetuaram no século XX (BISHOP, 2021). No entanto, os chineses estão cientes das

táticas utilizadas pelas lideranças estadunidenses e têm procurado atuar na priorização e defesa de seus interesses mais intrínsecos, valendo-se da já mencionada proatividade nos assuntos externos — como demonstrado nos anos mais recentes sob a liderança de Xi Jinping — cuja política que carrega maior protagonismo é a Iniciativa “*Belt and Road Initiative*” (BRI), comumente conhecida no Brasil como a “Nova Rota de Seda”.

Não por acaso, no contexto das reformulações do governo orientadas a partir dos relatórios do 19.º Congresso do PCC em 2017, no *National Security Strategy of the United States of America* (NSS) de dezembro de 2017, do governo Donald Trump, afirmava-se o seguinte:

Por décadas, a política dos EUA esteve enraizada na crença de que o apoio à ascensão da China e à sua integração na ordem internacional do pós-guerra **liberalizaria** a China. Ao contrário de nossas esperanças, a China expandiu seu poder à custa da soberania de outros. A China coleta e explora dados em uma escala incomparável e espalha características de seu sistema autoritário, incluindo corrupção e uso de vigilância. Está construindo as forças armadas mais capazes e bem financiadas do mundo, depois das nossas. Seu arsenal nuclear está crescendo e se diversificando. Parte da modernização militar e expansão econômica da China se deve ao seu acesso à economia de inovação dos EUA, incluindo as universidades americanas de classe mundial. (NSS, 2017, p. 25, tradução e grifo nossos).

A Nova Era inaugurada por Xi, como parte da grande estratégia chinesa do “Sonho chinês” *Zhongguo meng* (中国梦) de “reascensão” ou “rejuvenescimento da nação” (atualizando o conceito originalmente concebido por Mao Zedong⁸), e agora a “Prosperidade Comum” parece não somente preocupar as lideranças estadunidenses na defesa da hegemonia mundial, mas também desafiar toda uma “infraestrutura operacional colonial” inaugurada pela lógica ocidental de exploração e conquista (ZHANG; MACGHEE, 2017, p. 2). Não apenas isso, estaria também em questão uma luta entre China e ocidente com base nos princípios originários e elementares de sistemas normativos distintos, o que coloca em dúvida a percepção ocidental do fundamento de suas normas e o questionamento de uma possível legitimidade do chamado “autoritarismo chinês” ao nível global.

⁸ Mao Zedong traçou a conexão entre a vitória de sua revolução e o renascimento da nação chinesa em suas famosas declarações na primeira sessão da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, em setembro de 1949, dez dias antes da fundação oficial da RPC, quando declarou de forma emocionada que o povo chinês finalmente “se levantou” (PERRY, 2013, p. 7-8).

O discurso das ‘ameaças chinesas’ ou ‘oportunidades chinesas’, sendo um grampo da política externa ocidental (especialmente nos Estados Unidos), no que lhe concerne ajuda a construir o ‘Outro’ chinês [...]. Este é ainda mais um caso na esteira das crises econômicas desde 2008, ‘quando o debate sobre governança econômica, formas de governança transnacional e a própria natureza da ordem global ocuparam um lugar central’ [...]. Os 30 anos de rápido crescimento econômico da China e seus sucessos em lidar com a crise financeira minaram seriamente o neoliberalismo [...]. (NAPOLEONI, 2011, p. 56).

A despeito das teorias que norteiam a citada construção desse “outro” chinês, é notável o poder crescente e influenciador da China no mundo. Desde sua fundação, passando pelo processo de Reforma e Abertura e, mais recentemente, quando o país constrói o “Sonho Chinês”, as transformações econômicas ocorridas na China têm contribuído para o maior protagonismo no cenário internacional. Suas capacidades materiais estão moldando o seu poder estrutural, tal como o define Susan Strange (2015), por meio do comércio internacional, de suas reservas de divisas, pelo desenvolvimento tecnológico e pela atuação de suas empresas. Por conta disso, o modelo chinês se apresentou como um desafio à ordem vigente.

É muito importante demarcar que o maior protagonismo da China no cenário internacional e a maior centralização política do governo chinês com Xi Jinping coincidem com o processo de ascensão política antidemocrática no ocidente e o ressurgimento do protecionismo e da xenofobia. Nesse sentido, vale mencionar a vitória do *Brexit* no Reino Unido, em 23 de junho de 2016, quando a população votou pela saída do país da União Europeia e, pouco tempo depois, a onda neoconservadora que impulsionou Donald Trump ao cargo de presidente dos Estados Unidos, em janeiro de 2017. Wendy Brown (2019) destaca alguns aspectos importantes do fenômeno recente da ascensão política antidemocrática no Ocidente nos últimos anos:

[...] Os ‘slogans’ das campanhas dizem tudo: ‘*Make America great again*’ [Faça a América grande de novo] (Trump), ‘A França para os franceses’ (Le Pen e a Frente Nacional), ‘*Take back control*’ [Recupere o controle] (*Brexit*), ‘Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha’ (Alternativa para a Alemanha), ‘Polônia pura, Polônia branca’ (Partido polonês da Lei e da Justiça), ‘Mantenha a Suécia sueca’ (Democratas suecos). Esses ‘slogans’ e o ressentimento que expressam conectaram grupos de franjas racistas outrora dispersos, católicos de direita, cristãos evangélicos e cidadãos suburbanos frustrados que despencavam da classe média e da classe trabalhadora. [A narrativa que] se tornou o senso comum da esquerda [...] não explica como o ataque à igualdade, combinado com a mobilização dos valores tradicionais, pôde aumentar o fogo e legitimar racismos dos legados coloniais e escravagistas que há tanto tempo fervem em fogo brando [...]. (BROWNM, 2019, p. 14–15).

Do ponto de vista da liderança chinesa — sendo altamente atenta às mudanças mundiais de poder e, principalmente, das políticas de contenção e ameaça estadunidenses — os eventos elencados acima são importantes. O presidente Xi Jinping, logo após a chegada de Trump à presidência dos Estados Unidos, declarou que se vivenciava um “período de oportunidade histórica” — *Lishi jiyu qi* (历史机遇期) que emergiu para expandir o foco estratégico do país para além do continente asiático, incluindo o vasto ambiente global e seus sistemas de governança. Nesta conjuntura, ainda de acordo com Xi, as “grandes mudanças não vistas em um século” e o “grande rejuvenescimento da nação chinesa” deveriam ser as duas posições estratégicas principais, nas quais os dirigentes do PCC deveriam se apoiar enquanto ponto de partida básico e inicial para o planejamento dos trabalhos do governo na atual conjuntura (XINHUA, 2018, n.p.).

Com a elaboração de um programa de mobilização popular que lembra o legado de Mao Zedong, como as campanhas de linhas de massa, o governo Xi cumpre o propósito de ser o divisor de águas no caminho do “grande rejuvenescimento da nação chinesa” possibilitado, a princípio, pelo aumento da coesão interna e pelo atingimento de metas previamente traçadas, como o aumento da renda *per capita*, a eliminação da extrema pobreza e a autossuficiência tecnológica. Nesta “Era sem Precedentes”, o país contaria com a firme e sensata liderança de Xi Jinping para enfrentar os crescentes desafios vindos do exterior.

Ao identificarmos as principais características da governança de Xi Jinping, observamos que a lógica que orienta os discursos da “Nova Era sem Precedentes” parece uma incógnita e fonte de apreensão aos olhos dos analistas internacionais por isso, reconhecemos a necessidade da reflexão acerca do processo de “reascensão” chinesa e sua atual posição estratégica no tabuleiro geopolítico internacional.

Assim, considerando que a reafirmação do caráter pacifista de seu desenvolvimento torna-se útil para esse debate das relações internacionais contemporâneas, é necessário elucidar as características da governança da China sob a liderança de Xi Jinping, com vistas a compreender a coesão social por detrás da até aqui bem-sucedida estratégia de desenvolvimento do país.

Delimitação de Pesquisa: A legitimidade da governança do Partido Comunista Chinês sob a liderança de Xi Jinping

Alguns estudos apresentam o tema da ascensão chinesa e de seu modelo de desenvolvimento como um paradoxo devido ao desafio de explicar o fato de a China conseguir evitar a chamada convergência sistêmica mundial, ou seja, o processo de liberalização econômica e política registrada na década de 1990. Vale lembrar que este tema é bastante caro aos chineses, visto que eles puderam acompanhar os impactos deletérios da chamada “Doutrina do Choque” na extinta URSS e nos demais países do Leste europeu. Teóricos da modernização neoliberal têm se perguntado sobre os fundamentos do modelo chinês e o porquê de uma economia que escapou da “armadilha da pobreza”, como a China, que construiu uma imensa classe média e não evoluiu no sentido de se tornar uma democracia de estilo ocidental. Assim, a proeminente pesquisadora Yuen Yuen Ang elenca as supostas pré-condições para o desenvolvimento de modo a refletir sobre o tema:

Todas as economias capitalistas ricas apresentam instituições de boa governança, como proteção de direitos de propriedade privada, burocracias profissionais, tribunais modernos, responsabilidade formal e participação pluralista, que parecem necessárias para mercados bem-sucedidos. No entanto, o alcance dessas pré-condições também parece depender do nível de riqueza econômica. (ANG, 2016, p. 1, tradução nossa).

Tal como discutimos anteriormente, a experiência da China é um paradoxo sob a ótica liberal, pois o processo de desenvolvimento acelerado ajudou a consolidar ainda mais a hegemonia do PCC na sociedade chinesa, e o modelo de governança chinês tem se mostrado adequado para organizar a sociedade e as instituições no sentido do “rejuvenescimento nacional”.

O debate trazido por Ang (2016) chama a atenção para a relação resolutiva entre economia e instituições intrínsecas ao desenvolvimento das nações ricas do Ocidente. No entanto, a extrapolação mecânica dessas experiências não se encaixa na perspectiva de países asiáticos tais como Taiwan, Singapura e mesmo a Coreia do Sul, em que o modelo democrático funciona mais na aparência do que no conteúdo, visto que esses países e regiões são ocupados militarmente pelos Estados Unidos e que, por isso, gozam de certos privilégios que outros países da região não possuem. Tal postura por parte dos teóricos da modernização busca “predestinar” a fonte do sucesso ou do fracasso de um país independentemente dos processos históricos e das condições geográficas.

Acerca de postulados equivocados que buscam predizer o futuro da experiência da China, com base na teoria da modernização, Samuel Huntington (1994) acreditava na queda do regime chinês devido à “terceira onda da democratização”, iniciada no início dos anos 1970 e aprofundada na década de 1990. De acordo com Nathan (2003, p. 6) “a teoria do regime sustenta que os sistemas autoritários são inerentemente frágeis devido à fraca legitimidade, excesso de confiança na coerção, supercentralidade da tomada de decisão e a predominância do poder pessoal sobre as normas institucionais”.

Tais ideias corroboram as percepções generalizadas no Ocidente, particularmente quando se desenham as instituições internacionais e a política externa estadunidense, que cria um mundo à imagem e semelhança dos Estados Unidos. Dentro dessa percepção a ser compartilhada nas mídias internacionais de ampla projeção, podemos citar como exemplos as perspectivas de especialistas do “*Financial Times*”, dos editorialistas da “*The Economist*” e, enquanto teoria, a tese central do “Fim da História” de Francis Fukuyama⁹, que teve ampla repercussão após o colapso da União Soviética. O cerne dessa perspectiva é a de que no momento em que se expande a prosperidade de um país — resultando na constituição de uma classe média — ocorreria o aumento do ativismo da sociedade (mais viabilizado pelo acesso à informação) e, assim, os regimes autoritários tenderiam a se reformar, dando espaço ao surgimento de instituições liberais e democráticas e permitindo a competição eleitoral.

Em outras palavras, para um país como a China (e até mesmo Vietnã ou Cuba, por exemplo), enquanto haja uma abundância generalizada e se forma uma nova classe média, como já mencionado, a sua expansão tende a pressionar o sistema político por conta de novas demandas sociais e econômicas, fazendo, assim, com que o regime de partido único seja forçado a se reformar, entregar o poder e iniciar a construção de instituições consideradas democráticas. Em suma, a tese é a de que a liberalização política chinesa seria inevitável devido ao o desenvolvimento econômico sustentado por uma governança que já estaria mostrando sinais de deterioração (PEI, 2008).

Tais teses podem ser condensadas no estudo de Stepan e Heilmann (2017, p. 33–35), que demonstra, em linhas gerais, os fundamentos das análises prospectivas

⁹ FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. NY: Free Press, 1992.

do caso chinês ao conceberem um conjunto das seis hipóteses mais comumente apresentadas nos estudos resultantes em pesquisas de política comparada dos teóricos da teoria da modernização. São elas: a) economia de mercado e um regime político autoritário não podem coexistir e não se sustentam; b) a democratização liberal é realizada a partir da força impulsionadora da classe média crescente; c) regimes autoritários tendem a colapsar, pois, não suportam a desestabilização doméstica resultante das desigualdades generalizadas; d) a estrutura hierárquica de estados centralizados não tem capacidade de ser flexível a novos estímulos conjunturais e aos desafios externos; e) estruturas estatais leninistas são “engessadas” e não concebem adaptações ou novos direcionamentos políticos, e f) inovações tecnológicas e criatividade não são constituintes da herança cultural chinesa.

Em contrapartida, ou como complemento a essas hipóteses comumente apresentadas, há uma gama de estudos acadêmicos no campo das Ciências Sociais que têm apresentado visões distintas, em certos aspectos, acerca do futuro político e econômico da China. Podemos citar os estudos de Andrew Nathan (2003, p. 6) e o conceito de “resiliência autoritária”, devido à percepção do autor de uma adaptação perspicaz à própria realidade econômica e social no momento de céleres transformações pelas quais a China transita. Já Sebastian Heilmann (2018) concebe o fenômeno da ascensão chinesa como beneficiada pelas formulações de políticas heterodoxas dos chineses. Yuen Yuen Ang (2016, p. 248) ressalta a importância do aparato burocrático nos processos de desenvolvimento chinês, mas, por outro lado, aponta a necessidade de se encontrar “novas fontes de adaptabilidade e inovação” com a libertação e canalização do “imenso potencial da sociedade chinesa” para a sustentabilidade do regime. Por fim, Barry Naughton (2014) destaca a centralidade do consenso como fator de vital importância aos processos políticos na China, dentre outros apontamentos.

Observa-se ainda que, no que tange às reformas econômicas e administrativas realizadas pelos líderes chineses após a morte de Mao Zedong, há leituras que apontam a iminência de um “governo que é muito mais institucionalizado, meritocrático e sensível aos sentimentos e queixas públicas [e], como resultado, o público chinês simplesmente teve poucos incentivos instrumentais para pressionar por mudanças políticas mais sistêmicas” (MCNALLY; WRIGHT, 2010, p. 190).

Quando se analisa especificamente a experiência chinesa, verifica-se que tais hipóteses não possuem respaldo conforme discutiremos nesta tese. É muito

importante considerar que o modelo de desenvolvimento é o resultado de um processo revolucionário liderado pelo Partido Comunista, em que o povo chinês adquiriu um expressivo grau de soberania frente às potências mundiais, garantindo ao país maior autonomia para organizar as suas estratégias nacionais, mesmo que não tenham sido bem sucedidas como o “Grande Salto Adiante”, e esse pré-requisito viabilizou o caminho para o desenvolvimento que se verifica atualmente.

O sistema chinês tem se mostrado resistente e, no ano de 2020, o governo do PCC é legitimado por 95% da população, conforme a pesquisa da *Ash Center na Kennedy School of Government*, de Harvard, realizada em julho de 2020 (MITTER; JOHNSON, 2021)¹⁰, e também segundo o relatório da *Edelman Trust Barometer* (2020), que indica 90% de confiança da população chinesa no governo.

O caso chinês reforça, assim, a necessidade de análise de outros fatores importantes e específicos que podem não estar contemplados em leis ou teorias que se pretendem universais.

Problema de Pesquisa, Referencial Teórico e Tese

Antes de tudo, partimos do pressuposto de que não é automática a relação de causalidade entre desenvolvimento econômico e democracia, e que tal afirmação é resultado de um consenso que se estabeleceu no segmento *mainstream* das Ciências Sociais predominantes no Ocidente, pois reflete os interesses dos países aos quais algumas das sub áreas estão vinculadas, tal como antes a Antropologia serviu aos interesses imperialistas europeus. Tal vínculo é bem elucidado por Loretta Napoleoni, tal como segue:

No imaginário coletivo ocidental, a China é um país comunista cujos habitantes são escravos de um regime ditatorial cruel que se aproveita de seu próprio povo. [...] Durante a Guerra Fria, promover essa mitologia [...] foi a tarefa daqueles segmentos da imprensa e da classe política ocidentais interessados em manter viva essa dicotomia bem/mal, uma imagem que celebra a democracia ocidental e denigre tudo o mais. (NAPOLEONI, 2011, p. 55).

¹⁰ Em referência aos membros da classe média chinesa, esses “parecem interessados principalmente na estabilidade política para garantir que sua prosperidade e riqueza recém-adquiridas permaneçam protegidas. Os canais da mídia estatal também têm feito uso de reportagens assiduamente selecionadas sobre as injustiças sociais em sistemas democráticos (como a violência e a discriminação nos Estados Unidos e na Índia, ou as brigas no parlamento em Taiwan e na Coreia do Sul) para plantar sementes de desconfiança na competição democrática entre grandes faixas da classe média”. (HEILMANN, 2017, p. 417, tradução nossa).

O discurso enviesado apontado pela autora é importante para contextualizar de forma crítica a atual realidade política mundial e os preconceitos de um pensamento que enquadra diferentes realidades, como a da China, em uma única formatação ideológica. Se isso um dia foi possível quando os países ricos detinham cerca de 70% do PIB mundial, isso já não é mais viável frente à ascensão econômica de grandes países em desenvolvimento, como a China, a Índia, a Turquia ou a Indonésia, que sofrerem em diferentes gradações os danos causados pelo imperialismo.

Logo, o que se pode afirmar em termos mundiais desde a última década do século XX, quando houve a expansão da chamada “democratização do mundo”, é que no final da década de 2010 aconteceu justamente o oposto com a ascensão de regimes autoritários que vão justamente à contramão da visão liberal de mundo, propagada principalmente pelo discurso dominante dos líderes estadunidenses¹¹ desde o período em que se inicia a Guerra Fria. Mesmo no chamado mundo ocidental, a eleição de Donald Trump foi uma evidência da emergência de grupos fascistas, xenófobos e antidemocráticos nos Estados Unidos — principalmente em contraponto à emergência de novos grupos étnicos que tendem a “ameaçar” a hegemonia da população branca, anglo-saxônica e protestante (WASP, sigla no inglês). A eleição por estreita margem de Joe Biden, em 2020, mostrou que as forças sociais que motivaram a ascensão da extrema-direita continuam ativas. A Europa, com os governos da Polônia e Hungria e, mais recentemente, no Brasil, com Jair Bolsonaro, provam que essa percepção de que a democracia aos moldes liberais se espalharia naturalmente pelo mundo continua em xeque.

Por conta disso, o modelo chinês deve ser observado com maior atenção, pois no curto período de quarenta anos formou-se uma classe média de cerca de 400 milhões de pessoas, a renda per capita do país multiplicou 24 vezes e o país eliminou a pobreza absoluta, e nem assim o PC chinês perdeu sua representatividade¹². Pelo

¹¹A retórica reflete também a história fundamental do país. Desde a sua formação, “a nação norte-americana é imbuída de um sentimento de excepcionalidade que condiciona suas ações, acreditando que seus valores e suas políticas advêm de um suposto estatuto divino que lhe confere a legitimidade para pregar as suas convicções como se fossem valores universais e/ou naturais” (LACERDA MATTOS, 2016, p. 8).

¹² De acordo com o *Data World Bank*, a renda per capita da China, em dólares constantes de 2015, saltou de US\$430 em 1980 para US\$10.430 em 2020. Disponível: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD?end=2020&locations=CN&start=1980>>. Acesso em: 20 out. 2021.

contrário, pois não se evidenciam, ao menos superficialmente, movimentos expressivos que o pudessem ameaçar.

Outro elemento notável na referência à sobrevivência do modelo chinês, contrariando as expectativas liberais, diz respeito às instituições de controle político organizadas no país com inspiração leninista. Essa estrutura possui amplos poderes em tomada de decisão e da capacidade de intervir nas questões políticas, administrativas, econômicas e sociais nos mais diversos aspectos. A reordenação econômica e política pós-revolução chinesa de 1949 baseou-se, em grande medida, nos princípios organizacionais do pensamento de Lênin (1870–1924), e os elementos-chave da ordem constitucional e governamental da RPC foram influenciados pelo modelo da antiga União Soviética.

É importante notar que, em muitos aspectos, a variante chinesa do sistema socialista difere-se em termos estruturais e ideológicos da matriz soviética, mesmo porque o grau de descentralização na China foi muito maior do que na URSS e outros países do bloco socialista. As estruturas organizacionais e o quadro partidário (situados em pontos principais de controle do sistema político) do PCC constituem os principais pilares do sistema de governo na RPC. Com o suporte dos comitês partidários e dos comissários políticos atuando em diversos níveis do Estado, nas universidades, nas empresas privadas e nos órgãos de segurança. Merece destaque o controle do Partido sobre as Forças Armadas, que se constituíram como um exército revolucionário. Não por acaso, as forças armadas chinesas se reúnem sob o nome de “Exército Popular de Libertação (EPL)”.

Partindo dos fundamentos da teoria crítica ao estudo das Relações Internacionais, é possível compreender como as ações de cada agente se articulam em três “esferas de atividade”, ou seja, entre Estados, forças sociais e ordens mundiais, e ainda como esses três níveis se inter-relacionam entre si, moldando-se ou causando transformações estruturais. Por meio do método das estruturas históricas, essas esferas de atividades revelam que as “mudanças na organização da produção geram novas forças sociais as quais, no que lhe concerne, trazem mudanças na estrutura de Estados; e a generalização de modificações na estrutura de Estados altera a problemática da ordem mundial” (COX, 1996, p. 100). Esse método de compreensão é derivado do pensamento de Gramsci que evidencia os períodos de crises orgânicas como aqueles capazes de dismantelar um bloco histórico e sedariam “a partir de incongruências desenvolvidas na chamada

superestrutura, tanto quanto de contradições que houvessem crescido entre a superestrutura e a infraestrutura” (MURPHY, 2014, p. 37). Assim, a infraestrutura dentro dessa lógica aparece como o modo de produção em Gramsci.

Nesse sentido, segundo o método das “totalidades limitadas” de Cox, as estruturas não podem ser pensadas como determinantes nas ações humanas, e sim, como parte de um contexto em que as “categorias de forças” são partes constituintes e devem ser analisadas, pois, conforme o autor, “a estrutura histórica não representa o mundo inteiro, mas sim uma esfera particular da atividade humana em sua totalidade historicamente situada” (COX, 1996, p. 100). As categorias de força que compreendem esse complexo de relações sociais, observadas por Cox, interagem numa determinada estrutura histórica sendo compostas por bases materiais, ideias e instituições:

Esta estrutura tem a forma de uma estrutura histórica, uma combinação específica de padrões de pensamento, condições materiais, e as instituições humanas que têm uma certa coerência entre seus elementos. Estas estruturas não determinam a ação dos povos, em qualquer sentido mecânico, mas constituem o contexto de hábitos, pressões, expectativas e limites dentro dos quais a ação tem lugar. (COX, 1996, p. 97, tradução nossa).

É importante assinalar que, apesar de se poder pensar a realidade social em termos estruturais, tal como defende o historiador Fernand Braudel e seus simpatizantes, isso não pode excluir a ação consciente dos agentes sociais que, nesse emaranhado de inter-relações, continuam possuindo capacidade política de agir em defesa de seus interesses, obtendo ou não sucesso. Por isso, atentamos para importância das instituições internacionais, as quais têm o papel fundamental de preservar e perpetuar — não para reprodução mecânica, mas sim, passível de conflitos endógenos causadores de mudanças — uma determinada ordem, garantindo a hegemonia mundial no plano consensual no sentido de Gramsci, porém, não restrita a elas (COX, 1996).

Quando uma nova ordem hegemônica se estabelece, tal como a fundada pelos Estados Unidos no período que se inicia com o fim da Segunda Guerra Mundial e permanece até os dias atuais, verificamos que, seguindo o raciocínio de Cox, existe:

[...] um dado arranjo ou conjunção coerente entre uma certa configuração do poder material (uma hierarquia econômica e militar), a imagem coletiva prevalecente da ordem mundial (um certo padrão a ser preservado e mantido, inclusive com suas normas) e o conjunto de instituições que administra essa

ordem com ares de universalidade no sentido de não parecer um mero instrumento de dominação do Estado líder. (FARIA, 2013, p. 220).

Contrariando outras correntes de pensamento, como as liberais ou institucionalistas, que creditam às instituições a capacidade de constranger o poder de atuação de um Estado hegemônico, Cox prova exatamente o contrário, pois, como vimos, as instituições se valem de artifícios poderosos de expansão e manutenção de regras e normas que atendem especificamente aos interesses mais intrínsecos ao *hegemon* estabelecido.

É importante frisar que essa perspectiva teórica atenderá como uma “lente” que nos auxiliará na compreensão do nosso objeto de pesquisa, pois se torna necessário analisar as relações sociais considerando os seus aspectos dialéticos. Não descartaremos, contudo, outras construções teóricas de aporte, tal qual poderá ser evidenciado no conjunto geral da presente pesquisa.

Apesar da aparente coerência nas estratégias desenvolvidas pelo governo chinês, existem também as diferentes concepções políticas que se abrigam internamente ao PCC, desde aquelas que preconizam um maior nível de liberalização econômica, até outras que enfatizam o nacionalismo e a completa superação dos efeitos do “Século de Humilhações” entre 1840 e 1949.

Na atual conjuntura internacional, em que se verifica toda a complexidade do debate acerca das reverberações possíveis das disputas entre Estados Unidos e China, assume grande importância analisar não apenas a governança do Partido Comunista da China, mas as características da liderança de Xi Jinping no processo que pode confluir em uma transição hegemônica ou, até mesmo, na concretização de um sistema multipolar.

Frente a essas considerações, a tese aqui defendida é de que a teoria da modernização não é adequada para se pensar o caso chinês e, em mais específico, o governo de Xi Jinping na Nova Era, em seu contexto doméstico e internacional, já que os fatos refutam esta postulação. Temos visto que o aumento da prosperidade nacional, o crescimento da chamada “classe média” e a maior centralização política e controle da geração e distribuição da riqueza nacional não redundaram em ameaças à hegemonia do Partido e que, pelo contrário, o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições materiais da população foram elementos que potencializaram o prestígio e consolidaram a liderança do PCC na sociedade chinesa, que nunca almejou a construção de uma democracia liberal ou de uma plutocracia no país.

A atenção especial à governança da China desde 2013 com Xi Jinping, se dá pela conjuntura em que o país saiu fortalecido da crise de 2008 e exerceu um maior protagonismo internacional, não apenas se consolidando como a segunda maior economia do mundo, mas se tornado um agente de peso em termos tecnológicos e no estoque mundial de investimentos. Nessa atuação, o conceito recente (2021) de “Prosperidade Comum”, demonstra o objetivo de combater aos desequilíbrios econômicos do país e, em simultâneo, de manter a coesão e a harmonia interna frente aos desafios internacionais.

Nessas condições, acreditamos que a ascensão de Xi Jinping é um divisor de águas frente às características das lideranças que imergiram no processo de Reforma e Abertura, como Jiang Zemin e Hu Jintao. Para enfrentar os novos desafios decorrentes do desenvolvimento interno e da maior competição internacional, o partido centralizou na figura de Xi Jinping (*core leader*) uma quantidade de poder que se assemelha àquela detida por Mao Zedong ou Deng Xiaoping. Entretanto, justamente neste momento de centralização, o governo chinês busca uma maior institucionalização (*rule of law*), principalmente para fazer frente às demandas internacionais associadas às regras de comércio e finanças. Este processo de centralização e toda a narrativa que o acompanha está sendo responsável pela maior coesão da sociedade no momento em que o país enfrenta uma maior confrontação dos Estados Unidos no chamado período de “Uma Era Sem Precedentes”.

Partimos da hipótese de que a reversão do modelo socialista e a suplantação da hegemonia do Partido Comunista, por meio da instituição de um sistema de competição eleitoral, enfraqueceria a China num contexto de disputas que se acirraram desde 2011, quando foi lançada a estratégia de “pivot” para a Ásia, reforçada a partir de 2018 como uma estratégia “Indo-Pacífico” (QUAD). O acirramento de disputas internas, comuns em países ocidentais, poderia levar o país à fragmentação ou mesmo à submissão ao papel que os Estados Unidos haviam reservado ao país não de uma grande potência, mas apenas de um lugar que pudesse servir para a acumulação de suas empresas. Assim, o novo rol da liderança chinesa, ao centralizar decisões, controlar setores importantes da economia e reforçar o gerenciamento da reputação global do país, possibilita uma maior resiliência chinesa às pressões externas.

Logo, a presente tese tem por objetivo analisar, sob perspectivas teóricas diferentes da teoria de modernização, os elementos distintivos da administração de Xi

Jinping em relação aos seus precedentes, tanto com relação à superestrutura como também às forças produtivas, numa relação dialética que congrega forças sociais que ultrapassam as fronteiras dos Estados e da sociedade civil. Compreendemos que essas forças sociais não se separam do Estado, pois são elementos que não apenas se conformam a uma determinada ordem, mas que podem atuar importantemente na sua transformação.

Após discutir o contexto internacional de uma possível Guerra Fria 2.0, nos concentraremos nos elementos internos da governança da China, como as questões relacionadas à ideologia política e social, tendo por base a análise conteudista do discurso político, em que ocorre um forte resgate das tradições históricas do país sendo mesclada pelo reavivamento das posturas maoistas. O discurso público como a mais recente fonte de preocupação chinesa, como demonstraremos posteriormente, ganhou maior ênfase nos trabalhos do governo frente à necessidade de se fortalecer e melhorar o trabalho de comunicação internacional. As investigações que buscam refletir sobre os elementos históricos que confluem para danos de imagem aos países na perspectiva global, ao nosso entendimento, tornam-se importantes para compreender, em termos gerais, os aspectos constitutivos da diplomacia pública chinesa no intuito de elucidar interpretações da “Era sem precedentes” com Xi Jinping. Esse período apresenta um conjunto de novos conceitos organizados e pensados como “autorrepresentação estratégica”, partindo da teoria do estigma de Goffman (1963) e da tipologia elaborada por Rivera (2008), ou seja, uma das possíveis táticas utilizadas para o gerenciamento da reputação global.

Por fim, também se tornou importante nos debruçarmos sobre o tema acerca da construção de fontes de poder estrutural da China, tal como define Susan Strange (2015), dado que a capacidade de um país soberanamente no contexto internacional depende de suas dotações, como a evolução de sua capacidade defensiva, a consolidação de um moderno parque industrial, a internacionalização do RMB e da criação de bancos multilaterais de desenvolvimento e, por fim, da formação técnico-científica e os avanços em segmentos de ponta, tais como telecomunicações e inteligência artificial.

É a partir da construção dessas capacidades que a China busca se posicionar para garantir os meios de atingir a principal meta do “Sonho Chinês”, qual seja, a construção de um país plenamente desenvolvido em 2049, ano do centenário de criação da República Popular. É nesse momento crucial, em que o país dá um salto

qualitativo e superar a chamada “armadilha da renda média”, que a coesão social do povo chinês se torna um elemento muito importante para a adoção de medidas que resistam às pressões e boicotes dos Estados Unidos, com vistas a “chutar a escada”. Por conta disso, julgamos que a reorientação política do Partido Comunista da China e a centralização do poder na figura do Presidente Xi Jinping, são elementos essenciais a serem considerados nessa “Era sem Precedentes”, em que a economia mundial se reorganiza em torno da China e que um país em desenvolvimento consegue determinar soberanamente o seu destino.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se baseou em dois procedimentos essenciais, quais sejam, uma ampla pesquisa bibliográfica, com vistas a levantar informações e estatísticas que nos informem sobre a evolução política da China, de suas capacidades materiais, de sua inserção no cenário internacional, de seu desenvolvimento técnico-científico e, devido ao caráter exploratório de enfoque qualitativo, a pesquisa, num segundo momento, se vale da técnica de análise de conteúdo de dados quantitativos das narrativas públicas do governo de Xi Jinping, para elucidar as ideias e intenções subjacentes ao discurso das lideranças chinesas contemporâneas.

Desde a criação da República Popular, o país tem buscado se reconstituir em termos territoriais, políticos, econômicos, sociais e ideológicos, no contexto posterior ao período de cem anos conhecido como “Século de Humilhações”, o qual foi iniciado com a Primeira Guerra do Ópio. Para fazer frente a essas questões, a presente tese está organizada em quatro capítulos, cujos conteúdos estão resumidos na sequência.

No primeiro capítulo, traçaremos uma breve abordagem histórica dos arranjos políticos e econômicos — de modo a avaliar nossa hipótese principal — desde a liderança de Mao Zedong até o governo de Xi Jinping. Veremos que os dirigentes chineses evitaram durante todo o período acelerado de reformas até a primeira década do século XXI, foi o colapso de suas instituições políticas e de seus mecanismos regulatórios e administrativos, viabilizados pela configuração do sistema político chinês (capacidade de governança) organicamente estruturado à configuração de suas bases produtivas, o que possibilitou os planos de desenvolvimento econômico no longo prazo.

No capítulo seguinte, discutiremos o avanço da competição entre Estados Unidos e China, visto que esta competição tende a moldar não apenas as ações do governo de Washington, receoso de perder o seu *status* de potência hegemônica, mas

também condiciona as repostas políticas da liderança do Partido Comunista Chinês, que ajusta as suas políticas com vistas a garantir maior soberania, melhor capacidade defensiva, maiores investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e, principalmente, garantir maior coesão da sociedade chinesa para enfrentar uma conjuntura de grandes desafios ou, no jargão político chinês, na “Era sem Precedentes”. Após discutir o contexto internacional de uma possível Guerra Fria 2.0, no Capítulo 3, nos concentraremos nos elementos internos da governança da China, como as questões relacionadas à ideologia política e social, tendo por base a análise conteudista do discurso político, em que ocorre um forte resgate das tradições históricas do país mesclada pelo reavivamento das posturas maoistas.

O discurso público como a mais recente fonte de preocupação chinesa ganhou maior ênfase nos trabalhos do governo frente à necessidade de se fortalecer e melhorar o trabalho de comunicação internacional. As investigações que buscam refletir sobre os elementos históricos que confluem para danos de imagem aos países na perspectiva global, ao nosso entendimento, se tornam importantes para compreender, em termos gerais, os aspectos constitutivos da diplomacia pública chinesa no intuito de elucidar interpretações da “Era sem precedentes” com Xi Jinping. Esse período apresenta um conjunto de novos conceitos organizados e pensados como “autorrepresentação estratégica”, partindo da teoria do estigma de Goffman (1963) e da tipologia elaborada por Rivera (2008), ou seja, uma das possíveis táticas utilizadas para o gerenciamento da reputação global.

Por fim, no Capítulo 4, também se tornou importante nos debruçarmos no tema acerca da construção de fontes de poder estrutural da China, tal como define Susan Strange (2015), dado que a capacidade de um país soberanamente no contexto internacional depende de suas dotações, como a evolução de sua capacidade defensiva, a consolidação de um moderno parque industrial, a internacionalização do RMB e da criação de bancos multilaterais de desenvolvimento e, por fim, pela formação técnico-científica e os avanços em segmentos de ponta, como telecomunicações e inteligência artificial.

É a partir da construção dessas capacidades que a China busca se posicionar para garantir os meios de atingir a principal meta do “Sonho Chinês”, qual seja, a construção de um país plenamente desenvolvido em 2049, ano do centenário de criação da República Popular. É nesse momento crucial, em que o país dá um salto qualitativo e superar a chamada “armadilha da renda média”, que a coesão social do

povo chinês se torna um elemento muito importante para a adoção de medidas que resistam às pressões e boicotes dos Estados Unidos com vistas a “chutar a escada”. Por conta disso, julgamos que a reorientação política do Partido Comunista da China e a centralização do poder na figura do Presidente Xi Jinping são elementos essenciais a serem considerados nessa “Era sem Precedentes”, em que a economia mundial se reorganiza em torno da China e que um país em desenvolvimento consegue determinar soberanamente o seu destino.

1. A MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: FLEXIBILIDADE, EXPERIMENTAÇÕES E PRAGMATISMO

Na perspectiva do método materialista dialético, a História é o campo de demonstração das contradições internas e onde se desenrola o dinamismo social. Não é possível avaliar a realidade social de uma determinada nação ou cultura se não considerarmos a sua evolução temporal, com suas rupturas e permanências. Assim, é correto afirmar, como na célebre passagem de Demócrito, “que um mesmo homem não atravessa o mesmo rio duas vezes”, quando se enfatiza as mudanças. Também é correto afirmar que no indivíduo que atravessa o rio há a continuidade de suas experiências, assim como há no rio a modelagem conduzida pelas águas que passaram antes. A História, dessa forma, oferece os elementos nos quais se desenvolvem a fundamentação que permite dar organicidade à interpretação da experiência social.

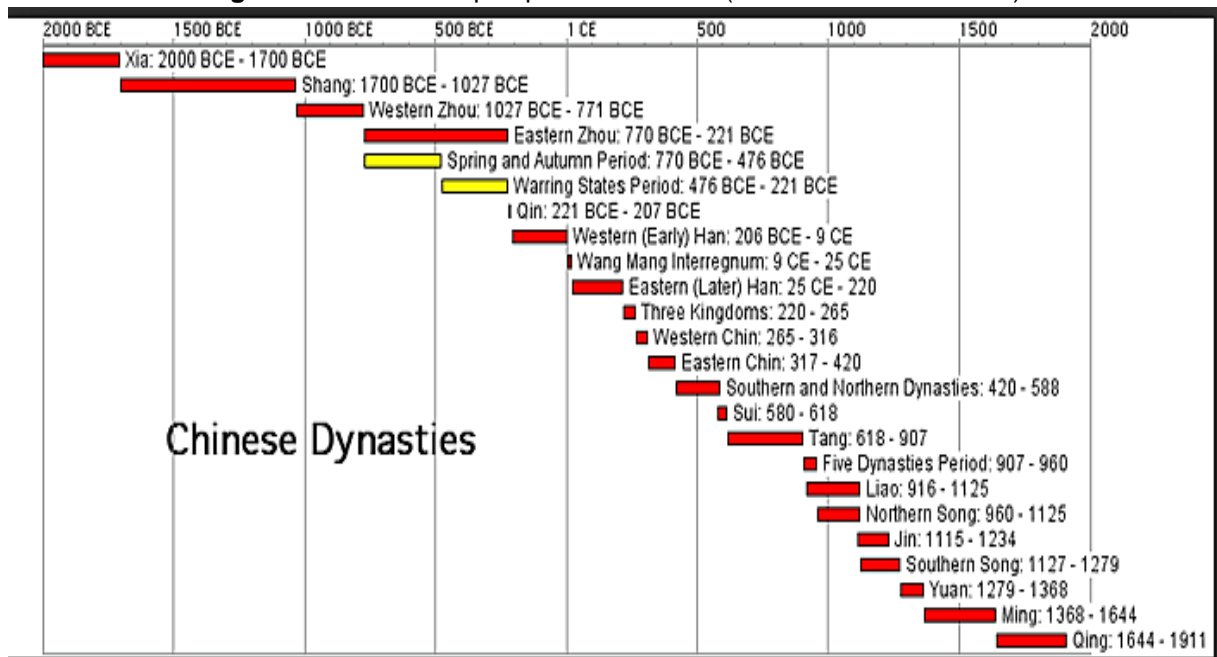
Ao pensarmos criteriosamente na China, é necessário buscar os elementos constitutivos em sua longa experiência enquanto civilização. Há uma série de traços que distinguem a China como experiência cultural e política única no sistema internacional contemporâneo. Talvez dentre o principal deles, a China é um dos poucos países que possui uma história política contínua de quase cinco milênios. No plano do discurso político, a sobrevivência da ideia de uma China milenar é fonte de legitimidade e autoridade, tanto internamente quanto nas relações do país com o exterior. No pensamento chinês, os quatro mil anos ou mais de história são origem do sentimento de superioridade da cultura nacional, a qual se impunha ileso até a Primeira Guerra do Ópio (1839–1842).

Até esse momento, embora a China já tivesse conhecimento dos avanços técnicos ocidentais, sobretudo por influência dos missionários jesuítas (chegados em 1582), ou da Embaixada de George Macartney (1793), a ciência ocidental não era muito valorizada pelos chineses. Somente a derrota militar e a invasão do território nacional por potências estrangeiras conseguiram alquebrar a fé chinesa nas suas próprias instituições e visão de mundo. Necessário ressaltar que a história mundial, desde o século XV, é uma construção marcada essencialmente pela expansão da economia capitalista sobre o planeta.

Se considerarmos a data de 1839 como marco do reconhecimento chinês da existência de uma cultura e ciência pelo menos tão poderosa quanto a sua,

perceberemos que a China esteve alheia aos processos de mudança que construíram o mundo moderno. Vale a pena lembrar ainda que o conceito de “ocidente” enquanto construção social traz consigo categorias históricas tais como “capitalismo”, “liberalismo político”, “secularização”, “revolução científica” e “emancipação social”, dentre outras, constituintes de processos que se desenvolveram por convulsões sociais e da transformação da ordem socioeconômica no contexto europeu. A maior parte desses processos amadureceu na Europa antes das Guerras do Ópio, o que pode demonstrar que as estruturas culturais de pensamento dos chineses permaneceram circunscritas a uma dinâmica própria de mudança, constituída e sedimentada ao longo dos milênios de história do país.

Figura 1 — China em perspectiva histórica (2.070 a.C. — 2017 d.C.)



Fonte: China FashionNation¹³

Para entender o que conduz a China a um país de características únicas, portanto, deve se conhecer ao menos algumas características de sua concepção de mundo, partindo de seus traços filosóficos. Suas transformações materiais ao longo dos últimos dois mil e quinhentos anos diz respeito à história viva da China, a qual é fonte importante de análise do pensamento chinês. Podemos, assim, encontrar muitos elementos que continuam influenciando sua sociedade até agora, seja de forma

¹³ Disponível em: <<https://chinafashion.weebly.com/detailed-histories-of-dynasties.html>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

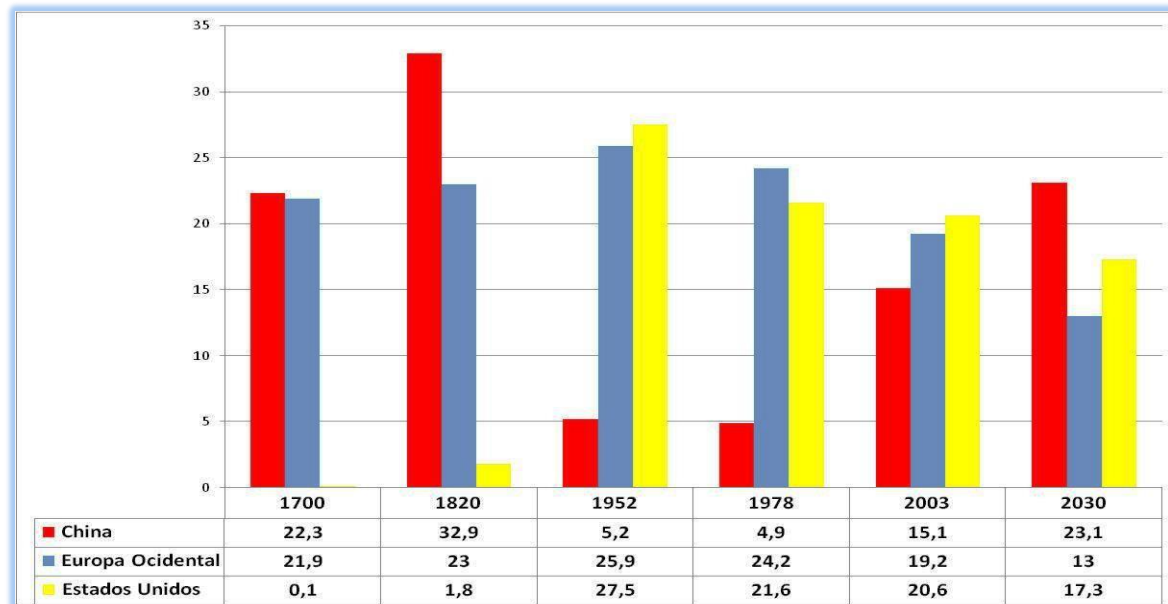
enraizada e perpetuada por seguidas gerações ou para fortalecimento enquanto memória histórica com fins de coesão e ordem social de forma articulada pelo governo.

Conforme é possível observar na Figura 1, que descreve a evolução da China desde 2070 a.C., a história da China perpassa por muitas transformações, mas o que a caracteriza é a sua imobilidade, como bem analisou Alain Peyferrite (1997) ao estudar a Embaixada Macartney, que seduziu o Imperador Qianlong com os avanços da indústria inglesa do século XVIII, mas que caiu por terra frente à suposta “arrogância” dos chineses, confiantes na superioridade de sua cultura e seus valores.

Essa “autocentralidade” só foi interrompida em 1840, ano do início da primeira Guerra do Ópio, quando a Inglaterra, após fracassar em abrir a China pacificamente, impôs o primeiro de uma série de contratos desiguais que violaram fortemente a soberania chinesa e forçaram o Imperador a entregar o atual território de Hong Kong. Posteriormente, com a segunda Guerra do Ópio (1856–1860), as tropas ocidentais (Inglaterra, França e Estados Unidos) e russas enfraqueceram o Império e tomaram cerca de 2,5 milhões de km² de seu território. Em 1894, foi a vez dos japoneses invadirem a China e tomarem a Ilha de Taiwan, a Manchúria e o Reino vassalo da Coreia. Nesse ínterim, o país foi abalado por uma série de rebeliões internas, como a *Taiiping* (1851–1864) e a Revolta dos Boxers (1900), que reuniam os insatisfeitos com a inépcia do Imperador e também contra as agressões estrangeiras. Em 1911, a Dinastia Qing perdia seu “Mandato Celestial”, e o Império deu lugar a uma República instável e irresoluta.

1.1 A criação da República Popular da China e seu Contexto Histórico

É importante notar que, desde a criação da República Popular, o país tem buscado se reconstituir em termos territoriais, políticos, econômicos, sociais e ideológicos, no contexto posterior ao período de cem anos conhecido como “Século de Humilhações”, o qual foi iniciado com a Primeira Guerra do Ópio. Também que, no contexto que iniciaremos nossa breve abordagem histórica dos arranjos ideológicos — de modo a avaliar nossa hipótese principal — o ano que marca a vitória das forças comunistas lideradas por Mao Zedong, 1949, a RPC era constituída de 22% da população mundial (apesar do saldo gigantesco de mortes desde as invasões estrangeiras), mas representava em torno de 5% do produto global (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Participação no PIB Mundial — 1700 a 2003 (com projeção para 2030)

Fonte: Maddison, A. *Chinese Economic Performance in Long Run*, Paris: OECD, 2007.

O gráfico não somente demonstra o grande decrescimento econômico da China entre o período que compreende o início das incursões estrangeiras e a revolução comunista liderada por Mao Zedong. Nota-se também que a iniciativa de Reforma e Abertura contribuiu, no aspecto econômico, para o aumento da riqueza do país em um espaço curto de tempo.

Naquele cenário de devastação que se configurava no país logo após a revolução, ficou cada vez mais claro a Mao Zedong a importância da educação ideológica, para que se aglutinassem perspectivas progressistas em torno do trabalho conjunto da população chinesa aliada aos comunistas, em consonância ao desejo profundo de se livrar de uma posição humilhante (de fome e escassez), rumo à reconstituição de um país forte e coeso que fizesse oposição aos propósitos imperialistas das potências internacionais. As campanhas de idealismo revolucionário pelas quais a China de Mao é reconhecida são decorrentes dos anos de luta revolucionária, como no Soviete de Jiangxi, que valorizou a mobilização de massa e se tornou uma característica bastante peculiar da estratégia de Mao durante o período em Yan'an. O PCC patrocinou diferentes categorias de campanhas de massa nas décadas de 1930 e 1940: campanhas de produção destinadas ao desenvolvimento da economia; campanhas culturais ou educacionais destinadas a combater o analfabetismo e aumentar a consciência política, e assim por diante:

As campanhas culturais e educacionais foram essencialmente de caráter ideológico e visavam a mudanças políticas, elevar os padrões culturais e educacionais e corrigir pensamentos errôneos entre quadros e massas. Eles enfatizaram os esforços para superar o analfabetismo e a ‘cegueira cultural’ na sociedade, estabelecendo novos padrões de consciência política para o povo. Eles incluíram a popularização da educação social e alfabetização programas, retificação partidária e movimentos anti-superstição, e desenvolvimento de atividades culturais, bem como saúde e trabalho de higiene. (KELKAR, 1978, p. 50, tradução nossa).

As campanhas de massa do campo econômico, cujos objetivos foram declarados como meio de “construção socialista”, ostentaram resultados mais satisfatórios que as demais (PERRY, 2011, 34). Ainda segundo Perry (2011, p. 34), citando a pesquisa de um especialista na área, “com a notável exceção do Grande Salto Adiante”, seria possível creditar “às campanhas econômicas uma ênfase produtiva na construção, solidariedade e desenvolvimento”.

Mais de uma década antes da revolução, era possível verificar a preocupação central de Mao de se angariar o apoio das massas necessariamente organizando trabalhos de base, que corrigissem os problemas mais urgentes da população, pois eram fatores principais de legitimação da liderança do PCC no processo. Na seguinte passagem redigida por Mao em 1933, a atenção central ao desenvolvimento educativo das massas aliado ao trabalho econômico é visível:

A elevação do nível político e cultural das massas, por meio do trabalho de educação e cultura, tem igualmente uma grande importância no desenvolvimento da economia nacional. [...] Por outro lado, o desenvolvimento da economia nacional e a melhoria da vida das massas constituem, indubitavelmente, uma grande ajuda para o trabalho de expansão do Exército Vermelho e uma fonte de inspiração das grandes massas na sua marcha entusiástica para a frente. Resumindo, se conseguirmos preencher todas as condições indicadas acima, incluída essa nova condição, muito importante, a construção econômica, e as pusermos todas ao serviço da guerra revolucionária, não restam quaisquer dúvidas de que a vitória na guerra nos pertencerá. (MAO, 1977, n.p.).

Com iniciativas partindo desses preceitos, com a liderança de Mao, viabilizaram-se no país algumas conquistas históricas importantes aos rumos futuros da China:

1) retirar a Internacional Comunista do comando da revolução chinesa (1935); 2) aliança com o *Kuomintang* para combater a invasão japonesa (1937–45), tornando o PCC o principal depositário dos interesses nacionais; 3) a ofensiva militar na guerra civil de 1946–49 contra o *Kuomintang* e apoiado pelos Estados Unidos; 4) a participação decisiva na Guerra da Coreia (1950–1953), a primeira derrota militar dos norte-americanos (depois novamente derrotados no Vietnã, comandado por Ho Chi Minh e Giap); 5) a ruptura da China em relação aos soviéticos (1960) e, 6) a aproximação dos EUA (1972),

que garantiu a reinserção da China na economia mundial, empreendida sob a liderança de Deng Xiaoping, nos anos 80. (MAMIGONIAN, 2008, p. 190)

Os métodos flexíveis de Mao e seus colegas professores/revolucionários não apenas possibilitaram o transplante de ideias e instituições marxista-leninistas para o solo chinês, mas também asseguraram que a variante revolucionária chinesa cresceria em algo bastante diferente de seu protótipo russo (PERRY, 2013).

A vitória das forças lideradas por Mao Zedong em 1.º de outubro de 1949 consolidou a hegemonia do Partido Comunista Chinês como principal agente político da recém-criada República Popular da China, e a instituição de uma estrutura política copiada da União Soviética, o marxismo-leninismo, em que o Estado chinês estava subordinado ao poder político do Partido, principalmente o Exército Nacional, formado pelas tropas revolucionárias do Exército de Libertação Nacional, cujo nome persiste até os dias atuais. No entanto, como já ressaltamos, a prática política dos chineses sempre foi mais pragmática do que a dos soviéticos, pois o PCC teve criatividade e flexibilidade para novos experimentos — alguns fracassados, como o “Grande Salto Adiante”, e outros bem sucedidos, como o processo de “Reforma e Abertura”.

Também é distintivo que a liderança do PCC não organizou expurgos físicos de seus quadros, como ocorrera na URSS durante as décadas de 1920 e 1930. Quadros que em algum momento caíram no ostracismo foram posteriormente resgatados, e o exemplo mais emblemático foi o de Deng Xiaoping. Tais aspectos revelam o caráter distinto da Revolução Chinesa e também elementos da cultura tradicional chinesa, que mesmo contestados nunca deixaram de se fazer presente no ideário e na ação política do PCC, como ocorreu no período da Revolução Cultural (1966–1976), quando a liderança chinesa atacou profundamente a tradição e o confucionismo, mas os líderes que sucederam o chamado “Bando dos Quatro” buscaram enfatizar a continuidade da civilização chinesa como uma forma de afirmação cultural que vai além da perspectiva meramente “nacional” ou étnica, em que pese a predominância da etnia Han, representando 95% da população do país.

Ang (2016, p. 5) observa que, após a morte de Mao Zedong e de um período bastante convulsivo para a população chinesa, “é fácil esquecer as terríveis circunstâncias confrontadas pelos seus reformadores” naquele contexto, e [...] é também conveniente atribuir a transformação da China à falsa impressão de um “Estado forte” ou que a China não era tão pobre no início das reformas. Apesar de reconhecermos que não haveria reformas sem a constituição do Estado chinês, após

o sucesso da revolução de 1949 liderada por Mao, é necessário atentar ao fato de que o cenário no país nos anos 1970 era de escassez, situação que poderia ser comparada àquela dos anos 1930, anterior à revolução.

Após a Revolução Cultural, de acordo com Wang (2012), o desafio mais sério que o PCC enfrentou na década de 1980 foram as “Três Crises de Crenças” (san xin yang weiji; 三信仰危机), ou seja, as crises de fé no socialismo, no marxismo, e no partido:

Quando a ideologia comunista oficial perdeu credibilidade, o regime comunista se tornou incapaz de angariar apoio das massas para uma visão socialista do futuro. Um vácuo espiritual resultou de décadas de repressão comunista dos sistemas de crenças tradicionais e ocidentais. Nessas circunstâncias, alguns intelectuais adotaram ideias liberais e pediram uma reforma democrática ao estilo ocidental. (WANG, 2012, p. 118).

Esses apontamentos são importantes se os relacionarmos à capacidade de adaptações dos chineses aos diferentes contextos de crises, além de serem fonte de aprendizado para as sucessivas lideranças. Portanto, as referências políticas básicas de Mao pareciam sobreviver enquanto orientadoras das diretrizes de governo na era Deng Xiaoping, quando ele mesmo formulou e anunciou os “Quatro Pontos Cardeais” do futuro da China, em 1979. Reforçavam-se, então, o caminho socialista, a liderança do partido, a ditadura democrática-popular, o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong.

Naquela conjuntura, para que se concretizasse o importante programa de reforma e abertura visando ao crescimento econômico, a liderança política percebeu a necessidade crucial da estabilidade política e social no âmbito doméstico e, assim, seria necessário dar vazão às necessidades materiais e culturais de seu povo para garantia de cenário considerado ideal.

Na verdade, o processo chinês de reformas teve início entre 1977 e 1980, com importantes reformas ideológicas e políticas. A primeira consistiu na chamada “emancipação das mentes”, tomando a prática como critério da verdade, que permitiu ao PCC não apenas dar por finalizada a Revolução Cultural, mas superar todas as orientações e todas as diretivas do presidente Mao Zedong. Resgatando o método e o estilo de trabalho elaborados pelo próprio Mao em Yan'an, durante a Guerra de Resistência, os comunistas sentiram-se em condições de redirecionar o foco de sua ação política da luta de classes para a construção econômica (POMAR, 2003, p. 136).

Em reforço a essa reflexão de Pomar, é possível notar que o modelo de campanha de mobilização de massa contribuiu no campo político enquanto adesão dos chineses, mas também, organizou o caminho vital para o desenvolvimento econômico em que se constituiu “uma estrutura sólida na fundação para os ganhos subsequentes do período de reforma” (PERRY, 2011, p. 35).

1.1.1. Reforma e abertura

Antes de tudo, é importante assinalar que a liderança da China conseguiu fazer uma leitura bastante sofisticada sobre suas debilidades, como a necessidade da modernização produtiva e tecnológica e das potencialidades da economia mundial, que emergiram de um novo ciclo de internacionalização do capital e da chamada revolução técnico-científica que deu um grande salto entre as décadas de 1970 e 1980.

Desse ponto de vista, a experiência chinesa, antes de ser uma excepcionalidade, acabou por reproduzir, sob diferentes condições sociopolíticas, alguns aspectos do movimento liberalizante da economia mundial. A crise mundial de superacumulação, com o declínio das taxas de lucro no final dos anos 1960 e início da década de 1970, levou adiante o fenômeno da transnacionalização da produção que surgiu de novos arranjos organizacionais, tecnológicos e espaciais, em que a parte de maior valor agregado ficava sob a responsabilidade das matrizes das empresas dos países desenvolvidos e o trabalho intensivo no processo manufatureiro à cabo de países ou regiões que ofereciam força de trabalho barata e numerosa, o que resultou no grande aumento do “proletariado global” sob o processo de globalização (BIELER; MORTON, 2018). A partir da reestruturação produtiva, a Ásia passa a integrar a liderança da nova divisão internacional do trabalho, principalmente com o grande aumento da oferta da força de trabalho barato na China por meio da intensificação dos fluxos migratórios do campo para as principais cidades.

Os primeiros passos da China rumo à modernização chinesa começaram com a volta de Deng Xiaoping do seu ostracismo político em 1977, após a queda do “Bando dos Quatro”. Criaram-se, então, as condições para a criação do programa de “Reforma e Abertura” que, depois de 1978, passou a privilegiar a política das “Quatro modernizações” concebidas por Zhou Enlai. O primeiro alvo da nova política foi a busca do aumento da produtividade agrícola, ao garantir a posse familiar da terra aos

camponeses e a possibilidade de venda a preços de mercado de sua produção excedente à demanda estatal.

O processo avança em 1980, com o empreendimento da política de portas abertas que levou à criação das primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEE) no Sudeste do país, nas províncias de Guangdong e Fujian, próximas a Hong Kong e Taiwan, respectivamente. Essas duas regiões receberam investimentos em indústria intensiva em mão de obra e incentivos tributários para dinamizar o comércio exterior da China. Depois, em 1984, houve a abertura de mais quatorze cidades costeiras, incluindo Xangai. Colocava-se em pauta, nesse momento, a modernização produtiva e uma maior inserção do país na economia mundial, além da manutenção da aliança com os Estados Unidos, o que garantiria sua segurança frente a um possível conflito com a URSS. Ademais, tratava-se de desenvolver o país, pois a renda per capita era muito baixa, assim como o nível de produtividade geral da economia. Tal discussão permeava as instâncias de poder desde a década de 1960, mas com a troca de gerações foi para o topo das prioridades, em dezembro de 1978.

Avançando nesse processo, a economia privada chinesa ganhou novo ímpeto após a viagem ao sul de Deng Xiaoping em 1992, quando acenou com medidas de reformas mais ousadas para impulsionar o crescimento da economia privada e a reestruturação das empresas estatais. Outro marco importante foi o 15º Congresso do PCC, realizado em 1997, no qual foram forjadas resoluções para reduzir ainda mais as barreiras jurídicas e econômicas à propriedade privada. Uma diretriz que foi implementada no final da década de 1990, a política de “reter as grandes e soltar as pequenas” (*zhua da fang xiao* – 抓大放小), buscou reorganizar as grandes empresas estatais em grupos acionistas empresariais – concentrando-se nas indústrias pilares, em especial, aquelas dos setores de energia, petroquímica, siderurgia e telecomunicações, além do bancário, com a privatização das pequenas e médias empresas. As resoluções de privatizações foram formalizadas na terceira plenária do 16º Congresso do PCC, além de confirmadas e reintegradas em cada um dos congressos seguintes. Essa onda de privatizações não surgiu repentinamente, mas como resultado da transformação das empresas estatais de forma controlada pelo governo, porém, com reverberações estruturais na sociedade chinesa nas áreas urbanas e rurais com o grande aumento dos níveis de desigualdades. Dessa forma, “com tal política de ‘reestruturação’, as grandes estatais enxugaram dramaticamente suas responsabilidades sociais” (NOGUEIRA, 2018, p. 10).

A economia chinesa tem crescido a elevadas taxas e de maneira sustentada desde o início das reformas, em 1978. Nesses 40 anos, o país superou o Japão como segunda potência econômica, viu seu produto interno bruto aumentar mais de 20 vezes e sua participação no comércio internacional subir de 1% para 14,7%. A renda per capita aumentou mais de 24 vezes, e o nível de urbanização saltou de 20% para 61,4%. Também nesse período, assistiu-se ao maior deslocamento humano da História, em que 150 milhões de chineses abandonaram o campo e se deslocaram para as novas indústrias instaladas nas províncias costeiras de Guangdong, Fujian, Zhejiang, Shandong, Jiangsu e Xangai. Esse processo não foi parado pela maior crise econômica em décadas, iniciada em 2008, após a quebra do Lehman Brothers, e tampouco pela pandemia de Covid-19, iniciada em 2020.

Ao mencionar esses feitos da China, é importante ressaltar algumas importantes especificidades do país: (a) a enorme população de 1,4 bilhão de pessoas que, ao mesmo tempo que é uma grande fonte de mão de obra e mercado consumidor, também demanda vultosos recursos financeiros, materiais e naturais para sua manutenção; (b) o sistema político baseado no predomínio do Partido Comunista Chinês, que muitas vezes se confunde com a estrutura do Estado; (c) um Estado nacional capaz de defender a sua soberania, até mesmo com o uso de armas estratégicas, diferentemente de seus vizinhos; (d) um sistema econômico híbrido, caracterizado pela transição rumo a uma economia de mercado, mas com fortes instrumentos estatais de controle, e (e) uma bem sucedida estratégia de inserção na economia globalizada, cujo auge foi coroado com o ingresso na OMC, em 2001.

O processo chinês de transição de uma economia centralmente planejada para uma economia de mercado foi bem menos traumático do que em outros países em situação similar. Vale lembrar que os países da Europa Oriental enfrentaram grandes dificuldades ao adotarem (ou serem forçados a adotar) as políticas de tipo “terapia de choque” – sob inspiração do “Consenso de Washington” – que levaram ao fim abrupto do antigo sistema por meio de um processo de privatização completamente danoso para os interesses nacionais desses países. A liderança chinesa manejou a transição de forma empírica ou, como diziam os próprios chineses, “atravessando o rio tateando as pedras”.

Mesmo em momentos críticos tais como os incidentes de maio-junho de 1989, ou depois da ruptura da União Soviética em agosto de 1991, a liderança não perdeu as rédeas do processo. As experiências bem sucedidas em uma região ou de um setor

específico foram incorporadas e reproduzidas em outras situações, e o que falhava era imediatamente abandonado. O sucesso era balizado pelo aumento da produtividade e pelo cumprimento de metas gerais incluídas num planejamento quinquenal.

Em comparação aos regimes políticos similares que colapsaram a partir de 1989 e início dos anos 1990, a China demonstrou alguns aspectos que tornaram possível uma trajetória política e econômica muito diferente da correspondente ao “fim” do mundo socialista. Em primeiro lugar, os cargos hierárquicos do PCC não foram alterados, estando presentes durante todo o processo de reforma econômica e garantindo não somente sua perenidade, como também o controle dos processos pelas instâncias decisórias de planejamento (WALDER, 2004). Outros fatores de diferenciação dizem respeito à ampliação massiva do acesso às universidades na China em concomitância ao rápido desenvolvimento econômico e ao “nível de abertura para o mundo exterior, que supera qualquer experiência vivida nas histórias de outros regimes comunistas” (WALDER, 2004, p. 191).

O compromisso do alto nível hierárquico do partido com o setor público chinês, frente à ostensiva metamorfose de seu mercado por um período considerável, também é parte diferencial de seu modelo. As privatizações na década de 1990 ocorreram de forma mais lenta em comparação à maioria dos regimes pós-comunistas, e o “grande setor privado chinês se constituiu não com a transferência dos ativos estatais aos proprietários privados, mas por meio de *startups* fora do setor estatal e com investimentos externos” (WALDER, 2004, p. 191). Ainda pela via do método comparativo, é observável que:

[...] em regimes como a Polônia, Hungria, República Tcheca e Estônia, as organizações do Partido entraram em colapso logo após a derrota nas primeiras eleições populares por partidos políticos dominados por pessoas de fora do antigo sistema político. O sistema de nomeação do Partido entrou em colapso, e toda a sua hierarquia de cargos no Partido foi rapidamente desmontada. Muitos desses regimes pós-comunistas tinham orientação anticomunista e expurgaram o governo de ex-funcionários. A privatização começou cedo e foi quase concluída em uma década, e essas reformas foram regulamentadas de tal forma que impediram a apropriação generalizada de ativos pelas elites incumbentes. Esses regimes exibem os mais altos níveis observados de rotatividade da elite em cargos políticos e econômicos, e a nova elite empresarial privada não é dominada por figuras do antigo regime. (WALDER, 2004, p. 193, tradução nossa).

O que os dirigentes chineses evitaram durante todo o período acelerado de reformas até a primeira década do século XXI foi o colapso de suas instituições políticas e de seus mecanismos regulatórios e administrativos, viabilizados pela configuração do sistema político chinês (capacidade de governança) organicamente estruturado à configuração de suas bases produtivas, o que possibilitou os planos de desenvolvimento econômico no longo prazo.

1.1.2 Os desafios e as contradições criadas pela rápida modernização

A partir dos anos 1980, com as reformas liberalizantes, a China já havia conquistado o maior nível de crescimento econômico desde a constituição da RPC, porém, nesse contexto, “o superaquecimento na economia do país [...] colocou em tensão a infraestrutura existente, pressionou os preços das matérias-primas, energia e transportes, causou sérias pressões inflacionárias” (POMAR, 2003, p. 140) e, conseqüentemente, um ambiente instável politicamente se instalou no país. Os movimentos de protesto na Praça da Paz Celestial e seu desfecho traumático foi um momento na história que ainda assombra as lideranças chinesas. Principalmente nesse momento, seria necessário articular os meios de reconquista da legitimidade do PCC, de todo o seu sistema político e instituições com a aquiescência popular ao nível amplo da sociedade, apesar da conjuntura fatídica aos regimes comunistas no contexto de Guerra Fria. Nesse sentido, uma questão essencial foi a reestruturação do horizonte cultural do país, que saiu de um igualitarismo radical e se deslocou para um liberalismo não menos radical, deixando a sociedade num “vácuo” de valores e crenças:

O desenvolvimento material depende, em grande medida, do grau de desenvolvimento cultural de um país. De forma similar, o desenvolvimento cultural de um país, de forma dialética, também depende de seu desenvolvimento material. Não é possível construir equipamentos culturais e fabricar produtos espirituais sem um certo acúmulo de riquezas materiais. Além disso, sem cultura e sem sua difusão numa certa escala não é possível sustentar um desenvolvimento material de longo prazo, ainda mais num país das dimensões territoriais e populacionais da China. [...] A cultura seria, pois, elemento essencial para incrementar a própria educação e o conhecimento geral de sua sociedade, elevando seu grau de civilização espiritual e fazendo-se influenciar positivamente a própria civilização material. (POMAR, 2003, p. 143-144).

Concordamos com essas afirmações de Pomar se pensarmos nas condições reais de um país cujas características são tão peculiares como a China, principalmente a sua extensão territorial e o tamanho de sua população, o que de sobremaneira fortalece a importância da aglutinação de ideais sob o manto da cultura.

Desde os programas ideológicos da era Mao, das revoltas estudantis durante a Revolução Cultural ou mesmo do emprego de forças militares para lidar com os protestos estudantis de 1989, o Estado também tem se valido de suas capacidades para manter a ordem interna. No entanto, como nos ensina Gramsci, para além do aparato repressivo, o Estado precisa encontrar outras formas de legitimação para garantir sua hegemonia na sociedade. Assim, é necessária a ênfase na análise das lutas cultural-ideológicas para a obtenção do consenso popular e internamente ao PCC, enquanto chave política para o desempenho do Estado moderno em prol da estratégia de rejuvenescimento nacional.

Historicamente, a necessidade de preencher o vazio deixado pelo fim do igualitarismo maoísta tornou-se essencial para a estabilidade do país, já que, diferentemente de outros grandes países, a China nunca organizou uma religião oficial, pois o confucionismo ou o taoísmo, originários no país, ou o budismo, importado da Índia, nunca se constituíram enquanto tal, não cimentaram uma estrutura que pudesse se confundir ou se contrapor ao Estado, diferentemente das posturas das sociedades cristã, hindu ou islâmica, cujos valores impegaram o Estado e impulsoraram discursos proselitistas e ações expansionistas que as caracterizaram. Diante dessa impossibilidade, o governo da China, principalmente durante a gestão de Hu Jintao, buscou resgatar os valores tradicionais chineses que antes foram duramente criticados no período da Revolução Cultural.

Apesar de não poder ser caracterizado como uma religião, o confucionismo teve um papel destacado na constituição da identidade chinesa não apenas como um guia de conduta moral para os indivíduos, mas também como uma espécie de arcabouço administrativo que se adequou à estruturação do Estado chinês, de forma que a moral confuciana foi responsável pela criação da burocracia estável chinesa garantida pela instituição de concursos públicos nos quais se exigia um conhecimento profundo das obras clássicas de Confúcio, prática que perdurou desde a Dinastia *Sui* (581–618) até a Dinastia *Qing* (1644-1912). Seus ensinamentos viriam a contribuir tanto para a constituição e manutenção de um Estado pacífico, como também para a legitimidade do mandato celestial atribuído ao Imperador.

A excepcionalidade da experiência chinesa, particularmente nas quatro últimas décadas, diz respeito então às heranças da cultura tradicional e às características de seu sistema político e econômico, que funde os princípios do marxismo-leninismo de organização política com as práticas relacionadas à dinâmica da economia de mercado, associadas ao processo de globalização do capital e dos meios de comunicação. Não obstante, a política de modernização econômica iniciada em 1978 levou o país ao rápido processo de desenvolvimento econômico por meio da criação do chamado “socialismo com características chinesas”, o qual, inclusive, passou a admitir empresários como membros do PCC a partir de 2003. De fato, a luta de classes foi abandonada em favor da modernização, mas a liderança do Partido Comunista não, o que colocou novos desafios para a sua liderança diante de um contexto em que a burguesia foi autorizada a lucrar e cuja posse do dinheiro tem o poder de desestabilizar e corromper a burocracia estatal.

1.2 A Governança do PCC e o Lugar da Nova Burguesia Chinesa

Autores e analistas ocidentais tendem a perceber a China de modo similar ao que ocorreu em outros países de industrialização rápida, em que uma elite apoiada pelo Estado, depois de obter grandes vantagens com o desenvolvimento econômico, acabava por rechaçar os burocratas e assumir o poder político diretamente. Essa é mais uma variação da teoria da modernização. Nesse sentido, aqueles defendem que é possível apreender que a ascensão econômica e social da China fez emergir uma classe capitalista transnacional e fracionada vinculada ao governo que, nos últimos anos, buscou pressionar, de forma progressiva, por maiores liberdades financeiras em benefício próprio. Essa nova classe capitalista na China se consolidaria de forma “incrustada” em sua relação com o aparato estatal. Para McNally e Wright (2010, p. 191), são “os detentores de capital privado [que] estão ativamente engajados em relações contínuas com o governo e seus atores em relações que se caracterizam por combinações de laços institucionais, instrumentais e afetivos, e que estão inescapavelmente ligados entre si”.

Partindo dos estudos desenvolvidos por Karl Polanyi e da “Nova Sociologia Econômica”, como Mark Granovetter (1985)¹⁴, poder-se-ia constatar ainda que a

¹⁴ O fenômeno da “incrustação” (*embeddedness*) ressalta a complexidade das relações sociais, contínuas e, principalmente, codependentes entre indivíduos e instituições (GRANOVETTER, 1985).

constituição da burguesia chinesa está incrustada (*embedded*) na sua formação econômico-social. Embora todas as instituições e indivíduos estejam, até certo ponto, integrados em seu ambiente sociopolítico, alguns estão mais do que outros. No caso da “incrustação” política, há de se considerar ainda que as redes ou “laços sociais” (GRANOVETTER, 1985), em sua profundidade e extensão, aglutinam não somente interesses materiais, mas também investimento de tempo, dedicação material e afetiva recíprocas por parte dos indivíduos, e que seriam importantes aos vínculos inter-relacionais em sociedades organizadas estruturalmente em grupos egocêntricos (ou autocentrados) como os chineses. O que poderia ser equiparado aos “laços fortes” de Granovetter (1985) seria o *guanxi*¹⁵ 关系 que, em suma, trata-se do conjunto das conexões personalizadas e estruturadas em redes, muito comuns nas comunidades asiáticas no geral.

Essa percepção é reforçada na obra “*From the Soil*”, de Fei Xiaotong, o sociólogo chinês que desenvolveu uma abordagem histórica comparativa operacional via elaboração do conceito de *chaxugeju* 差序格局 (“modo diferencial de associação”, tradução na língua portuguesa), para compreender a organização da sociedade chinesa. Ele observou que “no padrão de organização chinês, nossas relações sociais [dos chineses] se espalham gradualmente, de indivíduo para indivíduo, resultando em um acúmulo de conexões pessoais [...], portanto, nossa moralidade social só faz sentido em termos dessas conexões pessoais” (FEI, 1992, p. 70).

Nesse caso, os meios de controle de poder seriam localizados nas redes institucionalizadas de relacionamento¹⁶, ou seja, o vínculo fundamental de controle não estaria no sistema jurisdicional que regula as ações de cada indivíduo por meio da imposição de regras, mas sim, na função educacional (herdeira das estruturas patriarcais, do patrimonialismo e da piedade filial confucionista) que orientaria a fonte da autoridade e do detentor do poder. Essa perspectiva enfatiza a persistência da herança confuciana dentre a população chinesa como inspiração moral e ética – nas

¹⁵ Para compreender esse importante aspecto da cultura chinesa, que é uma expressão verdadeira das relações sociais personalizadas dos chineses, ver: BIAN, Yanjie. *Guanxi: How China Works*. Cambridge: Polity Press, 2019.

¹⁶ Gary Hamilton e Wang Zheng (in FEI, 1992, p. 33-34, tradução nossa) apontam que a China deveria ser considerada como uma sociedade baseada em rede e não em classes sociais, e ainda concluem que: “Mao usou a análise de classe como uma forma de mudar a sociedade chinesa e para mobilizar o campesinato, ao invés de usá-la como uma forma de entendê-la. A ideia de Mao era usar o marxismo para romper os velhos laços relacionais da sociedade, o que ele rotulou de ‘feudalistas’, e criar novas categorias para reconstruir a ordem social”.

quais baseariam as suas relações nos mais diversos aspectos da vida em sociedade, na qual predomina o critério da ordem e não da lei – em que cada indivíduo se empenha na obrigação moral com seus semelhantes a fim de evitar o próprio colapso ou, até mesmo, do Estado. O autor ainda afirma que “uma característica básica da estrutura social chinesa é o que a escola confucionista chamou de *renlun* 人伦 (relações humanas, no português)” (FEI, 1992, p. 65).

Em consequência desse raciocínio, em relação à administração pública na China pela lógica do mercado, a burocracia do governo poderia ser caracterizada como uma corporação franqueada¹⁷ com dedicação maior aos resultados econômicos e, assim, seus líderes locais e agentes públicos seriam motivados não somente pelo desejo em alcançar melhores posições (o que na prática se aplicaria, em maior medida, aos funcionários de maior graduação), como também pelo acesso à parte que lhe cabem dos ganhos oriundos de novos negócios e, conseqüentemente, ao *guanxi* de alto nível (MCGREGOR, 2012; ANG, 2016).

Outro aspecto interessante seria a ênfase na descentralização da administração chinesa, pois o país estaria entre os melhores do mundo nesse quesito, a partir da combinação de fomento, planejamento de longo prazo e recursos adaptativos. Para a elite chinesa, estaria claro que os governos locais são importantes peças no caminho do desenvolvimento chinês, e esse relacionamento deveria ser cultivado da mesma forma com os dirigentes centrais. Na visão de Ang (2016, p. 6), ao abraçar a lógica de mercado, esses dirigentes “avançam nas políticas de inovação e competem para produzir resultados econômicos”.

Feita essa descrição da percepção de que a burguesia utilizaria seus laços com os burocratas para afirmar o seu poder como classe, é preciso considerar que isso não vem ocorrendo. O modelo chinês organizado a partir do marxismo-leninismo possui mecanismos para conter as ambições da elite econômica. Importante lembrar que a incorporação da burguesia aos quadros do PCC foi uma maneira de garantir a esse segmento os meios para a participação política dentro do sistema vigente, mitigando a possibilidade da formação de estruturas fora do controle do Partido. O

¹⁷ Aqui, outra contribuição de Yuen Yuen Ang (2016, p. 104) esclarece que esse termo se relaciona à burocracia chinesa quando se organiza na fusão das “estruturas hierárquicas com incentivos poderosos (fortemente motivado para obtenção do lucro)”. Uma das características da burocracia chinesa colocada em destaque por Ang (2016, p. 106) é a de que “compreende não somente o partido e órgãos estatais, mas também uma extensa extra burocracia, a qual provê apoio administrativo e entrega [...] de serviços públicos e comerciais baseados em taxas. Cerca de 80% dos empregos públicos na China está no segmento burocrático”.

pragmatismo chinês, *vis-à-vis* o enrijecimento do sistema soviético, permitiu que o país pudesse experimentar novos caminhos, e nesse ambiente institucional descentralizado, os experimentos de reforma econômica foram mais facilmente realizados em comparação com o modelo de planejamento altamente centralizado da URSS. Com a ajuda de um grande número de experimentos de política econômica regional, como as zonas econômicas especiais (ZEEs) e os projetos-piloto urbanos, a China empreendeu com sucesso a introdução dos elementos da economia de mercado gradualmente.

1.2.1 Tensões sociais e gestão de crises

No contexto de rápidas transformações, surgiram novas fontes de tensões políticas e conflitos pela posse da terra entre as populações rurais e os agentes das administrações locais, que coincidiram com a ênfase da administração Hu Jintao e Wen Jiabao no slogan “*Building a Harmonious Society*”¹⁸ (“construindo uma sociedade harmoniosa”, na tradução livre para o português). A essas tensões somaram-se novos elementos de agitação social que dizem respeito ao sistema de contrato de trabalho na China introduzido no período de reformas, o que “ocultou a exploração de classe, fragmentando a classe trabalhadora de uma força coletiva [estruturada em rede] para ‘pessoas políticas individuais’ e ‘sujeitos de direito’, de modo a reduzir seu poder de barganha e impedir a formação de classe autoconsciente” (BIELLER; MORTON, 2018, p, 183). Inclusive, o processo da fragmentação articulada se deu em muitos países do globo sob a lógica neoliberal (BROWN, 2019). Essas mudanças estruturais acabaram por gerar novas tensões no seio da sociedade chinesa.

Com base nas fontes do Ministério de Segurança Pública da China, Shi-Kupfer e Heilmann (2017, p.290) demonstram que incidentes ou protestos públicos aumentaram de 10 mil, no ano de 1993, para 60 mil apenas dez anos depois. Os

¹⁸ Na mídia oficial chinesa, a “China Daily” (grifo e tradução nosso), consta que: “Em setembro de 2004, a Quarta Sessão Plenária do 16º Comitê Central do PCC decidiu listar ‘a capacidade de construir uma sociedade socialista harmoniosa’ como uma das cinco capacidades de governo que o PCC se empenha em aprimorar. [...] A **construção de uma sociedade harmoniosa** foi colocada no topo da agenda do Partido Comunista da China (PCC) e do governo central. O programa é baseado no objetivo de construir uma sociedade rica e criar uma nova situação socialista. [...] Além disso, iremos reprimir vários males sociais, que são um tumor venenoso em uma sociedade harmoniosa e devem ser eliminados. [...] Todas as pessoas devem coexistir harmoniosamente, amar e ajudar-se, encorajar-se e empenhar-se em contribuir para a construção de uma sociedade harmoniosa”. O material completo divulgado está disponível em: <http://cpcchina.chinadaily.com.cn/2010-09/16/content_13918117.htm>. Acesso em: 05 nov. 2020.

dados recentes são incertos, mas ainda de acordo com os pesquisadores, há relatos da ocorrência de ao menos 180 mil casos em 2010. No entanto, alertam para o fato de que esses dados podem denunciar outro aspecto importante: a de que o governo chinês tem demonstrado maior flexibilidade em relação à abordagem dos grupos demandantes por mudanças sociais, o que poderia corresponder ao aumento desses protestos. Logo, apenas a revelação quantitativa dessas movimentações não consegue determinar ou prever graus de instabilidade política no país, ou ainda, traçar conclusões mais fechadas sobre o tema, apesar de sinalizarem alguns momentos de crises ou descontentamentos internos.

Os impactos sociais resultantes das greves e protestos que porventura ocorrem no país podem forçar maiores adaptações às demandas por parte das lideranças chinesas, que prezam pela estabilidade no longo prazo, principalmente pela necessidade da coesão interna para garantir maior resistência ideológica e política aos conflitos mundiais em expansão e que têm a China na centralidade, como já apontado anteriormente. Além disso, paralelamente a esses possíveis esforços oficiais de coesão social, toda uma gama de ONGs trabalhistas informais surgiu nos últimos anos como forma de apoio e organização dos trabalhadores chineses e, algumas delas, inclusive, são lideradas por ativistas que atuam como “intelectuais orgânicos”, mobilizando trabalhadores e organizando para uma ação coletiva contra a superexploração do trabalho (BIELER; MORTON, 2018, p. 181-182), apesar de que não está claro quais são as fontes de financiamento de algumas dessas organizações, que podem ser acusadas pelo governo chinês pela intenção oculta de causar desordem e instabilidade política.

Em contraposição, é comum relacionar e comparar o contexto do trabalho atual no país com as unidades básicas de trabalho, as *danweis* 单位, organizadas no final da década de 1950 e que foram desmanteladas pelo governo. Nessas unidades, os cidadãos chineses recebiam bens e serviços essenciais, além de treinamentos disciplinares, o que fornecia um monitoramento prático e controle social para a gestão pública chinesa, já que toda a população urbana estava incluída nesse sistema. Contudo, já na década de 1990, com a maior liberalização da economia e com o aumento da mobilidade urbana, principalmente causada pelos movimentos migratórios, a liderança política chinesa intensificou o aparato de segurança do Estado por meio da implementação de novas tecnologias, empregando meios inovadores de vigilância social.

Essa gama de contradições que emergiram tem levado a liderança do Partido Comunista a se adaptar às novas circunstâncias e à emergência de novos agentes sociais, tal como ressaltam Chacko e Jayasuriya (2017), pois os processos de desenvolvimento econômico levaram à internalização de um conjunto distinto de forças sociais, ou seja, aquele orientado pela lógica do capital via empresas de propriedade estrangeira e de agentes das empresas estatais no aparelho de Estado. Não obstante, Nogueira (2018, p. 21) afirma que importa à liderança chinesa assegurar o seu projeto de desenvolvimento nacional como parte importante e constituinte da estratégia de rejuvenescimento nacional com maior protagonismo internacional, mesmo que isso engendrasses no “desmonte da estrutura socialista” de outrora.

Com a maior liberalização do mercado e de rápido crescimento econômico, como mencionado anteriormente, o sistema começou a apresentar distorções. Com a mercantilização da sociedade, ocorreu um estímulo para a “troca de dinheiro por acesso preferencial aos mercados emergentes, gerando novos caminhos para o problema da corrupção [...] inflamadas ainda mais por um *boom* imobiliário e o aumento das finanças públicas baseadas em terras”¹⁹. No entanto, apesar da nossa tendência em concordar com essas afirmações, é notável que o Estado-partido chinês, apesar dessa inserção política dos grandes empresários chineses, não vê problemas em constrangê-los em seus negócios quando os interesses do país não são contemplados ou quando há questionamentos quanto ao seu poder de controle das atividades econômicas, como demonstram exemplos vários noticiados nas mídias internacionais²⁰.

¹⁹ Nesse contexto de desenvolvimento nacional acelerado e negócios lucrativos, extensões de terras de altíssima qualidade foram permutadas por propinas consideráveis. É um apontamento importante da pesquisadora Yuen Yuen Ang (2016, p. 87, tradução nossa), o qual citamos aqui: “[...] o financiamento da terra involuntariamente se espalhou para os domínios do investimento estatal e do setor financeiro. Como os governos locais da China não têm permissão legal para vender títulos para aumentar a receita, eles adaptaram o financiamento de terras aos empréstimos públicos. Usando a receita da terra como garantia, os governos locais em todo o país se esforçaram para criar empresas de fachada, conhecidas amorfamente como ‘plataformas de financiamento’ ou ‘veículos de investimento’, para tomar empréstimos de bancos estaduais. Esses empréstimos garantidos por terras foram então usados para financiar legiões de megaprojetos, que de outra forma seriam impossíveis de financiar apenas com a receita de impostos ou com o produto da terra. [...] Especialmente para localidades do interior, os recursos da terra são indispensáveis para financiar projetos de transporte que melhorem a acessibilidade e, assim, possibilitem que esses locais atraiam investimentos”.

²⁰ Um exemplo foi a suspensão da Oferta Pública Inicial (IPO, na sigla em inglês) da *fintech* “Ant”, ligada ao bilionário Jack Ma, do Grupo Alibaba. Segundo com o governo chinês, o processo deveria ser bloqueado para se compreender as reais dimensões do impacto desta transação sobre a estabilidade do sistema financeiro do país. Podemos intuir que o governo não deseja perder o controle que possui sobre o sistema., uma parte muito sensível da estabilidade econômica do país. Ver: “Maior IPO do

Essa confluência de crises envolve outras questões cruciais para além das questões trabalhistas – como os programas amplos de reforma e períodos de transições políticas – e que abrangem tomadas de decisões criteriosas que envolvem as lideranças centrais do PCC. Na China, são nesses momentos que a burocracia institucionalizada encontra limites de atuação e que se acessam meios de centralização do poder com a ênfase na liderança *top down* e a “marginalização da burocracia” (NAUGHTON, 2014, p.10). Conforme discutiremos mais adiante, a liderança de Xi Jinping procura responder também a essas contingências.

O processo de tomada de decisões nos círculos internos da liderança chinesa carece de transparência, principalmente quando se trata de questões mais sensíveis tais como os assuntos de segurança doméstica e internacional. Nesse sentido, observa-se a tentativa dos analistas sobre assuntos chineses de caracterizar as lideranças responsáveis por medidas de contenção das crises em categorias dicotômicas de agência, como “conservadores vs. liberais, linhas duras (*hardliners*) vs. reformadores ou radicais vs. moderados” (HEILMANN, 2017, p. 155). Representações estereotipadas da liderança chinesa na mídia, como “a imagem de uma coleção de ‘cabeças-duras’ (*blockheads*) de mente estreita não se justifica mais, nem a noção de uma luta de poder permanente entre facções claramente distintas”, ainda de acordo com Heilmann (2017, p. 155). Essas observações podem ser obtidas por meios de análises falseadas e voluntaristas, pois os momentos de crises podem se apresentar como situações conjunturais ou factuais que se relacionariam com as causas imediatas, caracterizados por novas roupagens e deslocados de um alcance histórico maior das relações internas.

As categorias de análise da governança chinesa utilizadas por Heilmann (2018, p. 200) como “modo normal” e “modo de crise” são utilizadas para distinguir o conjunto das tomadas de decisões com base na história da política chinesa contemporânea:

Enquanto as decisões em tempos de “política como de costume” são alcançadas após prolongados processos de compromisso, um modo excepcional de tomada de decisão entra em vigor durante situações de crise aguda que são percebidas como ameaças à estabilidade. Este modo é caracterizado pela tomada de decisão ideológica centralizada e pelo governo por decreto. Os níveis mais altos da liderança do partido monopolizam todos os poderes de tomada de decisão durante essas fases, e as diretivas

‘lançamento de ações do Ant Group é suspenso’. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/03/maior-ipo-do-mundo-lancamento-de-acoes-do-ant-group-e-suspenso.ghtml>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

intrapartidárias têm prioridade máxima, restringindo severamente a latitude anteriormente concedida a agências estatais subordinadas e governos locais. (HEILMANN, 2018, p. 201).

Com base nesses apontamentos, o autor organiza uma série de eventos que considerou desencadeadora de ações imperativas por parte das lideranças chinesas sob o “modo de crise” (Tabela 1). Dentre os critérios estabelecidos por Heilmann (2018, p. 203-204), as mudanças no conjunto das tomadas de decisão sob Xi Jinping demonstrariam uma transição para um modo de governança de crise, pois alterações significativas teriam ocorrido no início de 2012 com a maior de concentração de poder, algo considerado por ele “fora dos padrões” se considerarmos as políticas adotadas no nível doméstico e internacional daquele momento.

Nota-se que os poderes de decisão sobre a reestruturação institucional do Estado e da economia têm se concentrado nos *Central Leading Small Groups*, grupos localizados nas sedes do PCC e somados à recente importância dispensada a mais um canal administrativo sob influência e comando diretos de Xi Jinping, o *Finance and Economic Leadership Small Group* (FELSG) – um grupo subsidiário especializado em reforma econômica cuja posição foi elevada há poucos anos enquanto formuladores especializados da *policymaking* em economia chinesa. O Central Leading vem atuando como o escritório do *Deepen Reform Leadership Small Group* (DRLSG), liderado pelo *Central Party Research Office*.

De acordo com Naughton (2014), essa diferenciação circunstancial é uma importante mudança no *policymaking* chinês no período de quinze anos, já que antes a elaboração da política econômica era de responsabilidade principal do premiê do Conselho de Estado. Importante observar ainda que, no contexto de transições políticas com a designação de novas lideranças, a partir da crise mundial iniciada em 2007-2008, ocorreram alterações nos processos de tomada de decisão e nos programas políticos traçados no longo prazo.

Tabela 1 – Eventos desencadeadores de “modo de crise”

Elementos de gatilho	Exemplos desde 1989
I. Crises de segurança interna com impacto nacional	Movimento de protesto urbano em 1989; movimento <i>Falun Gong</i> em 1999; protestos no Tibete em 2008; agitação em Xinjiang em 2009; ataques terroristas em Beijing e Kunming entre 2013-2014.

II. Tomada de decisão intrapartidária e crises organizacionais	Perda da capacidade de tomada de decisão no Politburo em 1989; luta contra a corrupção intrapartidária e a formação de conluíus desde 2012.
III. Escândalos com repercussão na liderança nacional	Campanha contra o contrabando de 1998; combater a epidemia de síndrome respiratória aguda grave (SARS) após um acobertamento inicial em 2003; processo penal contra membros do Politburo desde 2012.
IV. Política externa e tensões militares	Crise do Estreito de Taiwan em 1996; bombardeio da Embaixada da China em Belgrado em 1999; disputa territorial sino-japonesa entre 2012-2013 (Ilhas <i>Diaoyu</i> ou <i>Senkaku</i>).
V. Ameaças agudas à estabilidade econômica	Controle da inflação entre 1993-1995; centralização da supervisão financeira entre 1997-1998; programa de estímulo econômico entre 2007-2009.
VI. Desastres naturais	Inundações em 1998; terremoto no sudoeste da China em 2008.
VII. Choques externos	Colapso dos Estados socialistas na Europa Oriental entre 1989-1991; crise financeira asiática entre 1997-1998, crise financeira global entre 2007-2009.

Fonte: Heilmann (2018, p. 202).

Consideramos que o conjunto das condições tanto das desigualdades existentes quanto de eventos sociais ou políticos propulsores de crises ressaltados neste estudo (excluindo-se eventos de força-maior), contudo, não se trata de problema novo ou conjuntural, e sim, resultado das contradições que atravessam a estrutura de qualquer agrupamento humano, inclusive a sociedade chinesa. Trata-se, portanto, de movimentações orgânicas²¹ constituintes dos processos históricos específicos de determinada formação econômica-social, cujas relações internas se entrelaçam ao conjunto sistêmico das relações internacionais (SADER, 2012). Entendemos que “uma análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade” (LÖWY, 2015, p. 25). Dessa forma, é importante aqui concentrarmos brevemente a atenção na importância da compreensão de “crise” no seu sentido amplo:

Na topografia conceitual gramsciana, o conceito de ‘crise’ tem uma importância particular. Este tem um valor duplo: por um lado, evoca a hereditariedade marxista que vê na economia capitalista uma crise permanente, e por outro uma ideia ‘sistêmica’ do equilíbrio. Um sistema em crise não está em vias de extinção. Pelo contrário, no momento em que a

²¹ Para Gramsci (SADER, 2012, p. 40), “os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que ataca os grandes agrupamentos, além das pessoas responsáveis e do pessoal dirigente. No estudo de um período histórico aparece a grande importância dessa distinção. Acontece uma crise que, às vezes, se prolonga por dezenas de anos. Essa duração excepcional significa que, na estrutura, se revelaram – chegaram à maturidade – contradições insanáveis, que as forças políticas, que operam positivamente para a conservação e defesa da estrutura, vão, todavia, tentar sanar e superar, dentro de certos limites. [...] A distinção entre ‘movimentos’ e fatos orgânicos e movimentos ‘conjunturais’ ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situações”.

crise é alta, as 'relações invisíveis' entre local e global gozam de grande vitalidade. Trata-se de uma lei dinâmica: um sistema é tão mais complexo quanto mais atravessado por crises. A ordem é mantida em base às flutuações de um equilíbrio das forças de um a outro. Em Gramsci a ordem e o caos não são irreconciliáveis. (CICCARELLI, 2008, p. 274).

Dessa reflexão, conclui-se que partindo de uma análise que relaciona estrutura e superestrutura e que abrange as complexidades das relações de força no domínio internacional e doméstico, é crucial, enquanto metodologia para no nosso caso, distinguir os elementos de caráter orgânico que emergem enquanto crises ocasionais dentro dessa relação. Nesse terreno, partindo do método histórico dialético, encontraremos o fator de continuidade e de sustentação do sistema ou modelo chinês.

2. A COMPETIÇÃO ENTRE A CHINA E OS ESTADOS UNIDOS COMO ELEMENTO DE PRESSÃO SOBRE A GOVERNANÇA CHINESA

Ao longo deste capítulo, iremos discutir o avanço da competição entre Estados Unidos e China, uma vez que essa competição tende a não apenas moldar as ações do governo de Washington, receoso de perder o seu *status* de potência hegemônica, mas também condicionar as repostas políticas da liderança do Partido Comunista Chinês, que tem ajustado suas políticas com vistas a garantir maior soberania, melhor capacidade de defesa, maiores investimentos em Ciência e Tecnologia e Inovação (CT&I) e, principalmente, garantir maior coesão da sociedade chinesa para enfrentar uma conjuntura de grandes desafios – ou, no jargão político chinês, na “Era sem Precedentes”.

Nesse sentido, este capítulo está organizado da seguinte forma: no primeiro momento, será feito um histórico das relações bilaterais desde as guerras do Ópio até a formação da RPC, no qual o relacionamento foi marcado por muitas contradições e desconfianças. Em seguida, discutiremos o período de maior aproximação, que ocorreu entre 1972 e 2008, quando avançaram os laços econômicos, produtivos e financeiro entre os dois países. Na terceira seção, discutiremos a criação da primeira estratégia de contenção, o Pivô para a Ásia, formulado pelo governo de Barack Obama. Por fim, a criação de uma estratégia de confronto aberto, iniciada por Donald Trump, com as sanções comerciais e tecnológicas e por meio da criação da estratégia Indo-Pacífica, ancorada no QUAD (Índia, Japão, Austrália e Estados Unidos) e que posteriormente foi reforçada em 2021, já no governo Biden, pelos acordos AUKUS (Austrália, Reino Unido e Estados Unidos).

2.1 Origens do Relacionamento Sino-Americano

A primeira Guerra do Ópio entre a Inglaterra e a China abriu caminho para a influência de outras potências ocidentais sobre o país por meio de novos tratados lesivos ao seu interesse, levando o orgulhoso Império do Meio à condição similar de uma semicolônia. A partir de então, o país se viu em meio a guerras civis que dizimaram grande parte de sua população, além de retroceder a uma condição de país agrário (SUZUKI et al, 2016). No contexto da assinatura do Tratado de *Nanjing*, foi assinado o primeiro acordo entre China e Estados Unidos, em 3 de julho de 1844:

o Tratado de *Wangxia*, desvantajoso para o país asiático e que garantia aos cidadãos dos Estados Unidos concessões similares às aquelas obtidas pelos ingleses. Naquele momento, nos primeiros cinquenta anos após a independência dos Estados Unidos, os interesses dos estadunidenses concentravam-se no comércio e nas campanhas missionárias realizados na China. Não foram percebidas quaisquer interferências do governo de ambos os países nos primeiros anos dessas atividades (COHEN, 1971).

A atuação de missionários e comerciantes na China foi afetada por dois eventos abafados com a conjugação de esforços de tropas chinesas e ocidentais: a Rebelião *Taiping* (1851-1864) – de inspiração da religião protestante advinda de missionários estadunidenses e liderada pelo chinês convertido Hong Xiuquan – e a Guerra dos Boxers (1899-1900), que surgiu em uma sociedade secreta de chineses que enfrentavam, basicamente, a expansão da cultura ocidental e cristã no país. Nesse ínterim, um importante episódio foi o início da migração chinesa para os Estados Unidos, viabilizada pelo Tratado de *Burlingame*²² (*Burlingame-Seward Treaty*) de 1868, com vistas a satisfazer a necessidade de força de trabalho frente à corrida do Ouro na Califórnia. Não obstante, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o Ato de Exclusão dos Chineses²³ em 1882, que consistiu no primeiro veto à imigração por parte dos Estados Unidos.

O fim do governo imperial e a ascensão da república, em 1911, não alterou significativamente o modelo da relação sino-americana. A liderança estadunidense reconheceu o governo encabeçado pelo partido *Kuomintang*, apesar de a China se encontrar fragmentada sob o comando de diversos Senhores de Guerra. Os laços foram reforçados em 1928²⁴, quando o governo de Chiang Kai-Shek conseguiu unificar

²²O Tratado de *Burlingame*, assinado em 1868 e ratificado em 1869, celebrou uma possível intenção do estabelecimento de relações amistosas entre os dois países. A China, neste contexto, recebeu o *status* de nação mais favorecida.

²³Esse ato procurou vetar a entrada de chineses no país, que foram atraídos pela febre do ouro na Califórnia e por empregos na construção de ferrovias, como forma de proteção a força de trabalho doméstica. Neste contexto, os chineses que viviam nos Estados Unidos enfrentaram grande xenofobia por mais de quarenta após a assinatura do ato em 1882. A situação começou a se reverter paulatinamente com a produção de obras literárias sobre a China, principalmente aquelas produzidas pela influente romancista Pearl Buck (SPENCE, 1995).

²⁴É importante notar que os Estados Unidos vinham aumentando gradativamente os investimentos comerciais na China, principalmente após os anos 1920, quando as boas relações com Chiang Kai-Shek permitiram também um rápido crescimento não somente do número de escolas e universidades americanas em solo chinês, como de projetos assistenciais na área da saúde, a partir dos quais merecem destaque os “resultados importantes na pesquisa da varíola e do cólera, [...] e em remédios para o vício do ópio” (SPENCE, 1995, p. 372).

o país, porém, dando início a uma nova guerra civil ao perseguir os membros do Partido Comunista.

A invasão em massa de tropas japonesas na China, em 1937, não recebeu a condenação dos Estados Unidos por conta da opção de neutralidade por parte do Congresso. Apenas após os ataques em Pearl Harbor os Estados Unidos passaram a apoiar a resistência chinesa contra o Japão. Naquele momento, além de fornecer equipamentos militares, os Estados Unidos ajudaram na formação de quadros das forças armadas chinesas. Após o fim do conflito, em que pese o interesse dos Estados Unidos em reconciliar as forças do *Kuomintang* e do Partido Comunista – proposta levada adiante pelo General George Marshall – Chiang Kai-Shek tentou sem sucesso aniquilar as forças de Mao Zedong. Como resultado, teve que debandar seu Estado-Maior para a Ilha de Taiwan, onde sustentou o governo da República da China, em contraposição ao governo comunista da República Popular da China, sediado em Beijing (Pequim).

Vale lembrar que no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tinham como preocupação central que o comunismo não dominasse as economias industrializadas na Europa e na Ásia, como Japão e Alemanha (ANDERSON, 2015). Nesse momento, ocorreram mudanças significativas na política externa dos Estados Unidos frente à China. Dentro deste período, principalmente entre os anos 1940 e 1945, a parceria estratégica entre Estados Unidos e China contra o Japão resultou na primeira aliança sino-americana na história das relações entre os dois países. De acordo com Anderson, naquele momento:

O que seria necessário depois da guerra era uma generalização da Política de Portas Abertas que Washington havia instado seus rivais a seguir na corrida para tomar o controle dos mercados chineses: uma liberalização do comércio em todas as direções, mas de agora em diante – isto era crucial – firmemente inserida nas novas instituições internacionais. (ANDERSON, 2015, p. 25).

Em 1949, ano que marca a vitória das forças comunistas lideradas por Mao Zedong, a RPC possuía aproximadamente 20% da população mundial, mas representava menos de 5% do produto global. Os Estados Unidos não reconheceram o governo de Beijing, mantendo o governo de Taipei, em Taiwan, no Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas.

O maior apoio internacional obtido pelo novo regime veio da União Soviética. Entre 1950 e 1960, milhares de técnicos soviéticos contribuíram para a criação de

infraestrutura econômica na China. Do ponto de vista dos Estados Unidos, a aproximação entre a URSS e a China era uma ameaça de grandes proporções, abrindo caminho para o que posteriormente se chamaria de “teoria do dominó”, formulada por John Foster Dulles, supondo que o avanço do comunismo seria iminente e que seria preciso combatê-lo em cada país, por mais “insignificante” que fosse, pois se temia a sua difusão em uma reação em cadeia. De fato, foi o que aconteceu. Imediatamente após a vitória dos comunistas chineses, os dirigentes comunistas da Coreia do Norte fizeram uma grande ofensiva rumo ao sul da Península, levando as tropas estadunidenses lá estacionadas a rechaçar a invasão. Antes da derrota das forças do Norte, a União Soviética e a China intervieram em favor de seus aliados. Particularmente a China, que mal tinha acabado de sair de um grande conflito interno, arcou com o custo de enviar mais de um milhão de soldados para combater na frente coreana. As hostilidades foram suspensas em julho de 1953, quando a Península retornou aos *status* anterior à guerra (FAIRBANK; GOLDMAN, 2007). Nesse período,

[...] os acontecimentos da guerra foram utilizados para reforçar a percepção dos chineses dos males do imperialismo ocidental e, em particular, para isolar os Estados Unidos como inimigo principal da China. O envolvimento americano na Coreia era apontado como uma prova evidente das ambições dos EUA no Leste da Ásia e do ódio implacável dos Estados Unidos pela China e pelo povo chinês. [...] Nos Estados Unidos, tal como na China, os efeitos da guerra da Coreia foram sérios, distorcendo a percepção que um país tinha do outro. (SPENCE, 1995, p. 504-505).

Ainda no referido contexto, os Estados Unidos se mobilizaram para impedir uma invasão maciça da China sobre o território de Taiwan, e forças navais americanas se estabeleceram no Estreito de Taiwan e desencorajaram as iniciativas de Beijing. Em 1954, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o Tratado de Defesa Mútua (1955 – 1979) entre Estados Unidos e Taiwan, garantindo o apoio estadunidense diante de qualquer ameaça militar contra a Ilha, no caso, as forças de Mao Zedong.

Na década de 1950, as relações sino-americanas encontraram um novo ponto de tensão quando a guerra civil no Vietnã se intensificou. As forças do Vietnã do Norte, comunistas, obtiveram o apoio da URSS e da China em seu intento de reunificar o país. Em contrapartida, o governo dos Estados Unidos gradativamente aumentou seu envolvimento no conflito a tal ponto de entrar numa guerra direta na década seguinte. Diante da forte presença militar americana na região, Mao Zedong ironizou o

imperialismo norte-americano ao cunhá-lo como “Tigre de Papel” (*Zhilaohu* 紙老虎): aterrador em sua aparência, porém, sem a força que se pressupõe.

Do ponto de vista dos Estados Unidos, os crescentes atritos entre a China e a União Soviética viriam a ser um fato promissor, já que implicava a cisão da aliança entre seus principais inimigos. As diferenças entre os antigos aliados emergiram após a crítica ao período estalinista feita por Nikita Krushev durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956. Posteriormente, evoluíram para as diferenças ideológicas sobre os modelos econômicos, notadamente após a China adotar a política do “Salto Adiante”, que questionava a necessidade de avançar as forças produtivas (visão soviética) antes de avançar rumo ao comunismo.

Mais adiante, as divergências envolveram a crítica chinesa aos princípios de “coexistência pacífica” entre a URSS e os Estados Unidos, que seria a aliança entre o “social imperialismo” soviético e o “imperialismo capitalista” estadunidense. Por fim, o conflito verbal incidiu na disputa territorial na fronteira comum de ambos os países, na atual província de Xinjiang. Entre março e setembro de 1969, ocorreu o conflito armado que mobilizou centenas de milhares de soldados em ambos os lados que deixou dezenas de mortos.

2.1.1 Reaproximação estratégica entre China e Estados Unidos: engajamento e contenção

No início da década de 1970 frente à ameaça que rondava sua vizinhança, a liderança do PCC, temendo uma agressão em grande escala, buscou a aproximação dos Estados Unidos, já que a China necessitava de alguma proteção na iminência de uma suposta “guerra inevitável” com a URSS, principalmente no momento em que o fervor da Revolução Cultural se arrefecia. Tal como sugere Henry Kissinger (2011), a liderança chinesa se inspirou em sua história e se reposicionou de forma similar ao período dos Reinos Combatentes quando optou pela aliança com o inimigo distante para refrear a ameaça do inimigo fronteiriço.

A aproximação entre China e Estados Unidos ocorreu de maneira secreta a partir de contatos diplomáticos na capital polonesa de Varsóvia. A parte visível da reaproximação foi a visita de uma equipe de tênis de mesa dos Estados Unidos à China, em 1971, a primeira visita de cidadãos estadunidenses ao país depois da instalação da República Popular. Longe dos olhos da opinião pública, o então

assessor nacional de segurança, Henry Kissinger, realizou duas visitas secretas à China, em 1971, onde foram pavimentadas as pontes que viabilizaram a visita do Presidente Richard Nixon ao país em fevereiro de 1972. Mais adiante, observa-se que:

A visita de Estado de Deng Xiaoping para os EUA entre os dias 29 de janeiro e 4 fevereiro de 1979, foi a primeira de um líder chinês de tamanha importância como forma de retribuir as visitas à China de 1972 e de 1975 pelos presidentes Nixon e Ford, respectivamente, e simbolizava a nova era das relações sino-americanas. A visita foi significativa em dois níveis: 1) o fortalecimento de uma parceria triangular estratégica RPC-EUA para combater o expansionismo soviético; e 2) a geração da boa vontade da população americana que sustentaria o apoio dos Estados Unidos à nova longa marcha da China rumo à modernização. (GARVER, 2016, p. 408, tradução nossa).

Em suma, resultou-se daí a segunda aliança entre China e Estados Unidos (assim como a primeira, não estabelecida formalmente), sendo que os últimos estabeleceram uma estratégia de tipo *tertius gaudens*, pois “seu objetivo era aumentar sua influência junto a ambos [China e URSS] jogando um contra o outro para garantir uma solução que preservasse o Estado sul-vietnamita e a credibilidade militar estadunidense no sudeste da Ásia” (ANDERSON, 2015, p. 87). Além disso, como assinalou John Garver (2016), anteriormente, os americanos passam a contar com a força militar chinesa para a contenção da URSS na Ásia, tal como evidenciado nas intervenções militares chinesas no Camboja e, posteriormente, na rápida guerra realizada com o Vietnã em 1979²⁵. Na opinião de Kissinger (2011), a ação da China impediu a consolidação de uma união de repúblicas soviéticas no sudeste da Ásia.

Aqui cabe um adendo: nesse período, as relações diplomáticas entre os dois países só foram reatadas quando uma questão importante para a China foi tida como resolvida: o reconhecimento americano de que Taiwan é parte do território chinês²⁶,

²⁵Com a Guerra do Vietnã, travada em 1979, a China demonstrou grande capacidade de manejar seu poderio bélico quando na defesa de seus interesses mais fundamentais. De acordo com John Garver, “em 1979, o Vietnã entrou para a lista de vizinhos da China, a qual ensinou aquela lição: Estados Unidos; Coreia do Sul e do Norte; Índia; Taiwan; URSS. O poder da China é uma realidade que todos os seus vizinhos devem ter em conta” (GARVER, 2016, p. 400, tradução nossa).

²⁶É importante notar que, no ano de 1955, os Estados Unidos ameaçaram a China com um ataque nuclear – após a assinatura do Tratado de Defesa Mútua entre Chiang Kai-Shek e Dwight Eisenhower no ano anterior – frente às investidas militares chinesas que buscavam conter o envio de milhares de soldados taiwaneses às ilhas do estreito de Taiwan, a partir de 1954, forçando a país a negociar. Demais tensões entre os dois países ocorreram posteriormente quanto à questão de Taiwan – apesar do comunicado conjunto firmado em 1982 no qual consta o compromisso norte-americano em reduzir gradualmente o montante das vendas de armas a Taiwan – principalmente no ano de 1996, no momento da vitória do candidato pró-independência, Lee Teng-hui, nas primeiras eleições presidenciais livres de Taiwan. Não obstante, a questão de Taiwan, até o presente momento (2021),

com a política empregada por Jimmy Carter de “*One-China*” (Política de “Uma China”) em 1979, suspendendo em parte de suas relações com Taiwan. Pouco tempo depois, o congresso americano, com a aprovação do *Taiwan Relations Act* – que elencou os termos das relações diplomáticas com Taiwan – estabeleceu que não somente as relações culturais e comerciais com Taiwan deveriam prosseguir, mas também o fornecimento de armas “defensivas” pelos estadunidenses “para manter a capacidade dos Estados Unidos em resistir a qualquer recurso à força ou outras formas de coerção que colocaria em perigo a segurança, o sistema social ou econômico das pessoas em Taiwan”, a despeito do não cancelamento daquela política (AIT, 1979, seção n. 2, n.p.),

Desde 1979 até o governo de George W. Bush (2001 - 2009), as relações sino-americanas ocorreram sem maiores abalos, excetuando-se os episódios de 1989 (Praça Tianamen) e 1999 (ataque à embaixada da China em Belgrado). Nesse contexto, as relações econômicas, financeiras e comerciais avançaram fortemente, transformando a China no principal parceiro comercial dos Estados Unidos e também na fonte de seu déficit comercial. Na visão de Robert Sutter:

O interesse comercial norte-americano no mercado da China cresceu acentuadamente a partir de 1992 e foi creditado como um papel importante em convencer o governo de Bill Clinton, em 1994, em deixar de vincular o tratamento comercial dos EUA de nação mais favorecida às melhorias nas ainda péssimas condições dos direitos humanos na China. (SUTTER, 2016, p. 21, tradução nossa).

Portanto, superados os problemas políticos e econômicos decorrentes das manifestações populares da Praça de Paz Celestial, a economia voltou a crescer fortemente a partir da nova rodada de reformas (“o Grande Compromisso”²⁷) ocorrida após a famosa viagem de Deng Xiaoping ao Sul da China em 1992 e da vitória da ala mais à direita do PCC, com a aprovação de suas propostas apresentadas no XIV Congresso do Partido realizado no mesmo ano.

Após outros episódios que confluíram para um novo aumento de tensões entre Estados Unidos e China – como a instalação de porta-aviões pelos Estados Unidos no estreito de Taiwan em 1996; o bombardeio das forças da OTAN que atingiu a

implica divergências de opiniões e tensões crescentes que comprometem, em grande medida, o futuro próximo das relações sino-americanas.

²⁷ O *Grande Compromisso* se baseou na estratégia de abertura por meio da aceleração do processo de expansão das ZEEs, da descentralização do planejamento central e de intenso processo de reformas nas empresas estatais.3.Essas medidas promoveram o aumento das exportações e do desenvolvimento interno, devido aos investimentos públicos em infraestrutura (PINTO, 2011).

embaixada chinesa em Belgrado em 1999 e a ampliação de acordos militares com o Japão firmados com os Estados Unidos durante a década de 1990 – as relações comerciais entre os dois países se normalizaram já no início do século XXI. Não obstante, a visão oficial chinesa acerca dos Estados Unidos era predominantemente negativa, pois apesar das declarações de Bill Clinton (1993 - 2001) de que não havia nenhum projeto estadunidense desfavorável à China (JOHNSON, 2007), para os chineses, sua retórica se diferenciava em muito de suas práticas. Os apontamentos dos chineses que evidenciavam suas suspeitas se concentravam nas seguintes questões:

No início do século XXI, a lista de acusações e queixas chinesas contra o hegemonismo dos EUA foi longa e envolveu muitas questões de interesse direto da China e nas proximidades da Ásia. Elas incluíram o grande e crescente orçamento de defesa dos Estados Unidos; uma forte tendência em recorrer a medidas coercivas na política externa dos EUA; supostamente o completo desrespeito das instituições e regras internacionais quando considerado inconveniente; uma agenda agressiva na promoção dos valores ocidentais; decisões unilaterais para construir defesas contra mísseis; esforços para restringir informações de alta tecnologia para a China e outros; violações arrogantes da soberania de outros países; expansão injustificada de alianças dos EUA na Europa e na Ásia; e determinação para conter poderes emergentes, notavelmente a China. (SUTTER, 2016, p. 49, tradução nossa).

A despeito dessas suposições e críticas, com a restauração da relação bilateral em andamento, nota-se o esforço do então líder chinês, Jiang Zemin (1989 - 2002), e de seu ministro da economia, Zhu Rongji, na manutenção das iniciativas anteriores de Deng Xiaoping. Assim, decidiu-se buscar uma interação bilateral de alto nível com os Estados Unidos em questões importantes aos estadunidenses, a fim de se conseguir a integração do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), o que de fato aconteceu em 2001.

Nesse sentido, a China procurou se adequar às exigências dos americanos nos seguintes temas: direitos humanos; cooperação nuclear; maior abertura de seu mercado, dentre outras medidas econômicas; propriedade intelectual, e a participação chinesa nas organizações econômicas internacionais, como o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, sigla em inglês), o Banco Mundial, e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês).

Como resultado dessas interações, em agosto de 2005, o vice-secretário de Estado, Robert Zoellick, e o vice-ministro de relações exteriores, Dai Bingguo, deram

início ao primeiro diálogo estratégico entre China e Estados Unidos, cujos objetivos seriam, em suma: “impulsionar suas relações construtivas de cooperação, aumentando o diálogo; a construção de confiança mútua; a promoção da cooperação e do tratamento das diferenças de forma correta” (CHINA DAILY, 2005). Nesse momento, a China é reconhecida como uma potência emergente e como *responsible stakeholder*, com o objetivo de inspirar mudanças políticas em países acusados de não aderência às normas internacionais – como Coreia do Norte e Irã – por meio de sua influência positiva.

Nesse contexto das relações sino-americanas, George W. Bush (2001- 2009) se empenhou em preservar as conquistas até então obtidas junto à China, priorizando a cooperação, apesar das duras críticas internas que sofreu diante do comércio deficitário com a China e do crescente desemprego industrial nos Estados Unidos decorrente dos efeitos da globalização do capital, como o deslocamento de plantas industriais para a China (*offshoring*) e também da terceirização de diversas etapas produtivas (*outsourcing*). Esse deslocamento do capital produtivo, tanto para o exterior quanto para o setor financeiro, minou a capacidade do país em se manter praticamente autossuficiente, como vinha ocorrendo desde a Guerra do Pacífico, em 1898.

As crises financeiras que se sucedem desde 1987 minaram a primazia de sua moeda, contribuíram para o aumento do estoque da dívida pública, elevaram o déficit no balanço de pagamentos e criaram a inusitada dependência de capitais estrangeiros para financiar o Estado e o consumo das famílias. Simultaneamente, os fracassos em reescrever a política dos países do Oriente Médio por meio de custosas guerras, e sem o respaldo das Nações Unidas (como foi o caso da invasão ao Iraque), deslegitimaram a liderança moral de Bush junto aos seus próprios aliados.

A emergência da China como um rival de peso fez com que o país se reposicionasse internacionalmente por meio de uma estratégia para a Ásia e o Pacífico, buscando conter sua influência na região. Com a explosão da bolha no mercado acionário em 2000²⁸ e o grande endividamento com outros países, a opinião interna naquele momento confluía para a necessidade de o governo repensar a política da década de 1990.

²⁸Para um aprofundamento maior nessa temática, ver: BRENNER, R. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Por conta do esforço fiscal para viabilizar a sua máquina de guerra, os Estados Unidos foram forçados a ampliar o endividamento por meio de empréstimos de governos estrangeiros, em especial, da região da Ásia oriental. Notadamente neste período, a China liderada por Hu Jintao (2002 - 2012) contribuiu com US\$150 milhões ao governo Bush para viabilizar a reconstrução do Afeganistão depois da guerra com o Talibã. Apesar da expectativa inicial da vitória rápida e fácil, o contrário se mostrou com aumento do endividamento estadunidense, pois os custos da guerra eram crescentes e o petróleo iraquiano não conseguia cobri-los (ARRIGHI, 2008).

Durante a administração George W. Bush, a relação bilateral não sofreu maiores desgastes, a despeito de a China se tornar a maior credora dos Estados Unidos em 2008, portando, naquele momento, algo em torno de US\$ 492 bilhões em títulos do tesouro americano, ultrapassando o Japão, fato que se repetiria em 2010, quando a China ultrapassou novamente o Japão, mas como a segunda maior economia mundial²⁹.

Os maiores desafios, no entanto, que permeavam as preocupações de ambos os países, passavam pelo cenário mundial que sofria com a crise internacional iniciada em meados de 2007, a partir do mercado imobiliário americano no *subprime* (hipotecas de alto risco) e com a consequente falência do grupo Lehman Brothers no ano seguinte. Essa se propagou rapidamente revelando o seu caráter sistêmico. Ademais, Bush sentia a pressão interna e externa no sentido de resolver os grandes dilemas concentrados no “Iraque; Afeganistão; Paquistão; Irã; [e] questões mais amplas do Oriente Médio; Coreia do Norte, [além de] outros problemas de política externa que vieram ao topo da importante transição de liderança em 2012” (SUTTER, 2016, p. 132).

É nesse contexto de crise nos Estados Unidos que a esperança em recuperar o prestígio estadunidense e a solução da crise foi depositada na eleição de Barack Obama, em 2008, que prometeu em campanha o término da guerra da América no Iraque. Em outubro de 2011, cumprindo aquela promessa, Obama retira de forma gradual suas tropas do Iraque e Afeganistão. De acordo com Fiori:

[...] É possível identificar traços de derrota e de vitória norte-americana, mas talvez o mais importante sejam duas mudanças estratégicas de largo fôlego

²⁹ Como informação complementar, nota-se que em 2015 o volume de reservas atingiu aproximadamente US\$3,5 trilhões. Nesse mesmo ano, a moeda chinesa, o Yuan/Renminbi, passou a fazer parte da cesta de moedas que lastreia os Direitos Especiais de Saque do FMI, tornando-se uma moeda de reserva internacional ao lado do Dólar, do Euro, da Libra Esterlina e do Yen.

que estão sendo sinalizadas pela nova posição estadunidenses: a primeira, na administração do poder global dos Estados Unidos, que passa a ser mais imperial e terceirizada; e, a segunda, nas suas prioridades, que passam a ser Ásia e a disputa pela hegemonia do Pacífico sul, numa tentativa de recuperar, em pleno voo, o tempo perdido pelos Estados Unidos durante a ‘guerra global ao terrorismo’ do presidente George Bush, em uma década em que a China se expandiu vertiginosamente e ocupou posições cada vez mais importantes dentro do tabuleiro econômico e geopolítico asiático, enquanto os Estados Unidos permaneciam atolados no seu Grande Oriente Médio. (FIORI, 2014, p. 182).

É importante notar que, desde 2010, uma maior atuação dos Estados Unidos naquela região, conforme observou Fiori, ocorreu não apenas no sentido de aumentar sua presença militar, mas de reforçar os laços com aliados no Leste e no Sudeste da Ásia para refrear a ascensão chinesa. Já havia uma elaboração anterior do discurso chinês que, diante dos impasses a que é submetida, buscou acalmar seus vizinhos com o tema do “Desenvolvimento Pacífico”. Além disso, foram estabelecidas as duas grandes metas do “Sonho Chinês”³⁰, tal como definiu o presidente Xi Jinping: a construção de um país moderadamente próspero, em 2021, centenário da fundação do PCC, e de um país desenvolvido, em 2049, centenário da criação da RPC.

2.1.2 A China como um desafio estratégico para os Estados Unidos

A partir de 2011, a política de engajamento e contenção foi substituída por uma estratégia de contenção aberta na região da Ásia-Pacífico, durante o governo de Obama, ou Indo-Pacífico, a partir do governo de Donald Trump. A preocupação com a China aumentou muito por conta da resiliência do país com a crise de 2008 e também pelo fato de o país se tornar um dos principais parceiros na região do Leste e Sudeste asiático, sendo inclusive o principal destino das exportações do Japão,

³⁰Em 29 de novembro de 2012, Xi Jinping proclamou o “Sonho Chinês”. Naquele momento, explicou que: “O Sonho Chinês para a grande renovação da nação chinesa visa alcançar a prosperidade nacional, o rejuvenescimento nacional e a felicidade de todas as pessoas. Agora, o povo chinês é mais confiante e capaz de realizar o grande rejuvenescimento da nação chinesa do que em qualquer outro ponto da história, e está mais perto de realizar este objetivo do que em qualquer momento no tempo” (LI; MA, 2014, p. 1). Este tema ainda causa constantes questionamentos, principalmente quando parece fazer alguma analogia ao “Sonho Americano”, termo mundialmente conhecido. É possível apreender que o “Sonho Chinês” tem sua origem a partir dos intentos da China em estabelecer o diálogo entre iguais com os Estados Unidos, ou seja, já antes do atual líder chinês inaugurá-lo publicamente em 2012. Indicamos a seguinte fonte para essa temática: WANG, H. H. *The Chinese Dream: The Rise of the World’s Largest Middle Class and What it Means to You*. Oakland: Berret-Koehler Publishers, 2010.

Taiwan e Coreia do Sul, tradicionais aliados dos Estados Unidos na Ásia. Cientes do aumento da integração econômica da China com seus vizinhos, os Estados Unidos procuram se contrapor a essa crescente influência ao estimular as históricas rivalidades políticas entre a China e seus vizinhos, não apenas do Pacífico Ocidental, mas também no Oceano Índico, algo que seria focalizado a partir de 2017, quando o mencionado QUAD passa a ter maior ênfase na política de contenção da China.

Antes de avançarmos, é útil informar ao leitor que a discussão sobre o “pivô para a Ásia” foi feita no corpo de nossa dissertação de Mestrado, “As disputas hegemônicas entre Estados Unidos e China e a construção de uma nova ordem mundial” (LACERDA MATTOS, 2016), defendida em 2016, cujo texto sintetizamos a seguir.

2.1.3 O “pivot para a Ásia” (2011 - 2016)

A maior evidência de que os Estados Unidos passariam a privilegiar a região da Ásia-Pacífico a partir de 2011 foi o discurso da então Secretária de Estado do presidente Barack Obama, Hillary Clinton, revelando o renovado interesse americano na região e confirmando aquela estratégia. No seu discurso, ela observou que é fundamental para os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos que o país aproveitasse o crescimento e dinamismo da Ásia para abrir novas oportunidades de investimento, comércio e acesso à tecnologia de ponta, sendo este um dos recursos principais para recuperar a economia doméstica. Acrescentou também que seria necessária a manutenção das relações com os principais países como o Japão e a Coreia do Sul e agregar novos parceiros, como a Índia e Indonésia. Segundo a Secretária de Estado, os Estados Unidos precisariam reequilibrar a sua estratégia direcionando-se totalmente para a Ásia, onde Washington investiu poucos recursos naqueles anos por causa de sua preocupação com as duas guerras – a do Afeganistão e a do Iraque. Para respaldar as futuras ações americanas na região, Hillary afirma na mesma declaração que:

A região está ansiosa por nossa liderança e nossos negócios – talvez mais do que em qualquer outro momento da história moderna. Nós somos a única potência com uma rede de alianças fortes na região, sem ambições territoriais e com longo histórico em fornecer subsídios para o bem comum. Juntamente com nossos aliados, nós temos subscrito a segurança regional por décadas – patrulhando o mar da Ásia e preservando a estabilidade – e isso, em retorno, tem ajudado a criar as condições para o crescimento. [...] Nós somos o maior parceiro de comércio e investimento da região, uma fonte de inovação que

beneficia trabalhadores e empresários em ambos os lados do Pacífico, um hospedeiro de 350.000 estudantes asiáticos todo ano, um campeão de mercados abertos e um defensor dos direitos humanos universais. (CLINTON, 2011, n.p.).

O discurso de Hillary não foi explícito, mas ao se reposicionar na Ásia, seu objetivo estratégico seria a contenção da China, pois “o governo Obama deixou claro que os Estados Unidos estavam preparados para empreender medidas militares necessárias para lidar com o acúmulo de forças chinesas visando os americanos e os interesses americanos na Ásia-Pacífico” (SUTTER, 2016, p. 133). Essas medidas se confirmam nas linhas da diretriz estratégica de seu governo, ou seja, do documento NSS-2015 (*National Security Strategy*), lançado em fevereiro de 2015. Na seção que versa sobre a Ordem Internacional e no item “Avançar o nosso reequilíbrio para a Ásia e o Pacífico” (*Advance Our Rebalance to Asia and the Pacific*”, em suma, determina-se que, na relação do país com a China:

[...] Buscamos a cooperação em desafios regionais e globais compartilhados, como as mudanças climáticas, a saúde pública, o crescimento econômico e a desnuclearização da Península Coreana. Embora haja concorrência, rejeitamos a inevitabilidade do confronto. Ao mesmo tempo, vamos gerir a concorrência de uma posição de força, insistindo para a China respeitar as regras internacionais e normas sobre questões que vão desde a segurança marítima ao comércio e direitos humanos. Vamos acompanhar de perto a modernização militar e a expansão da presença da China na Ásia, enquanto procuramos maneiras de reduzir o risco de mal-entendidos ou erros de cálculo. Sobre a segurança cibernética, tomaremos medidas para proteger nossos negócios e defender nossas redes contra o *cyber-furto* de segredos de mercado para fins comerciais, seja por atores privados ou por meio do governo chinês. (THE WHITE HOUSE, 2015, n.p., tradução nossa).

Com esse “acompanhamento” próximo do governo Obama de todas as atividades chinesas no Pacífico, notaremos adiante quais medidas estão sendo tomadas frente aos temas elencados no documento, principalmente aquelas de cunho militar.

É importante acrescentar que a segurança cibernética sinaliza ser um tema importante e de difícil resolução que constantemente permeará as relações sino-americanas. Recentemente, em maio de 2015, a China foi denunciada pelos Estados Unidos de se valer da espionagem com o intuito de garantir vantagens competitivas na área comercial e industrial. As acusações ganharam força quando o Departamento de Justiça dos Estados Unidos autuou formalmente cinco membros das Forças Armadas da China por possivelmente se utilizarem das atividades de *hackers*

pertencentes a uma base militar chinesa em Shanghai, sob a acusação de furto de segredos comerciais nos setores energético (nuclear e solar) e metalúrgico.

Devido ao episódio, o governo chinês à época suspendeu o diálogo estratégico sobre segurança cibernética com os Estados Unidos e, após negar veementemente o crime que lhe fora imputado, a China, por intermédio do Ministério da Defesa, lembrou sua contraparte da polêmica que envolve a espionagem estadunidense como no caso *Wikileaks*, denunciado por Julian Assange em 2010, e outro vazamento realizado por Edward Snowden, ex-técnico da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA, sigla em inglês) em 2013. Somente após a visita de Estado de Xi Jinping à Casa Branca, em setembro de 2015, os presidentes chegaram a um acordo no qual os dois países se comprometeram a atuar contra a realização de roubos comerciais ou de propriedade intelectual por meio da ciberespionagem, o que inclui o estabelecimento de uma cooperação mais assertiva em ações de combate aos crimes cibernéticos.

Frente à reflexão aqui proposta, julgamos importante a seguinte observação de Johnson:

As relações amigáveis que os Estados Unidos tiveram com a China durante os últimos 18 anos da era da Guerra Fria, depois do histórico realinhamento Nixon-Kissinger, eram baseadas numa oposição comum à URSS. O colapso da União Soviética, portanto, pôs fim à principal utilidade da China para os Estados Unidos como aliada, e ao mesmo tempo reforçou sua nova condição de possível rival a longo prazo da hegemonia americana. No rastro da Guerra Fria, com a intenção do Pentágono de manter níveis de gastos militares próximos aos da Guerra Fria, inimigos no horizonte global eram bastante necessários. [...] a ascensão econômica da China como grande potência no Pacífico ofereceu uma possibilidade de que ela se ajustasse à necessidade do Pentágono de ter um grande inimigo. (JOHNSON, 2007, p. 204).

No contexto de supostas ameaças, Amaury Oliveira (2013) já atentava para fatos concretos que denunciavam um constante aumento das tensões entre os dois países no contexto das disputas hegemônicas. Assim, ele pontuou algumas das ações do país na região do Pacífico, como o anúncio de modernas belonaves, ou navios de guerra, ancorados no porto de Singapura, e a assinatura de acordos de reafirmação de laços com Filipinas, Tailândia e Austrália (OLIVEIRA, 2013). Também foi negociado o estacionamento rotativo em bases australianas com até 2.500 fuzileiros navais americanos. Outro ponto importante citado por Oliveira (2013) é o empenho dos Estados Unidos em retomar bases navais antes utilizadas na Guerra Fria, como a Baía de Subic (Filipinas) e a Baía Cam Rahn (Vietnã).

Esse reposicionamento indica que os EUA passaram a compreender o desafio chinês em termos diferentes da estratégia de “contenção e engajamento”. De um lado, alguns estudiosos, como Robert D. Kaplan (2010) e Dambisa Moyo (2013), acreditam que a concorrência internacional por recursos estratégicos será severa, aumentando o potencial de atritos entre China e Estados Unidos. Outros argumentos tendem a explicar que, na atual situação mundial, a reafirmação do compromisso com o “desenvolvimento pacífico” decorre de um receio chinês de que os estadunidenses se concentrem em frear a contínua ascensão chinesa. Há aqueles que são ainda mais céticos quanto a uma possível “parceria estratégica China-EUA”, ressaltando o “desafio estratégico” representado pela China, ameaçando a hegemonia dos Estados Unidos na região (DE CASTRO, 2011, n.p.).

Alguns estudiosos defendiam que a “liderança dos Estados Unidos e sua presença na segurança da Ásia têm que continuar para apoiar e sustentar essa visão de ordem regional, que é compartilhada amplamente em toda a região Ásia-Pacífico” (MANNING; PRZYSTUP, 2013, n.p.). A prova dessa presença benéfica seria o fato de o Leste Asiático ter prosperado a uma extensão sem precedentes ao longo das últimas quatro décadas, como resultado do compromisso dos Estados Unidos com a região. Esses mesmos analistas defendem que, após a crise financeira global de 2008, a China considerou que os Estados Unidos estavam em declínio terminal e, por isso, pensou aquele ser o momento de para uma nova emergência.

Ademais, outras correntes de pensamento sustentam que a China “não irá se contentar com nada menos do que uma posição de igualdade com os Estados Unidos na ordem asiática”. Ou seja, “*pares* (paridade) sem o *primus* (primazia)” (WHITE, 2013, n.p.). Além disso, afirmam que o objetivo da política dos Estados Unidos é usar todos os elementos de seu poder para preservar a velha ordem com base na primazia, “mesmo que isso leve à crescente rivalidade estratégica com a China, que compromete a paz e a estabilidade regional”. Nesse entendimento, a política contemporânea dos EUA pode claramente ser caracterizada como de “contenção”.

2.1.4 Do pivô para a Ásia à aliança indo-pacífica (QUAD e AUKUS)

Com a posse de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos em janeiro de 2017, teve início uma escalada de conflitos com a China, que envolvem questões políticas, comerciais, tecnológicas e de defesa (PIRES; NASCIMENTO, 2020). Já

mesmo antes da posse, Trump provocou mal-estar com a China ao violar o princípio de uma “Uma China”, o que para Pequim é peça basilar de sua diplomacia. Desde a visita de Richard Nixon à China, os Estados Unidos se comprometeram a respeitar esse princípio, tal como consta no Comunicado de Xangai, de 1972, em que o governo estadunidense assumiu a seguinte posição:

Os Estados Unidos reconhecem que todos os chineses de ambos os lados do Estreito de Taiwan sustentam que existe apenas uma China e que Taiwan faz parte da China. O governo dos Estados Unidos não contesta essa posição. Reafirma seu interesse em uma solução pacífica da questão de Taiwan pelos próprios chineses. (THE JOINT US-CHINA COMMUNIQUE, p. 3, tradução nossa, 1972)

Isso foi reforçado em 1979, quando ambos os países restabeleceram relações diplomáticas formais durante o governo de Jimmy Carter, na ocasião em que Deng Xiaoping visitou os Estados Unidos. Entretanto, antes da posse, em dezembro de 2016, Donald Trump manteve contatos telefônicos com a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, gesto que o governo de Pequim considerou como uma provocação e afronta ao princípio de “Uma China”. O descontentamento chinês tem se agravado com a venda de armas para Taiwan e com as constantes visitas de autoridades e embarcações militares dos EUA à Ilha. Soma-se a isso o apoio aberto dos Estados Unidos às manifestações independentistas em Hong Kong, tanto em 2014, como em 2019, que de forma geral também violam o princípio de “Uma China”.

Atualmente, durante o governo de Joe Biden, a situação tem se deteriorado, porque recentemente foi confirmada a presença de militares instrutores em Taiwan atuando em conjunto com as forças armadas locais. Para piorar a situação, o governo Biden abandonou a costumeira dubiedade e afirmou que interviria num conflito no Estreito de Taiwan em defesa do governo de Taipé (AL JAZEERA, 2021). Como resposta à postura dos Estados Unidos, as forças aéreas da China têm realizado uma série de missões no espaço territorial de Taiwan para testar a velocidade de resposta dos taiwaneses e também para advertir sobre o risco de uma declaração formal de independência.

Outro ponto de atrito diz respeito ao Mar da China Meridional. Há inúmeros arquipélagos (*Paracel, Spratly e Scarborough Shoal*, entre outros) que são disputados pela China, Filipinas, Malásia, Brunei e Vietnã. A demanda chinesa pressupõe que a

maior parte da área seja controlada por Pequim, a chamada “*Nine Line Dash*”. Os Estados Unidos contestam o direito chinês sobre o Mar do Sul da China. Há duas lógicas que se contradizem: a China consolida a ocupação de ilhas e recifes por meio da instalação de equipamentos civis e de defesa, e os Estados Unidos organizam as chamadas *Freedom Of Navigation Operations* (FONOP) que circulam ao redor das ilhas ocupadas pela China, desafiando a soberania chinesa sobre essas águas. Considerando que a área abrangida pelo Mar da China Meridional é o local de maior tráfego naval do mundo, é de se supor que há muitos elementos conflitivos nesse delicado assunto. O episódio mais recente ocorreu com o anúncio da aliança militar entre Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, mais especificamente para a transferência de tecnologia para a construção de submarinos nucleares para o governo de Camberra. Tal medida é direcionada para a contenção da China em mar e foi durante criticada pelo governo de Pequim (BBC, 2021).

A guerra comercial em curso é mais um ingrediente do conflito. Em março de 2018, o governo Trump impôs tarifas sobre o aço e o alumínio a diversos países, incluindo a China. Em abril de 2018, o governo de Pequim também retaliou as importações dos EUA e iniciou um ciclo de retaliações que persiste até os dias atuais. Esse tema merece uma discussão à parte, dada a sua complexidade e os movimentos de ambos os lados nesse imbróglcio que ainda está distante de uma solução, mesmo com a assinatura do Acordo de Fase 1, de 2019, em que a China se comprometeu a aumentar as importações oriundas dos Estados Unidos. Entretanto, por conta da pandemia, a China não cumpriu as metas preestabelecidas, e o governo Biden volta pressionar o país para que honre sua palavra enquanto ameaça novas medidas (REUTERS, 2021).

Um quarto aspecto a ser considerado é a guerra tecnológica, iniciada em abril de 2018, quando o Departamento de Comércio dos EUA anunciou a proibição das exportações de tecnologias e componentes americanas para a fabricante chinesa de smartphones ZTE. A sanção foi levantada em julho de 2018 depois de a empresa pagar multa de US\$1,4 bilhão ao Departamento de Justiça (BBC, 2018). Entretanto, outro alvo das sanções estadunidenses foi a Huawei, empresa líder em tecnologia de base para a Internet 5G. O imbróglcio começou em 1º de dezembro de 2018, quando Meng Wanzhou, diretora financeira e vice-presidente da Huawei, foi presa em Vancouver a pedido do Departamento de Justiça dos EUA, sob a alegação de que a empresa violou de sanções contra o Irã. O problema escala para um patamar mais

perigoso em maio de 2019, quando Trump emite uma ordem executiva para banir a Huawei dos EUA e proíbe a exportação de componentes para a empresa. Em julho de 2019, Trump levanta as sanções à Huawei após reunião com Xi Jinping durante o G20, mas o problema continua sem solução, principalmente porque os Estados Unidos impuseram nova rodada de sanções, dessa vez exigindo autorização especial para que empresas de outros países pudessem vender microchips à China e qualquer outra tecnologia que possa ser utilizada pelos chineses para a produção desses semicondutores (CNN, 2020).

Esta temática continua tensa, não apenas pelas pressões de autoridades estadunidenses para que terceiros países não utilizem as tecnologias da Huawei, como Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, mas também pelas restrições impostas à venda de peças e sistemas à empresa. A América Latina tem sido alvo da pressão de Washington para banir a Huawei do 5G, mas até agora isso não tem surtido efeito, como no Brasil, em que a empresa chinesa de telecomunicações poderá fornecer equipamentos para a próxima geração de 5G.

Por fim, mas não menos importante, nesse estoque de passivos entre os Estados Unidos e a China, está a *Belt and Road Initiative* (BRI). Em 2013, a China lançou um ambicioso programa de financiamento de projetos de infraestrutura por meio dessa iniciativa, que é um ousado projeto econômico e geopolítico com o propósito de ampliar e fortalecer a cooperação regional. Possui dois braços: um terrestre e outro marítimo, respectivamente o Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota Marítima da Seda do Século XXI, e tem por foco a interconectividade e a cooperação primeiramente entre os países da Eurásia, mas ampliada posteriormente para a África e América Latina por meio da construção de infraestrutura básica e de transporte e comunicação. Para apoiar o financiamento da Iniciativa, o governo chinês criou o *Silk Road Fund*, em 2014, com a previsão de investimentos da ordem de US\$40 bilhões, e também estruturou o Banco de Desenvolvimento em Infraestrutura da Ásia (*Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB)), que tem por finalidade complementar o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) em projetos de investimentos em infraestrutura (REUTERS, 2014).

Diante da magnitude da BRI e da grande adesão de países à iniciativa, que tem conferido um grande peso econômico e diplomático para a China, o projeto vem sendo criticado por Washington ao acusar o governo de Pequim de criar uma “armadilha da dívida”, já que os empréstimos a países pobres e já altamente endividados seriam

feitos sem critérios e estariam levando à inadimplência dos países receptores (CFR, 2020). Em que pese essas críticas, a elite dos Estados Unidos se empenhou em criar uma estrutura concorrente para fazer frente à influência da China. Em outubro de 2018 o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma lei, com apoio bipartidário, para viabilizar investimentos em infraestrutura, o “*Better Utilization of Investments Leading to Development*” (BUILD Act). De acordo com a nova legislação, foi criado em 2019 o “*U.S. International Development Finance Corporation*”, que tem por objetivo competir com a China nesse segmento (RANDLE; BADURA; MURPHY, 2019). Estima-se que o novo fundo possa movimentar US\$60 bilhões em empréstimos para os países em desenvolvimento, coordenando ações estatais e privadas.

O tema dos investimentos em infraestrutura ganhou novo ímpeto no governo de Joe Biden, pois além de propor a reconstrução da infraestrutura doméstica, o presidente anunciou na última reunião do G7, na Inglaterra, a criação de um fundo de US\$40 trilhões destinados ao projeto “*Build Back Better World Partnership*” (B3W) (WHITE HOUSE, 2021).

2.2 Considerações Parciais

Ao tentar refletir sobre qual deveria ser o ponto de partida para analisar a política internacional contemporânea e os períodos de crise desde o final dos anos 1990, Pondrelli (2021) considera que as políticas de contenção da China podem ser traduzidas na fusão de elementos de estratégias elaboradas a partir da concepção teórica de Mackinder (1904), Spykman (1942) e Brzezinski (1998). A partir dessa análise, os Estados Unidos não podem aceitar o nascimento de um *hegemon* ou de uma aliança anti-Estados Unidos – como a Rússia ou/e Irã, por exemplo – e então é necessário que se fortaleçam as alianças na região Indo-Pacífica, na medida em que não se permita que esses aliados se tornem hegemônicos ou concorrentes ao poder estadunidense. Nesse cenário, a principal frente de confronto entre as superpotências, ao invés de se estabelecer na Europa, como no passado, já estaria estabelecida no Indo-Pacífico, com políticas de projeção da China no Mar da China Meridional e nos Mares intermediários como tentativa de se garantir a sua segurança e o afastamento de navios inimigos.

Assim, as tentativas dos Estados Unidos de limitar a ação chinesa se desenhou desde Obama até no governo atual, com Joe Biden na presidência, cujas relações

com Japão, Austrália e Índia estão sendo estreitadas. No entanto, os estrategistas chineses estão cientes da ameaça que o país representa, como observamos no histórico da relação entre os países. Nesse sentido, merece especial atenção saber como a liderança chinesa está se organizando para enfrentar as múltiplas dimensões do risco estadunidense nos campos ideológico, militar e geopolítico. Entender a especificidade da liderança exercida por Xi Jinping é essencial para compreender os rumos dessa competição estratégica.

3. XI JINPING E O SONHO CHINÊS NA ERA SEM PRECEDENTES

Logo após ser eleito para o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês, Xi Jinping escreveu o artigo “Alcançar o rejuvenescimento é o sonho do povo chinês” (2012), no qual refletiu acerca de uma exposição histórica que debatia os desafios impostos pela Guerra do Ópio, mas também sobre os novos desafios que se colocavam para o povo chinês, como o de realizar o “sonho chinês”, que em sua visão seria:

[...] criar uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos pode ser alcançado até 2021, quando o PCC comemora seu centenário; a meta de transformar a China em um país socialista moderno que é próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso pode ser alcançada até 2049, quando a RPC completa seu centenário; e o sonho do rejuvenescimento da nação chinesa será então realizado. (XI, 2012, n.p., tradução nossa)

Naquele momento, ele chamava a atenção para as mudanças profundas que estavam ocorrendo na China, fazendo menção a um antigo ditado local, que já havia sido citado por Mao Zedong, que fala dos “mares se transformando em campos de amoreira”, numa alusão a transformações profundas e talvez inimaginadas. A mesma noção é repetida mais adiante, quando afirmou que “no futuro, a nação chinesa ‘avançará como um navio gigantesco quebrando com ventos fortes e ondas pesadas’”, mas, no entanto, mantinha o otimismo ao chamar atenção que a China estava mais confiante e capaz de alcançar o seu sonho “do que em qualquer outro momento da história” (XI, 2012).

Conforme discutimos no capítulo anterior, a ascensão da China tem provocado fortes reações do governo dos Estados Unidos, que tem buscado por diversos meios conter o desenvolvimento de seu concorrente estratégico. Após experimentar uma década de grande expansão econômica, política e militar, imediatamente após a vitória na Guerra Fria (1990), os Estados Unidos passaram a enfrentar grandes desafios de ordem política, militar e econômica na década seguinte. O fracasso das intervenções globais, a queda do prestígio político em nível internacional e os efeitos de uma dura recessão provocada pela crise financeira abalaram os fundamentos do país como uma superpotência que podia definir unilateralmente sua agenda.

Frente ao desafio colocado pela ascensão da China, dificilmente a maior potência do mundo aceitará uma condição de equilíbrio e equidade nas relações

internacionais. Pelo contrário, irá buscar os meios de estender seu ciclo hegemônico pelo maior tempo possível, mesmo que isso entre em contradição com os valores que difundem junto a outros países. Enquanto defendem a democracia e direitos humanos em todas as partes do mundo, como na China, os Estados Unidos se aliam a governos francamente despóticos; enquanto defendem o primado da lei, agem de maneira unilateral em confronto com decisões do Conselho de Segurança da ONU; enquanto defendem as organizações multilaterais, incentivam acordos bilaterais e/ou regionais que fragilizam as regras da Organização Mundial de Comércio, e enquanto defendem as liberdades individuais, organizam esquemas de vigilância secreta sobre seus próprios cidadãos e governos e pessoas de outros países. Essa incoerência já foi analisada por Michael Mann (2006), que ressaltou não apenas o vácuo entre ações e ideias, mas também a violência exercida pelo governo de Washington, em detrimento de uma pauta liberal, para manter a sua proeminência.

3.1 Choque de Ideias, Valores e Posicionamentos

Em primeiro lugar, ao se pensar nas disputas políticas e ideológicas entre Estados Unidos e China, é preciso considerar a grande contribuição de Antonio Gramsci para o entendimento de como as ideias sociais refletem a posição de classe ou a hegemonia de uma classe social no contexto interno dos países. Gramsci ensina que a ideologia reflete uma concepção de mundo que todos possuem e é influenciada de acordo com o ambiente no qual os indivíduos interagem, se formam e operam. Em outras palavras, “cada camada social tem ‘sua consciência e sua cultura’, isto é, sua ideologia [que não é] estritamente política: identifica um grupo ou camada social”. (LIGUORI, 2017, p. 401).

Nas conceptualizações em Gramsci, há uma espécie de “escala” de equivalências do termo, que vai da ideologia mais elementar (senso comum), que se exprime nas interações humanas e na linguagem (que indicam o pensamento), até a uma ideologia mais complexa, como a filosofia e as concepções de mundo que os grandes intelectuais elaboram. A ideologia mais elementar, para Gramsci, corresponde às ideias dirigidas às pessoas via o aparato cultural do Estado, propagado por meio das mídias digitais ou impressas, escolas, universidades, dentre outros meios, e que formam o senso comum (LIGUORI, 2017).

O conceito de ideologia em Gramsci é fundamental na sua concepção de “hegemonia”, que é o seu conceito mais importante, pois é relacionada com a ideologia difundida e baseada em uma concepção de mundo particular. De acordo com Liguori:

A importância das ideologias deriva do fato de que elas ‘organizam’ as massas: Gramsci retoma muitas vezes uma afirmação de Marx relativa ao fato de que ‘uma persuasão popular tem frequentemente a mesma energia de uma força material’. A luta pela hegemonia é luta de ideologias: não se trata de uma pura ‘batalha das ideias’, estas ideias têm uma ‘estrutura material’ [...] articulam-se em ‘aparelhos’[...]. (LIGUORI, 2017, p. 400).

Isso é importante porque os grupos hegemônicos em cada sociedade buscam difundir as suas próprias visões de mundo como se expressassem a perspectiva de toda a sociedade. Já apontamos como os Estados Unidos, por exemplo, constroem uma narrativa em que apresenta o seu sistema político e seus valores como um exemplo para a toda a humanidade, como uma *city upon the hill* (“cidade sobre a colina”, no português). Os modelos que não se encaixam nesse modelo são refutados e considerados ilegítimos. A China, por sua vez, mesmo não querendo exportar seus valores ou seu sistema político, precisa organizar uma estratégia discursiva que não apenas que lhe dê legitimidade, mas que também garanta o respeito às suas opções políticas e que reflita sua hegemonia interna, nesse caso, do Partido Comunista.

Nesse sentido, é importante ressaltar que Estados Unidos e China, apesar de possuírem distintas visões de mundo, coincidem acerca da própria percepção de excepcionalidade que influencia suas ações em nível internacional. Os Estados Unidos tendem a professar uma fé missionária na transmissão de seus valores, mesmo que isso seja feito de maneira contraditória por sua *realpolitik*. Já a China, com uma sociedade que do ponto de vista cultural e filosófico “se basta”, almeja alcançar uma ordem internacional estável para desenvolver seu projeto de fortalecimento nacional, o “Sonho Chinês do Rejuvenescimento da Nação”, sem buscar, ao menos do ponto de vista retórico, a hegemonia ou a confrontação. Seguindo esse raciocínio, assim como os estadunidenses, a China também demonstra uma crença excepcional acerca de sua superioridade enquanto povo, porém, assentada em elementos diversos daquele, o que será discutido em breve.

Sabemos que a batalha no campo ideológico é um item importante de justificação e até de legitimação da dominação (dentre outras ações nocivas) de uns

países por outros. Tomemos por exemplo a reflexão de Loretta Napoleoni (2014) que chama atenção para os discursos elaborados pela “máquina de propaganda” ocidental, que credita as instabilidades políticas, sociais e econômicas de países do Oriente Médio a uma possível inaptidão que tais governos têm em estabelecer um modelo democrático e de liberdades individuais, tal como no Ocidente, e não às várias intervenções estrangeiras e o fomento de regimes ditatoriais na região por aqueles mesmo governos ocidentais que se orgulham de seu modelo político e econômico. Ainda de acordo com a autora, enquanto concentra o poder persuasivo do discurso, o Ocidente forja e esconde realidades de países da África e do Oriente Médio, de modo a impedir que eles desponham como possíveis rivais ou concorrentes econômicos, como aconteceu com a China.

A governança desses países seria caracterizada como modelos desviantes daquele considerado “universal” e legítimo. Ainda de acordo com Napoleoni (2014, p. 11), o que não se divulga pela mesma máquina de propaganda é que a China não somente emergiu como “a tábua de salvação que impediu que o mundo mergulhasse numa Nova Grande Depressão”, depois da falência do Lehman Brothers, em 2008, mas também como alternativa na propositura de um modelo diferente de organização social, política e econômica. Isso também se reflete na própria interpretação dos rumos da conjuntura internacional desde o fim da década de 1980. Os acontecimentos históricos que marcaram a ascensão do neoliberalismo como modelo socioeconômico e político a ser seguido pelo mundo todo, como a queda do muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e, até mesmo, os protestos que emergiram na Praça *Tiananmen* (esses seguidos pela repressão vigorosa do governo chinês), são elementos utilizados principalmente pelo discurso dos Estados Unidos para a elaboração de uma visão de mundo deturpada e triunfante, que estigmatizou não somente os regimes comunistas sobreviventes, como a China, mas também Cuba, Vietnã e Coreia do Norte.

No caso específico da China, esse discurso buscou atribuir o seu sucesso à adoção de práticas neoliberais após o processo de Reforma e Abertura, pois o Ocidente parte da tese de que a constituição social e política de uma nação como se apenas fosse considerada moralmente legítima ao adotar o modelo da democracia liberal. Essa tese foi difundida de tal forma que uma parcela da população chinesa, nas manifestações de 1989, incluiu essa demanda entre as reivindicações do movimento, mesmo que se tratasse de uma visão obscura, romantizada e não coincidente com a realidade, pois a maioria da população ocidental já sofria com a

precarização de suas condições de vida, e também às próprias aspirações dos manifestantes, que buscavam maior igualdade e melhores condições materiais de vida, o oposto da prática ocidental.

Partindo dessa reflexão, é relevante observamos que, para a população acampada na praça naquele momento, “democracia era sinônimo de igualdade econômica, logo, de iguais oportunidades de crescimento, algo que foi conquistado por um amplo segmento da população chinesa nos últimos vinte anos” (NAPOLEONI, 2014, p. 18). No entanto, os acontecimentos no país naquele contexto vieram a “confirmar” algo que já era afirmado pela ideologia dominante e agora expressa pela opinião pública ocidental via noticiários televisionados: o caráter repressor da China comunista. Interessante notar que era vantajoso para a imprensa internacional e as elites ocidentais que as representavam manter viva a ideologia cimentada pela Guerra Fria, que ressaltava as diferenças dicotômicas e irreconciliáveis entre regimes considerados “do bem” (países ocidentais, capitalistas e democráticos) *versus* “do mal” (países orientais, comunistas e ditaduras).

Na China, a democracia de tipo ocidental costuma ser associada a três grandes cataclismos políticos: a desintegração do bloco soviético, conseqüente à abertura de Gorbachev ao Ocidente (perestroika); a democracia popular da Revolução Cultural chinesa, perseguida por Mao nos expurgos; e a independência de Taiwan após a fuga de Chiang Kai-shek. Democracia é, pois, sinônimo de caos, de falta de controle. E o Partido Comunista da China contribuiu para essa visão ‘apocalíptica’ quando, depois de Tiananmen e da queda do Muro de Berlim, passou a enfatizar a equação ‘democracia ocidental=caos. (NAPOLEONI, 2014, p. 68).

Na conjuntura política pós-Guerra Fria e no contexto político que envolveu toda a discussão em torno dos acontecimentos na Praça, consumou-se, então, uma visão estereotipada que funda e baseia as relações entre a China e partes consideráveis do mundo desde então, o que estimulou uma guerra entre discursos no qual os líderes chineses passaram a participar buscando a sua própria sobrevivência.

Importante observar que a busca pela modernização chinesa via o desenvolvimento econômico já enfrentava dilemas e oposições justamente pela criação de uma atmosfera ideológica que condenava os chineses com a herança deixada pela Revolução Cultural dos anos 1960. Mesmo com a reaproximação dos estadunidenses no início dos anos 1970, persistia a desconfiança ocidental acerca da liderança chinesa no PCC. Nesse sentido, o discurso e a prática do governo chinês tiveram que se reinventar para apresentar o país como um parceiro confiável, o que

levou o líder Deng Xiaoping a organizar novos elementos discursivos da política externa chinesa, como demonstraremos mais adiante.

Ao buscar traçar esses elementos ideológicos, não pretendemos, contudo, esgotar todas as características em torno da guerra entre narrativas. Buscamos delinear o perfil de atuação do governo chinês com vistas à constituição de mais uma ferramenta de análise para compreender como a ascensão econômica, política e militar da China, o que não pode ser explicada sob o viés das teorias de modernização.

Especificamente no que diz respeito à nossa tese, é importante observar a forma como a China reorganizou sua política interna e – de forma a garantir a sua estabilidade – gradativamente se movimentou com vistas a projetar uma nova imagem do país, buscando maior inserção na ordem internacional e a garantia da defesa de seus interesses de forma mais direta e assertiva.

Defendemos que a orientação discursiva na “Nova Era” com Xi Jinping objetiva não construir a legitimidade doméstica do governo que já é realidade no país. Solidificar essa legitimidade seria um objetivo secundário na busca por arrefecer qualquer possibilidade de uma guerra em suas últimas consequências, pois a grande estratégia chinesa passou a ter rivalidade com os Estados Unidos em sua centralidade, principalmente desde a chegada de Barack Obama ao poder. Nesse sentido, tendemos em concordar com as seguintes afirmações:

O desafio que Xi Jinping lançou de “Comunidade de Destino Comum” só será possível em um contexto internacional de paz. A Rota da Seda precisa de estabilidade política, e é precisamente nela que se medirão as tensões nos próximos anos. [...] A China está desenvolvendo a economia real (liderada pelo povo) e não financeira, um fortalecimento chinês ajudaria na recuperação e no desenvolvimento também no resto do mundo. Este caminho que a China escolheu não é funcional para a criação de um Estado capitalista, mas está na base do socialismo com características chinesas. A China representa um sistema político econômico alternativo ao ocidental. (PONDRELLI, 2021, n.p., tradução nossa).

Logo, a integração chinesa à economia global, diferentemente das expectativas das lideranças estadunidenses, não fortaleceu a posição hegemônica dos Estados Unidos e a eventual mudança no regime político chinês para uma democracia liberal. Pelo contrário, o pragmatismo chinês se orientou no fortalecimento de suas bases econômicas, militares e tecnológicas, partindo de um projeto de longo prazo, tal como será abordado no último capítulo desta tese. Neste momento, nos concentraremos

nas ações do governo chinês para gerenciar sua imagem no exterior à luz do novo patamar de desenvolvimento alcançado pelo país.

3.1.1 Governança revolucionária: educação política, cultural e econômica

A partir das invasões estrangeiras na década de 1840, a China imperial já contabilizou inúmeras ofensas e processos estigmatizantes de seu povo a partir de uma retórica organizada pelas potências imperialistas com o propósito de justificar todos os abusos cometidos naquele contexto. Nos territórios dentro da China definidos como “concessões estrangeiras”, os chineses eram considerados cidadãos de segunda classe e não deveriam adentrar os parques administrados pelo *Shanghai Municipal Council* (SMC), com exceção dos funcionários chineses que serviam no atendimento aos estrangeiros, situação comum durante ao menos 60 anos até o final da década de 1920 (BICKERS; WASSERSTROM, 1995).

Os eventos históricos subsequentes, principalmente aqueles considerados traumáticos – desde a revolução de 1949 até os atos de opressão ao movimento popular na praça *Tiananmen* em 1989 – são descritos por muitos estudos contemporâneos a partir de perspectivas, cujos métodos de análise se baseiam em comparações binárias ou dicotômicas sob o manto conceitual que a teoria da modernização oferece. Dessa forma, legitimam-se narrativas que não somente endossam modelos políticos e econômicos “superiores”, mas também catalogam inúmeras características que inferiorizam aqueles sujeitos/nações alocados no lado oposto e desacreditados da comparação (ZHANG; MCGHEE, 2017).

Apreendemos que a forma que a liderança chinesa encontrou para se renovar institucionalmente – alcançando a estabilidade organizacional dentro do aparato do governo e garantindo a execução de programas de reformas econômicas e sociopolíticas e resiliência nas crises – é por meio da concentração de poder político e pelo método da tomada de decisão centralizada, de forma periodizada, com foco na disciplina organizacional e ideológica, principalmente via métodos de campanhas, incluindo aquelas em oposição aos conceitos e crenças ocidentais. Cabe incluir neste contexto a defesa dos autores Zhang e McGhee (2017, p. 5) quanto à instauração no governo Xi Jinping de uma Revolução ética a partir de programas de “purificação” – como complemento às demais revoluções (confirmando o caráter ainda revolucionário do partido) orientadas pelas lideranças políticas anteriores, como a “revolução militar”,

a “revolução cultural” e a “revolução econômica” – com base nos seguintes argumentos: tentativa do PCC não somente de revitalizar a glória constante do período da civilização tradicional chinesa, como também de providenciar ferramentas no intuito de sustentação de sua legitimidade, que seria alcançada não somente pela melhoria das condições materiais da população, como também por meio do comportamento exemplar dos oficiais do governo. Para tanto, utilizam-se três elementos táticos que se combinariam de forma variada e que buscam o comprometimento ético de seus membros: a) campanhas anticorrupção, b) combate aos quatro estilos indesejáveis de trabalho (formalismo, burocratismo, hedonismo e extravagâncias) e c) programa de educação de linha de massas (CHINA DAILY, 2013). Observa-se, ainda, como já mencionado, a preferência por Xi Jinping pela tomada de decisões ao estilo *top down*, que contrasta, marcadamente, com a formulação e inserção de políticas domésticas ao estilo *bottom-up* promovidas no passado por Deng Xiaoping e seguidas por Jiang Zemin.

Sob as novas condições do século XXI, a validação maior do marxismo e, simultaneamente, do nacionalismo, parece desempenhar um papel vital na confirmação legítima do PCC. O entrelaçamento dos discursos na Nova Era, que combinam a orientação ideológica do partido e dos princípios morais da tradição cultural, é fundamentalmente difusa pela mídia oficial e na educação pedagógica e partidária – que já tem operado de forma cada vez mais contundente desde o final da década de 1990 – para confirmar e reforçar a identidade cultural e histórica chinesa no período em que as investidas ideológicas ocidentais estão cada vez mais massificadas.

Na maior extensão do período que se inicia em 1978 e vai até 2012, as iniciativas descentralizadas foram cruciais para a criação de um sistema político e econômico ágil e adaptável, como mencionado. Na conjuntura de meados de 2014 e início de 2016, com o impacto na economia global pela queda de 70% no preço do petróleo, uma das três maiores quedas desde a II Guerra Mundial (WORLD BANK GROUP, 2018), e do redirecionamento da economia chinesa para um “novo normal”, foram empreendidas medidas peremptórias pelo Comitê Central do PCC na determinação da disciplina hierárquica. O governo central restringiu as iniciativas políticas e econômicas nos demais níveis, reduzindo as capacidades adaptativas das administrações estatais locais (HEILMANN, 2018). Naquele contexto, o “Regulamento de Trabalho para a Promoção e Nomeação de Quadros Principais e de Governo”, de

2002, foi revisado com vias de incentivar a virtude no trabalho e reformular o sistema de promoção até as bases (DOYON, 2014). A Campanha se encerrou oficialmente em setembro de 2014, apesar de afirmarem publicamente a necessidade de continuidade das reuniões e da mobilização educativa, e ganhou nova versão a ser iniciada em 2021, por meio de uma “Nova Campanha de Retificação Nacional”, similar a uma série de programas político-educacionais organizada entre os anos de 2013 e 2017 (LI, 2021).

O “*Mass Line Education*” (MLE), ou “educação de linha de massa” (*qunzhong luxian jiaoyu*, 群众路线教育, foi instituído por Xi Jinping em junho de 2013, no objetivo de forjar maior proximidade e redes de contato entre as pessoas comuns e os quadros do partido, que devem se lembrar dos propósitos e responsabilidades na função de servidor público. Similaridades à campanha de Mao Zedong, introduzida em 1º de junho de 1943, são apontadas quanto aos mesmos propósitos centrais, ou seja, o estreitamento relacional das lideranças com as massas. O aspecto fundamental da MLE de Xi Jinping foi reforçado pela mídia chinesa “China Daily” no contexto de seu lançamento:

A linha de massa é considerada a ‘tábua de salvação’ do Partido, uma ‘via fundamental de trabalho’ e um legado dos fundadores da República Popular da China. Embora a linha das massas tenha sido seguida em diferentes épocas, a necessidade de priorizar os interesses do povo, de se esforçar para resolver seus problemas e de compartilhar seus sucessos e fracassos nunca foi mais urgente do que agora. (CHINA DAILY, 2013, n.p., tradução nossa).

Não obstante, apesar da discussão acerca da estrutura política descentralizada ou não, partindo de uma análise mais aprofundada, verifica-se que as lideranças da maior parte do período que se inicia após a iniciativa de abertura e reformas conservaram e reconfiguraram as táticas tradicionais e particulares do modo de governança revolucionário de Mao. Assim, o legado da campanha de massas ressurgiu como uma forma legal e legítima de governar na China pós-Mao.

O programa de Xi Jinping inclui seções de estudos compulsórios aos quadros, aos quais são introduzidos os princípios da educação de linha de massa. Sob a observação e orientação dos mediadores no processo, durante aquelas seções, os quadros são estimulados a traçarem não somente autocríticas, como também de criticarem seus colegas de repartição a partir do material que é estudado. Além disso, tem atuação em várias frentes do governo e apresenta uma “quebra” parcial de alguns

padrões morais e constitutivos de outrora, como os elementos da cultura tradicional chinesa, e a sua recombinação com novas as novas necessidades da sociedade contemporânea chinesa.

A necessidade de mesclar as fontes discursivas parece fazer parte das preocupações da liderança chinesa de enfrentar os problemas urgentes e imediatos, tornando práticas possíveis. A cultura tradicional, orientada pela produção do conhecimento de Confúcio, provê um importante papel na coesão nacional, porque não advém da observância e cumprimento das leis por elas mesmas, mas sim, pela aderência da lógica interna das relações sociais onde cada indivíduo cumpre com os deveres e funções que lhe cabem.

Entendemos que, dentre os problemas mais urgentes e imediatos para os chineses, se torna ainda mais importante que o próprio país consiga organizar as narrativas que contraponham todas aquelas que condenam qualquer empreendimento chinês, e isso inclui o campo internacional. Principalmente no atual contexto global, quando há uma movimentação orgânica das estruturas mundiais reveladas na conjuntura – que não somente apontam para um panorama de perturbações caóticas, atravessando o período histórico de transição hegemônica na longa duração – cuja complexidade sistêmica perpassa por uma crise capitalista neoliberal (a qual deixa transparecer limites diversos de seu modelo e, até mesmo, sinais do seu esgotamento). Nesse momento, tornou-se ainda mais importante que a China busque contar a sua própria história, traçar seus próprios conceitos e modelo de desenvolvimento para não somente apontar alternativas a essa crise, mas também deixar claro que não deseja se apresentar como o país que desafia a hegemonia estadunidense.

É importante refletir acerca da organização dos discursos, pois a história nos mostra que, apesar do aumento do ceticismo quanto às ações imperiais estadunidenses durante a Guerra Fria – principalmente após a derrota no Vietnã, em 1975 –, o ideário missionário da atuação dos Estados Unidos no exterior foi reforçado durante o governo Reagan, com a imagem de que a luta contra a União Soviética era a batalha do “bem” contra o “Império do Mal” (capitalismo versus comunismo), entre os valores da liberdade e os do “totalitarismo” e entre a fé em Deus e o ateísmo. É evidente que os círculos de poder que formulam a estratégia internacional dos Estados Unidos necessitam do apoio doméstico que viabiliza o voto popular para seus intentos. A existência de uma consciência social forjada nos ideais do “destino

manifesto” é uma base importante para forjar consensos internos que justificassem as atividades do país no exterior e ainda mais a aceitação de que importantes recursos econômicos e humanos sejam despendidos na manutenção do *status* hegemônico do país.

No entanto, como veremos a seguir, o rótulo de inimigo da democracia ocidental e ordem liberal vigente foi impresso na China. Abre-se, então, uma competição entre narrativas que a China aderiu na tentativa de se defender e ressignificar as mensagens que se dissipam internacionalmente.

3.1.2. Táticas chinesas de representação via o gerenciamento da reputação global

As investigações que buscam refletir sobre os elementos históricos que confluem para danos de imagem aos países na perspectiva global, ao nosso entendimento, tornam-se importantes para compreender, em termos gerais, os aspectos constitutivos da diplomacia pública chinesa no intuito de elucidar interpretações da “Era sem precedentes” com Xi Jinping.

Importante notar que os danos de imagem estão relacionados à estigmatização, que é um processo social e cultural mais amplo que pode ser aplicado ao sofrimento, não apenas de indivíduos, mas também das coletividades. De acordo com a teoria do estigma de Erving Goffman (1963, p. 12), o estereótipo criado para classificar tipos de indivíduos e sociedade, pode levar ao estigma, cujo efeito de descrédito, defeito, fraqueza e desvantagem “constitui discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real”. O estigma acaba por referenciar algo considerado depreciativo em relação ao outro, se tornando uma linguagem de relações, e não de atributos em si, ou seja, na realidade concreta, o estigma opera como “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1963, p. 13):

Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como a de classe social. [...] a questão do estigma [surge] só onde há alguma expectativa de todos os lados, de que aqueles que se encontram numa certa categoria não deveriam apenas apoiar uma norma, mas também cumpri-la. (GOFFMAN, 1963, p. 15).

Normas, modelos, leis e conceitos “universais” foram convencionados na história pelos detentores do discurso, que projetam interesses políticos e econômicos para a

comunidade internacional na forma dos ideais positivistas de “civilização” e da “benevolência” ocidental. O estigma opera então, nas relações internacionais, não somente como instrumento de dominação e de legitimação de guerras, mas também como fator predominante na constituição de uma estrutura epistemológica que padronizou argumentações e modelos, e que permitiu práticas relacionadas à chamada “modernidade colonial”. Como resultado, o colonizado passa a ser “todo povo dominado ao qual foi imposto um complexo de inferioridade, impossibilitado o reconhecimento e negado o acesso ao conhecimento de si” (FANON, 1994, p. 64).

Com essas questões em mente, nós nos apoiamos no trabalho de Lauren Rivera (2008), pesquisadora de Harvard que resgata o trabalho de Goffman (1963) sobre a manipulação de estigma ou de “identidades deterioradas” – como forma de um mecanismo de defesa organizado por indivíduos, grupos ou nações, corrigindo os estereótipos – para o desenvolvimento de uma estrutura teórica de análise com o propósito de investigar a forma como estados buscam gerenciar os danos de imagem e de identidade nacional forjados pela opinião pública sobre determinados eventos históricos, a fim de reparação da reputação no nível global.

Apesar da longa história da existência de uma classificação pejorativa e irreal da categoria “oriental” (na qual países da Ásia, como a China, também são incluídos) (SAID, 2007), em nossa análise, consideramos que o evento da Praça da Paz Celestial, em 1989, foi um marco importante para o reforço da “ameaça chinesa” e o constructo de uma série de imperfeições relacionadas ao país como um todo, partindo desse evento como a “imperfeição original” de que fala Goffman (1963).

Já com o programa de Reforma e Abertura em curso, o governo chinês buscou maneiras de gerenciar globalmente o estigma desde então, utilizando-se não somente de táticas de encobrimento do evento, mas ressignificando conceitos com o intuito de metamorfosear as impressões, por meio de um *reframing* cultural e histórico, ao invés do reconhecimento público “forçado” de uma visão mais idílica dos acontecimentos em 1989. Dessa forma, a exaltação da excepcionalidade chinesa e o reavivamento histórico e cultural do país, encobrem os eventos estigmatizantes e descreve a China de forma orientada e positiva – reforçando símbolos de prestígio que informam socialmente e contestam os símbolos de estigma – lançando dúvidas aos parâmetros vigentes que buscam validar uma identidade virtual de maior difusão sobre o país. Assim como aponta Rivera (2008), essas representações internacionais podem ser

alteradas e repensadas, à medida em que as nações conseguem se estabelecer com mais força e de modo mais seguro e confiante no cenário internacional.

Para a autora, há uma gama de estudos que buscam identificar e analisar como as lideranças políticas retratam momentos históricos considerados positivos em seu país, tema de estudos encontrados, de forma geral, sob a temática da memória coletiva. No entanto, sugere que há lacunas de trabalho analíticos acerca da confluência de esforços de um estado em gerir eventos históricos difíceis e estigmatizantes enquanto tática de apagar a maculação de sua reputação global. Esse gerenciamento de estigma se torna importante, à medida em que interessa aos Estados se inserirem de forma ativa e legítima nos assuntos socioeconômicos e políticos nas dinâmicas internacionais, o que vai além da tentativa de se garantir maior coesão nacional por meio do agrupamento de narrativa internas.

Nesse sentido, as narrativas internacionais competem por maior projeção, principalmente após eventos que deturpam, de certa forma, características importantes ao Estado, abrindo espaço, por parte dos demais países, para desconfianças, ataques xenófobos, políticas de contenção, sanções econômicas e, até mesmo, a geração de impasses no campo diplomático. Dessa forma, eventos que atraem atenção negativa generalizada tais como guerra, terrorismo ou instabilidades podem ter efeitos econômicos devastadores e duradouros para os países que vivenciaram tais eventos. Importante considerar ainda que

Estigma [...] é a coexistência de cinco processos inter-relacionados e entrelaçados com relações de poder: rotulagem, estereotipagem, separação, perda de status e discriminação. Afirmo que o comércio global e os circuitos políticos podem ser pensados como sistemas de interação em nível macro em que os países podem se tornar estigmatizados. Os organismos internacionais podem rotular um país como tendo características políticas, econômicas ou culturais indesejáveis ou incompatíveis com as normas globais. Os processos de estigmatização, entretanto, são frequentemente contestados; um governo ou seu povo não precisam concordar ou internalizar o status estigmatizado que os de fora impõem. (RIVERA, 2008, p. 615, tradução nossa).

Concordamos com a autora que as consequências desses processos que incluem as percepções internacionais do ambiente político, social e cultural de uma nação atuam até mesmo na sua capacidade de atrair investimento estrangeiro que ajudam a direcionar o curso do seu desenvolvimento econômico, o que foi uma preocupação de Deng Xiaoping no contexto de início das reformas, como apontamos anteriormente. Assim, as percepções de outros países são diagnosticadas e debatidas

pelas nações por meio de uma narrativa pública, de forma que seus princípios, normas, políticas, práticas econômicas e organização social sejam narradas a partir de perspectivas próprias de sua história e cultura, promovendo não somente o senso de pertencimento nacional, mas também a projeção de sua imagem internacionalmente. Como observa Rivera (2008, p. 615), é fato que cada nação tem a sua história, no entanto, ela é, por natureza, contada de forma seletiva e estratégica de forma que favoreça sua imagem no exterior, devido aos “altos riscos assumidos pela a sua inclusão nos circuitos internacionais”.

Partindo da tipologia do manejo ou gerenciamento de estigma de Irving Goffman (1963) para a realidade das coletividades ou nações, Rivera (2008, p. 616) apresenta as três táticas principais da nação estigmatizada, no intuito evitar constrangimentos e ameaças para conseguir interagir com o exterior, adquirindo simpatia e/ou aceitação. São elas: “1) isolamento dos circuitos internacionais; 2) reconhecimento público, como comemoração ou pedido de desculpas, e 3) auto apresentação estratégica”. Com base nessa chave analítica, partimos da hipótese de que a “autoapresentação estratégica” tem sido a tática principal utilizada pelas lideranças chinesas e o PCC, principalmente após o período de reforma e abertura. Como veremos a seguir, há indícios de que o trabalho educativo doméstico, somado ao gerenciamento das narrativas externas, tem permitido aos chineses maiores chances na sobrevivência de seu modelo socioeconômico e político.

Analisaremos, a seguir, algumas dessas táticas de forma sucinta, principalmente em relação ao governo Xi Jinping, cujo período histórico apresenta características de um reforço no discurso anti-China no ambiente internacional, no momento em que se acirram as disputas estratégicas em relação aos Estados Unidos.

3.1.2.1 Contradições domésticas e a liderança do PCC

Quando Hu Jintao chegou ao poder em 2002, as consequências sociais e não intencionais das famosas reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping, em 1978, começaram a emergir. A eclosão dos protestos de *Tiananmen* anos mais tarde, e a mudança no ambiente internacional, fez com que o PCC refletisse sobre o passado para encontrar a raiz do incidente. Deng Xiaoping, concluiu que o maior erro do PCC na década de 1980 foi não ter dado atenção suficiente à educação ideológica. Naquele contexto, declarou que:

[...] durante os últimos dez anos nosso maior erro foi cometido no campo da educação, principalmente na educação ideológica e política [...]. Não dissemos a eles o suficiente sobre a necessidade de uma luta árdua, sobre como a China era nos velhos tempos e que tipo de país ela se tornaria. Isso foi um erro grave de nossa parte. (DENG, 1987 apud WANG, 2012, p. 121).

Após o fim da Revolução Cultural em 1976, o objetivo tradicional do PCC de realizar uma sociedade comunista não era mais atraente para o povo chinês. O partido precisava desesperadamente de uma nova visão de futuro que pudesse obter o apoio de seu povo, logo, “revigorando a China” tornou-se “o *slogan* favorito de Deng Xiaoping e a declaração de missão do PCC nesse período de redefinição de sua identidade” (WANG, 2012, p. 157).

É na conjuntura iniciada em 1989 que as campanhas de mobilização patriótica foram lançadas com foco na educação histórica sobre como a China era no passado, ou seja, quando na ocupação estrangeira nos anos de humilhação e na agressão durante a guerra com os japoneses. Logo, o gerenciamento de campanhas patrióticas tornou-se tática comum que a liderança do PCC encontrou para lidar com momentos de crises e na busca de maior legitimidade (WANG, 2012).

Durante o mandato do seu designado sucessor, Jiang Zemin (1989 - 2002), a China privatizou a maioria de suas empresas estatais e aderiu à OMC em 2001. No nível ideológico, a teoria das *Three Represents* (Sange Daibiao, 三个代表), de acordo com o discurso de Jiang no 16º Congresso Nacional do PCC em 2002, permitiu que empresários chineses se filiassem ao partido com a afirmação de que o PCC deveria representar ‘as forças produtivas avançadas, a cultura chinesa avançada, e os interesses fundamentais da maioria’, ou seja, não somente deveria representar os interesses do povo chinês, mas também dos empresários e dos professores universitários (WANG, 2012, p. 68).

Sob a liderança de Jiang Zemin, os índices de crescimento econômico do país já eram mais altos, assim como os desequilíbrios sociais. Conseqüentemente, a liderança de Hu Jintao implantou uma mudança na política e na retórica projetada para neutralizar a diferença crescente entre “vencedores” e “perdedores” da reforma, e lançar as bases para uma sociedade socialista harmoniosa, igualitária e socialmente estável, organizada na base do desenvolvimento científico. Considerando que muitas campanhas da era Mao foram direcionadas para o desenvolvimento econômico, de forma similar, os líderes chineses responsáveis pela gestão da economia da China no

início do século XXI, “lançaram a iniciativa de ‘construção’ que traz uma semelhança notável com as campanhas anteriores para o campo³¹”, apesar de concordarem com a máxima de Deng de evitar “campanhas”. Logo, a forma encontrada foi a não utilização do termo.

No Quinto Plenário do XVI Congresso do Partido em outubro de 2005, o PCC anunciou sua ‘grande missão histórica’ de ‘construir um Novo Campo Socialista’ (*jianshe shehuizhuyi xin nongcun*, 建设社会主义新农村). O anúncio veio cinco meses depois que o presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao fizeram discursos separados nos quais invocaram essas frases como parte de um plano de ação para resolver o problema dos ‘três rurais’ (*sannong*, 三农), ou seja, agricultura, agricultores e aldeias. No ano seguinte, o Documento Central nº 1 de 2006 destacou a construção de um Novo Campo Socialista como ‘meta de luta’ e ‘plano de ação’ para o desenvolvimento socioeconômico nos próximos cinco anos. (PERRY, 2011, p. 35).

Com a citada política de “construção de um novo campo socialista” (“*building a new socialist countryside*”), o objetivo de modernizar as aldeias tornou-se a prioridade de muitas iniciativas locais do *New Socialist Countryside* (NSC) no governo Hu Jintao, e visava melhorar a infraestrutura, saneamento e habitação rurais, mas não sem contabilizar outras contradições internas ao processo (LOONEY, 2015). As características organizacionais dessa política estão em conformidade com as táticas de campanha da era Mao, podendo ser entendida como uma “campanha gerenciada”, porque combina a força do pragmatismo tecnocrático com as iniciativas de equipes de trabalho locais que seguem decisões centralizadas (PERRY, 2011). Nota-se que a política ainda tem continuidade no governo de Xi Jinping, que “redirecionou esses esforços para vilas e municípios maiores, mas não os eclipsou, conforme evidenciado por uma conferência nacional de renovação de vilas realizada em outubro de 2013” (LOONEY, 2015, p. 910).

Ressalta-se que, enquanto reajustes político-ideológicos, essas iniciativas deixaram claro que o modelo de crescimento econômico liderado por Deng, que serviu tão bem à alavancagem da economia chinesa, não poderia mais ser indefinidamente reproduzido. À medida que se avançava a primeira década do século XXI, tornou-se

³¹Em termos históricos, na China o surgimento do conceito de “um novo campo” data da década de 1930 nos dias iniciais de organização da revolução. De acordo com Perry (2011, p. 36) “tentativas anteriores de revitalizar a China rural [...] forneceram muitas das lições aprendidas que agora estão encontrando seu caminho para a prática; e é com essas lições em mente que a liderança da China desenvolveu uma visão e um plano de longo prazo e um *menu* de muitas metas urgentes e tarefas imediatas”.

cada vez mais claro para a liderança do PCC que o modelo de crescimento existente, baseado na força de trabalho barata e na política de investimentos, precisaria de uma atualização (BIELER; MORTON, 2018).

Como declarou o primeiro-ministro de Hu, Wen Jiabao, em 2007, a economia chinesa estava se tornando cada vez mais 'instável, desequilibrada, descoordenada e [em última análise] insustentável'. Assim, um consenso dentro da liderança sobre a necessidade de reformas do lado da oferta para escapar da 'armadilha da renda média' e criar um modelo de crescimento baseado no consumo doméstico já existia vários anos antes da ascensão de Xi. (MULVAD, 2018, p. 7, tradução nossa).

Além disso, no domínio da política externa, a administração Hu começou avançar para além da abordagem cautelosa de Deng de “manter um perfil baixo” (*tao guang yang hui*; 韬光养晦). Importante notar que houve uma destacada mudança na política externa chinesa desde o fim da Guerra Fria, notavelmente, o papel público e proativo da presidência. Com isso, Hu passou a fazer mais visitas diplomáticas aos outros países com a “institucionalização e pluralização da burocracia de relações exteriores globais da China”, além disso, nota-se que a opinião pública se tornou mais expressiva nos anos de Hu, destacando-se “o papel maior do público no moldar da política externa chinesa” (KERR; HARRIS, YAQING, 2008, p. 156-158).

Naquela conjuntura, tanto a prosperidade quanto a harmonia tornaram-se conceitos próprios da era Hu Jintao no objetivo de se estabelecer “uma sociedade harmoniosa e moderadamente próspera” e, em associação a dois outros conceitos, “democracia e civilidade”, [formaram-se] “quatro características nacionais que o PCC procura caracterizar a moderna nação chinesa até 2049” (GOW, 2017, p. 13). Logo, o discurso de Hu de “mundo harmonioso”, como já mencionado, pode ser lido como um estágio preliminar para a abordagem de política externa proativa de Xi Jinping. Naquele momento, mesmo com o estabelecimento de campanhas de origem revolucionárias, cunhadas por outros substantivos, a violência e o conflito são explicitamente evitados. Embora se mencionasse muito a palavra “luta (*fendou*, 奋斗), não há menção a luta de classes (*jiejì douzheng*, 阶级斗争); em vez disso, a palavra de ordem é o apelo onipresente para uma ‘sociedade harmoniosa’ (*hexie shehui*, 和谐社会)” (PERRY, 2011, p. 46).

A política de punir os corruptos do partido, apesar de estar presente na Era Deng e ter inspirado a governança de Xi Jinping, via campanhas específicas para essa

finalidade, não foram organizadas. Esses sinais apontam que, de acordo com MULVAD (2018, p. 8), “a tarefa de recombinar e adicionar blocos de construção para formular um projeto hegemônico holístico” (nas eras pós-Deng Xiaoping) – de reorientação estratégica nos aspectos ideológico, econômico e político – “foi deixada para o governo Xi”.

Nesse sentido, torna-se importante avaliar o discurso onipresente do “Sonho Chinês” (Zhongguo meng; 中国梦) como uma pista importante para a consolidação do país no cenário internacional, partindo da legitimidade doméstica já conquistada, e agora, na centralidade de Xi Jinping, desde que se tornou Secretário Geral no 18º Congresso Nacional do partido, realizado em novembro de 2012. Naquele contexto, foi amplamente divulgada a sua visita, em companhia de outros seis membros do Comitê Permanente do Politburo, ao Museu Nacional da China, cuja exposição nomeada “*Road to Revival*” (“Caminho para o Renascimento”, na tradução livre para o português) propunha galvanizar a memória coletiva com os acontecimentos históricos na China moderna desde a Guerra do Ópio, relembrando os tempos de humilhação até o alcance do grande reavivamento nacional (SØRENSEN, 2015).

O “Sonho Chinês” como tema central na maioria dos discursos públicos de Xi desde então, embora facilmente descartado ou considerado como simples retórica, desempenha um papel importante na organização do pensamento e da nova ação na política chinesa, pois reflete a alteração das prioridades dentre as lideranças como forma de garantir as condições prévias para a continuação e aprofundamento das reformas econômicas e da modernização da China, o que inclui a construção de uma narrativa externa em consideração aos desafios presentes.

Observamos que as diferentes gerações de líderes comunistas chineses apresentaram sua própria contribuição teórica ou ideológica para fortalecimento do partido e do desenvolvimento do projeto de socialismo com características chinesas. As orientações ideológicas, como mencionado, tornaram possível a adaptação aos desafios e demandas que as lideranças chinesas continuamente enfrentam. Nesse conjunto, o guia de pensamento estratégico das “*Three Represents*”³² de Jiang Zemin

³²As “três representantes” (Sān gè dàibiǎo, 三个代表) referem-se ao compromisso do PCC com 1) “representar as necessidades de desenvolvimento das forças produtivas avançadas da China, que é a teoria, linha, programa e política do partido, 2) “representar a direção adiantada da cultura avançada da China, que é a teoria do partido, linha, programa, diretrizes, políticas e várias tarefas. [...] promovendo “a melhoria contínua da qualidade ideológica, moral, científica, e cultural a toda nação”, e 3) “representar os interesses fundamentais da esmagadora maioria do povo na China, ou seja, a teoria

tratou da representatividade do PCC quanto às exigências das forças produtivas da China, a direção do avanço cultural do país, e os interesses fundamentais das massas, O conceito de “desenvolvimento científico” (*Kexue Fazhan Guan*; 科学发展观) de Hu Jintao, propôs um modelo de crescimento econômico mais sustentável, e o “Sonho Chinês” de Xi, procurou ampliar o sentido da ascensão chinesa com ênfase na ascendência histórica de raízes mais profundas (SØRENSEN, 2015).

Outro layout tático de Xi proposto pelo Comitê Central do PCC, em 2015, são as “Quatro Abrangentes” (*Sige Quanmian*; 四个全面), que propuseram um “novo conteúdo do sistema teórico que contém a essência do espírito da época”, ou seja, a combinação da teoria marxista com a prática chinesa. As quatro principais características teóricas resumidas seriam: “a posição das pessoas”, “a era espiritual”, “o pensamento dialético” e “o significado prático”. De acordo com uma mídia on-line do PCC:

[...] a Terceira e a Quarta Sessão Plenária do 18º Comitê Central do Partido estabeleceram reformas profundas e abrangentes [...] na reunião de resumo das atividades da prática de educação das massas do Partido [...] o camarada Xi Jinping apresentou a exigência de um governo abrangente e estritamente partidário. Pode-se dizer que a promoção coordenada do conteúdo do esquema estratégico ‘quatro abrangentes’ é a continuação lógica do sistema teórico do socialismo com características chinesas nas novas condições históricas e o resultado inevitável da unificação lógica da história. Como o novo desenvolvimento da teoria marxista na China, os ‘quatro abrangentes’ se integram de acordo com as necessidades reais de promover o socialismo com características chinesas e realizar o sonho chinês do grande rejuvenescimento da nação chinesa. (PEOPLE’S DAILY 人民网-中国共产党新闻网, 2015, n.p., tradução nossa).

Com essas informações, é importante lembrar que a visão ideológica principal de Mao Zedong foi de uma ordem global radicalmente igualitária, sem exploração de classe e livre da dominação imperialista. A tática política subjacente a essa visão foi adaptada por Mao na fórmula de um “marxismo chinês” para se ajustar às condições históricas da China. Ainda assim, “os princípios normativos sobre os quais essa estratégia foi construída foram aqueles formulados paradigmaticamente por Marx e Engels em *O Manifesto Comunista*” (MULVAD, 2018, p. 8). Consequentemente, a visão ideológica que ele propagou por meio do governo foi de manter a luta de classes viva, com o objetivo de liquidar os inimigos da revolução e os entusiastas capitalistas

do partido, linha, programa, diretrizes, políticas e tarefas diversas”. (CPC PEOPLE 党校师霞, 2000, n.p., tradução nossa).

dentro do próprio partido. Já Deng Xiaoping, no momento histórico de reformas e abertura da economia de mercado, requeria um ambiente menos convulsivo e, de forma pública, solicitou aos companheiros de partido que confiassem nas massas sob a ênfase da harmonia social.

Logo, a orientação ideológica de Deng negava o Maoísmo de certa forma, com o abandono da luta de classes, apesar de nunca repudiar seu legado. Nota-se que, “na opinião de Deng, a China permaneceria por muito tempo no ‘estágio primário do socialismo’ [e assim], a prioridade do PCC deveria ser a modernização econômica como pré-requisito para alcançar o próximo ‘estágio’” (MULVAD, 2018, p. 8).

É flagrante também a influência de Jiang Zemin na constituição dos elementos discursivos de Xi. Depois de assumir o poder, no discurso do 15º Congresso Nacional do Partido, em 1997, Jiang utilizou a palavra “rejuvenescimento” (*fluxing*; 复兴) no intuito de substituir o “revigoramento” (*zhenxing*; 振兴) da Era Deng. A nova frase de efeito foi “o grande rejuvenescimento da nação chinesa” (*zhonghua minzu de weida fluxing*; 中华民族的伟大复兴) (WANG, 2012, p.157). O grande sentido da palavra “rejuvenescimento” é sua relação profunda com a história e a memória coletiva chinesa. Ao usar essa palavra (em oposição a revigoramento), Jiang reacendeu na população a memória do passado como uma potência central no mundo, que apenas perdeu seu *status* devido a grandes incursões estrangeiras (WANG, 2012). Dessa forma, Jiang ainda demonstrou um projeto de estado já em construção, enfatizando o trabalho do PCC na busca pela restauração da China à sua antiga glória.

Considerando que Deng e Jiang aceitaram crescentes diferenças socioeconômicas, Xi Jinping se baseia no discurso de Hu Jintao de sociedade harmoniosa por apontar que o PCC representa a “prosperidade comum”, reivindicando, assim, uma atenção redobrada para a situação das camadas desfavorecidas da população chinesa. Essa declaração é crucial devido à ênfase colocada na terminologia do PCC desde Mao, em relação ao conceito materialista dialético da “contradição principal” como o problema central, que define a Era que decidirá a orientação tática de trabalho do PCC (Tabela 2), justificando grandes mudanças na política, particularmente quando se é considerada “antagônica” à condição.

Tabela 2 - Definições da “contradição principal” e do “foco de trabalho” do PCC

Estágio de Desenvolvimento	Contradição Principal	Foco de Trabalho
1921-1937	Proletariado/classe trabalhadora vs. classes exploradoras/opressoras	Luta de classes dirigida contra os capitalistas e imperialistas.
1937-1945	China vs. Japão	Luta contra o Japão durante a Frente Unida.
1945-1978	Proletariado/classes trabalhadoras vs. classes exploradoras/opressoras	Luta de classes contra os capitalistas e imperialistas.
A partir de 1978	Necessidades materiais e culturais do povo vs. atraso econômico	A modernização econômica, tecnológica e cultural como tarefa nacional.

Fonte: Heilmann (2017, p. 54).

A última vez, portanto, que o PCC redefiniu formalmente seu entendimento da principal contradição na sociedade chinesa foi quando Deng, derrubando a ênfase de Mao no antagonismo de classe, declarou sua existência “entre as crescentes necessidades materiais e culturais das pessoas e a produtividade social atrasada”, sinalizando, assim, que o crescimento econômico, para escapar do atraso, seria o objetivo principal a ser alcançado por todos os meios necessários (MULVAD, 2018, p. 9).

Na reformulação de Xi, a nova palavra-chave “desequilíbrio” indica que a prioridade do PCC não é mais o crescimento a qualquer custo, mas sim entregar um desenvolvimento equilibrado. A urgência imediata seria reduzir a lacuna entre os padrões de vida das prósperas províncias costeiras e as províncias pobres do interior, como bem como entre a nova classe capitalista e a classe trabalhadora e explorada da China. Reequilibrar o desenvolvimento para a promoção do crescimento econômico se tornou o principal desafio, com cenário prospectivo de crises, e a definição do problema fundamental para o PCC sob a liderança de Xi Jinping (BIELER; MORTON, 2018).

Na visão de Michael Gow (2017, p. 8), a liderança de Xi está dando uma “guinada confucionista” para explorar um “senso comum” (no aspecto folclórico da filosofia, na perspectiva de Gramsci) de uma cultura assumida como pré-existente para tornar a

tarefa de consentimento das reformas políticas e econômicas mais acessível. Para Mulvad (2018, p. 15), com Deng Xiaoping e as lideranças de seus sucessores, Jiang Zemin e Hu Jintao, procurou-se enfatizar “a importância da tomada de decisão coletiva com base no alcance de um consenso deliberativo dentro da liderança do PCC”, se distinguindo da governança unilateral de Mao Zedong, que se apoiava principalmente nas campanhas de mobilização na tentativa de animar as massas em seu apoio.

Em suma, na comparação das visões ideológicas entre esses líderes e de Xi Jinping, ressaltamos a elaboração do “Sonho Chinês de Rejuvenescimento Nacional”, com o estabelecimento de duas metas ou “objetivo do centenário”: de criar uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos em 2021, no centenário do PCC; e de construir a China como um país socialista moderno que é próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso até 2049, quando a República Popular da China comemora seu centenário. A concepção de um país socialista totalmente moderno em 2049 “ecoa lealmente a visão nacionalmente orientada de Deng” acerca do empreendimento de uma modernização gradual no país (MULVAD, 2018, p. 10).

No entanto, ao contrário de Deng, Xi não somente restaurou a disciplina ideológica de Mao, como reestabeleceu a importância política do maoísmo com “o grande significado político de ‘dois que não se podem ser negar’” (*Liang ge buneng fouding de zhongda zhengzhi yiyi*; 两个不能否定’的重大政治意义) (QI 齐彪, 2013, n.p.). No contexto do “Seminário sobre aprendizado e implementação do espírito” no XVIII Congresso Nacional do PCC, em 5 de janeiro de 2013, Xi Jinping declarou que “o período histórico após a reforma e abertura não pode ser usado para negar o período histórico antes da reforma e abertura [...] também não podemos usar o período histórico antes da reforma e abertura para negar o período histórico posterior”. Ainda com base nesse discurso, Xi complementa: “se Mao Zedong fosse negado na época, nosso partido ainda se manteria? O mundo estaria um caos” (BBC. CN, 2013, n.p.).

O caso da “Era sem precedentes” de Xi enquanto teoria e prática, e das condições de crise no campo internacional e de desigualdades no ambiente doméstico, demonstram a orientação do aparato de propaganda do PCC em educar as massas e adequar os sentimentos públicos, no intuito de concretizar o aprofundamento das

reformas e de suprimir os efeitos desastrosos das ideologias ocidentais³³ que refutam o modelo chinês e questionam a legitimidade da centralidade do partido, como ocorreu no passado em *Tiananmen* e, de forma similar hoje, em Hong Kong e Taiwan. As disputas hegemônicas com os Estados Unidos desde o início do século XXI, também são fatores tendenciais de instabilidades.

3.1.2.2. Propaganda e engajamento discursivo

Até aqui, pudemos apreender que a tradição do discurso político na China moderna permanece ancorado nos ideais marxista-leninistas de luta (*douzheng*, 斗争) e contradição (*maodun*, 矛盾). Além disso, a história milenar chinesa também continua a orientar, em grande medida, sua visão de relações internacionais, o que tem correspondência com as demonstrações sucessivas acerca da importância do tema da não violação soberana do país. Desde a revolução de 1949, o PCC concentra o poder central em todas as instâncias do Estado, seja nos fundamentos institucionais de governo, seja nas práticas cotidianas que educam e moldam as massas em torno de ideais comuns.

Como apontamos anteriormente, para os ocidentais, os discursos enfáticos e assertivos que buscam defender os interesses mais intrínsecos aos chineses são, muitas vezes, interpretados erroneamente, e isso se deve à formatação e controle das narrativas e da interpretação dos fatos no conjunto das relações internacionais, que têm como perspectiva a visão hegemônica conquistada.

Recentemente, em 1º de junho de 2021, no 30º *Group Study Session of the Political Bureau of the CPC Central Committee* (“Estudo Coletivo do Bureau Político do Comitê Central do PCC”), Xi Jinping enfatizou a necessidade de se fortalecer e melhorar o trabalho de comunicação internacional para mostrar uma “China real, tridimensional e abrangente” (XINHUANET, 2021, n.p.). Naquele momento, declarou ainda que se devem aplicar maiores esforços para “construir o próprio discurso e

³³Relatórios enviados aos níveis divisionais locais, possivelmente elaborados pelo Comitê Central do Escritório Geral do PCC, comunicaram, em abril de 2013, avisos quanto às falsas tendências ideológicas que deviam ser evitadas em todas as instituições de ensino no país, conhecido como os “*Seven don’t talk*” (ou os “sete que não se fala”): 1. direitos civis; 2. valores universais; 3. sociedade civil; 4. independência judicial; 5. liberdade de imprensa; 6. burguesia, e 7. erros históricos do Partido (BBC NEWS 中文, 2013, tradução nossa).

narrativa da China, interpretando as práticas da China por suas próprias teorias”, o que implica que sejam utilizados “novos conceitos, domínios e expressões para contar melhor as histórias da China e a força espiritual por trás dessas histórias”, e assim o “público estrangeiro” possa vir a entender que, o que o PCC está buscando é o bem-estar do seu povo e nada além disso (XINHUANET, 2021, n.p.).

Após a divulgação das diretrizes da diplomacia chinesa pelo PCC no mesmo ano, um relatório da Bloomberg (2021, n.p.) aponta que a linguagem sobre “amabilidade” e “círculos de amizade” constante no texto integral do mencionado estudo coletivo é “um sinal de que Pequim pode estar procurando suavizar sua abordagem diplomática rígida” e que “Xi pode estar repensando sua estratégia de comunicação no cenário global”. No entanto, a atenção de Xi Jinping ao discurso internacional da China como tema de discussão de alto nível pode demonstrar uma tentativa de dissolução das incoerências interpretativas pelos Ocidentais acerca da China:

[...] a imagem de Pequim foi manchada por preconceitos e mal entendidos (mais do que por problemas objetivos com suas políticas em si). Portanto, o que precisa ser feito é que a China divulgue melhor sua mensagem, em vez de refletir sobre seu rumo. O problema com a filosofia subjacente de Xi é que o engajamento discursivo com o mundo não é visto como um diálogo, mas sim como uma competição. O discurso não é visto como cocriação ou oportunidade de compreensão mútua, mas sim como uma arena onde você está persuadindo ou que é o alvo da persuasão. Sob essa estrutura, a história, a voz e a cultura da China tornam-se caricaturas aprovadas que servem à agenda política do governo. (NI, 2021, n.p., tradução nossa).

Como buscamos demonstrar no decorrer da presente tese, a “Nova Era” da governança chinesa que se inicia com Xi Jinping, inclui um conjunto de novos conceitos que foram organizados e pensados como “autorrepresentação estratégica”, partindo da teoria do estigma de Goffman (1963) e da tipologia elaborada por Rivera (2008), ou seja, uma das possíveis táticas utilizadas para o gerenciamento da reputação global.

Partindo de uma análise quantitativa dos termos empreendidos pelos discursos políticos publicados no “Diário do Povo” a partir de 2013 com Xi Jinping, temos que, no primeiro ano completo de sua liderança, o termo “Xi Jinping” apareceu em mais de 2 mil artigos (CMP, 2021, n.p.). Naquele momento, foi importante ao PCC cimentar a centralidade da liderança num líder forte, principalmente pelos desafios apresentados na conjuntura internacional, como já mencionamos. Um fato relevante também se deu em janeiro de 2013, com a legislação bipartidária no Congresso dos Estados Unidos,

que introduziu o *Taiwan Policy Act* de 2013, estabelecendo relações diplomáticas mais aprofundadas com Taiwan e permitindo aos líderes taiwaneses que se encontrem com funcionários dos Estados Unidos presentes em todos os ramos do governo executivo (CONGRESS.GOV, 113th CONGRESS, 2013).

Outros eventos negativos precursores de estremecimentos na relação entre os dois países aconteceram no mesmo ano (GLASER, 2018), e defendemos que devam ter correlação direta para o reforço da liderança internacional de Xi Jinping e o fortalecimento soberano do país, sendo alguns deles: a) em fevereiro de 2013, a *Mandiant Mandiant Threat Intelligence*, empresa de serviço de inteligência digital contra as ameaças cibernéticas dos computadores nos Estados Unidos, denunciou a atividade de *hackers* patrocinados pelo Estado chinês, permitindo o acesso às informações de várias agências e empresas do governo no país; b) no mesmo mês, o então presidente Barack Obama lançou a *Administration Strategy on Mitigating the Theft of US Trade Secrets* (Estratégia de administração para mitigar o roubo de segredos comerciais dos EUA), em resposta às possíveis tentativas de espionagem econômica e cibernética da China no país; c) em de abril de 2013, o governo dos Estados Unidos divulgou o relatório anual sobre práticas de direitos humanos do ano de 2012, no qual denuncia os abusos de direitos humanos na China; d) em contrapartida, no mesmo mês do mesmo ano, os chineses lançaram o relatório *The Human Rights Record of the United States* (Registro de Direitos Humanos dos Estados Unidos) referente ao ano de 2012, denunciando os abusos de direitos humanos pelos Estados Unidos mundialmente; e) em junho de 2013, um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China solicita ao governo dos Estados Unidos que dê explicações acerca dos programas de vigilância da NSA revelados por Edward Snowden; f) em compensação, há um informe da Casa Branca no mesmo mês que condena a ida de Edward Snowden para Hong Kong e Moscou. Naquele momento, Jay Carney, secretário da imprensa na Casa Branca, considera que esse fato abalou de forma inequívoca as relações entre os dois países; g) em outubro de 2013, a comissão executiva do congresso bipartidário sobre a China divulgou o *2013 Annual Report on Human Rights and Rule of Law Developments in China* (Relatório Anual sobre Direitos Humanos e Desenvolvimento do Estado de Direito na China de 2013), no qual consta que não houve progressos significativos em relação às liberdade civis na China ou a limitação da centralização do poder do PCC; h) em novembro de 2013 a China anunciou o estabelecimento da *East China Sea Air Defense Identification*

Zone (ADIZ) (Zona de Identificação de Defesa Aérea do Mar da China Oriental) no Mar da China Oriental; ação criticada em dezembro no mesmo ano pelo grupo bipartidário de senadores dos Estados Unidos, que redigiu uma carta ao embaixador chinês no país, Cui Tiankai, solicitando a sua não implementação e, por fim, i) em dezembro do mesmo ano, os chineses são acusados de não cumprir com suas obrigações na OMC, de acordo com o relatório de 2013 para o Congresso dos Estados Unidos, apresentado pelo *Office of the US Trade Representative* (Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos), dentre outras acusações referentes às atividades comerciais dos chineses.

Nos anos que se seguiram, ainda conforme demonstra o relatório do *China Media Project*, que quantifica os termos utilizados nos discursos políticos dos chineses, em 2017, “*Belt and Road*”, “19º Congresso Nacional” e “Socialismo com Características Chinesas” foram os termos mais proeminentes, ou seja, que apareceram em mais de 2 mil artigos. Já em 2018, os termos que também mais se destacaram em quantidade (para além de 2 mil artigos) continuaram a ser “*Belt and Road*” e “19º Congresso Nacional”, em adição aos termos “Pensamento de Xi Jinping sobre Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era” e “Reforma e Abertura”. Os termos “*Belt and Road*” e “Reforma e Abertura” apareceram novamente em 2019 como os mais acessados, ainda acima de 2 mil artigos do jornal. Também em 2019, o “Sonho Chinês” apareceu de forma frequente 1.231 vezes, e a frase “permanecendo fiel à aspiração original, aderindo à missão” (originada no 19º Congresso do PCC em 2017, no contexto de se buscar o “avivamento” da nação chinesa) se destacou por aparecer em 1.050 artigos.

Ainda em relação ao mesmo ano, o termo “duas metas para o centenário” apareceu em 808 artigos; o “lado da oferta”, com forte destaque, apareceu em 935 artigos e “*Two Upholds*” (ou “Duas sustentações”), que se refere à necessidade de se manter o *status* da liderança central de Xi e a centralização do PCC, destacou-se pelas 808 aparições. O termo “Xi Jinping” desde 2013 continuou forte até o ano de 2020 – ano este em que vários desses termos caíram em quantidade de artigos devido à pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), quando novos termos relacionados à saúde no geral passaram a se destacar – e apareceu em 6.019 artigos nesse ano todo (CMP, 2021, n.p.).

Ao categorizarmos tematicamente os termos que tiveram destaque nos anos citados, por meio da técnica da análise de conteúdo de comunicação de massa

(BARDIN, 2016), temos que os elementos constitutivos de uma grande categoria que aloca apenas os elementos do discurso político voltado ao exterior (e que procuram assumir uma reputação global própria), ao menos cinco desses termos selecionados (“Pensamento de Xi Jinping sobre Socialismo com características para para uma Nova Era”; “*Belt and Road*”; “Sonho Chinês”; “*Two Upholds*”, e “permanecendo fiel à aspiração original, aderindo à missão”) concentraram grande destaque.

Importante notar que, além dos desafios domésticos enfrentados pelo aparecimento do vírus SARS-CoV-2, as relações internacionais da China tornaram-se ainda mais complicadas no ano de 2020. O país que mais foi mencionado no “Diário do Povo”, a mídia oficial do PCC, em 2020, foram os Estados Unidos. O termo “América” (*Meiguo*, 美国) apareceu em mais de 2 mil artigos no jornal, o único país nessa categoria (CMP, 2021). Desde o início da liderança de Xi Jinping – a partir do 18º Congresso do PCC, no qual foram traçadas as características de “Uma Nova Era sem Precedentes” – o termo “anti-China” sempre apareceu de forma consistente no “Diário do Povo”. No entanto, conforme o relatório do *China Media Project* (2021), entre os anos de 2019 e 2020, o número de artigos que aparece o termo aumentou consideravelmente.

A principal explicação do aumento das tensões tem sido as novas configurações da relação bilateral entre Estados Unidos e China, o que parece influenciar novas tensões com outros países do Globo. Uma pesquisa com 14 países da Europa, Ásia e América do Norte, divulgada em outubro de 2020 pelo *Pew Research Center*, demonstrou que as percepções negativas da China atingiram seu ponto mais alto em uma década³⁴.

Na Espanha, Alemanha, Canadá, Holanda, EUA, Reino Unido, Coreia do Sul, Suécia e Austrália, as opiniões negativas atingiram seu nível mais alto em 12 ou mais anos que o Pew Research Center tem feito pesquisas nesses países. Cerca de um terço ou mais na Bélgica, Dinamarca, Reino Unido, Suécia, Canadá, EUA, Austrália e Japão também têm opiniões muito desfavoráveis sobre a China. Tanto no Reino Unido quanto na Austrália, isso é mais do que o dobro do que disseram ter opiniões muito desfavoráveis sobre a China no ano passado. (SILVER; DEVLIN; HUANG, 2020, n.p., tradução nossa).

³⁴ Pesquisa disponível em: <<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2021/03/04/in-their-own-words-what-americans-think-about-china/>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

O mesmo instituto mediu as percepções sobre a China nos Estados Unidos em relação aos últimos anos³⁵. Os cidadãos estadunidenses se referiram aos assuntos que consideram quando apresentam uma visão negativa sobre a China nessa pesquisa. De acordo com o relatório da Pew Research (2021), essas visões negativas dos estadunidenses não se referiam à história ou à cultura chinesas, mas sim, acerca do governo, incluindo suas políticas, sua economia e o comportamento internacional do país:

No geral, cerca de um em cada cinco adultos norte-americanos mencionou os direitos humanos (20%) ou a economia (19%) ao pensar na China, enquanto uma parcela semelhante (17%) mencionou o sistema político do país. Partes menores mencionaram a percepção de ameaça que a China representa (13%) ou a relação EUA-China (12%). Os americanos também eram muito mais propensos a usar adjetivos geralmente negativos do que positivos (12% vs. 4%). (SCHUMACHER; SILVER, 2021, n.p., tradução nossa).

A frequência do termo “anti-China” no jornal “Diário do Povo” pode servir como um indicador, pois tem uma correlação clara com eventos históricos e com as flutuações na frequência de artigos, o que corresponde a períodos sensíveis nas relações exteriores chinesas. Um exemplo na história cujo número de aparições do termo revelava uma conjuntura de alta crise nas relações exterior foi quando “ocorreu o conflito armado entre Estados nos anos 1962 - 1963, durante a Guerra Sino-Indiana, e novamente em 1979, durante a Guerra China-Vietnã” (CMP, 2021, n.p.). Importante notar que recentemente, em maio de 2021, o 117º Congresso (2021-2022) nos Estados Unidos propôs a Lei de Garantia de Liderança e Engajamento Global da América ou *EAGLE Act* (HR3524), no intuito de revitalizar e reafirmar a liderança, investimento e envolvimento dos Estados Unidos globalmente e, em específico, na região Indo-Pacífica. Para tanto, dois dos objetivos traçados seriam buscar “o papel de liderança global dos Estados Unidos” [e] manter, junto a seus aliados, “um equilíbrio de poder estável no Indo-Pacífico com a China, [mantendo] acesso irrestrito à região, inclusive por meio da liberdade de navegação e livre fluxo de comércio, de acordo com as leis e práticas internacionais” (CONGRESS.GOV, 117th congress, 2021, n.p.).

No mencionado estudo coletivo do bureau político do comitê central do PCC em 2021, Xi Jinping salientou que o partido sempre atribuiu grande importância à

³⁵ Pesquisa disponível em: <<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2021/03/04/in-their-own-words-what-americans-think-about-china/>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

comunicação externa e, desde o 18º Congresso do PCC em 2012, procurou promover a comunicação internacional para “guardando a verdade e lutando pela inovação, racionalizando o sistema de propaganda interna e externa [...]”; e “efetivamente realizou a orientação da opinião pública internacional e a luta de opinião pública, dentre outras iniciativas (XINHUANET, 2021, n.p.). Como resultado, os chineses esperam que o discurso e a influência internacional da China aumentem apesar dos desafios:

É importante fortalecer a propaganda e interpretação do PCC, e ajudar os povos estrangeiros a perceberem que o PCC está realmente lutando pela felicidade do povo chinês e entender por que o PCC é capaz [de sucesso], porque o marxismo funciona e porque o socialismo com características chinesas é bom. (XINHUANET, 2021, n.p., tradução nossa).

Xi Jinping enfatizou ainda que os comitês partidários em todos os níveis devem incorporar o fortalecimento da capacidade de comunicação internacional no sistema de responsabilidade dos comitês partidários (grupos partidários) pelo trabalho ideológico, fortalecer a liderança organizacional, aumentar o investimento financeiro e ajudar a promover o trabalho prático e resolver dificuldades específicas. Os quadros dirigentes em todos os níveis devem tomar a iniciativa de fazer o trabalho de comunicação internacional. Considerou ainda que é importante fortalecer a formação dos quadros dirigentes no conhecimento da comunicação internacional e colocar em prática o papel das organizações partidárias em todos os níveis para criar um bom ambiente de salvaguarda consciente da imagem digna do Partido e do Estado (XINHUANET, 2021).

Um recente fórum de discussão realizado em Pequim foi organizado por um centro de estudos não governamental, o *Center on China and Globalization* (CGC) foi realizado para discutir novas narrativas sobre a China, partindo das orientações de Xi Jinping para “contar bem a história da China”, e para lançamento do novo livro sobre comunicação externa chamado “*I Talk About China to the World*” (我向世界说中国) (CMP, 2021, n.p.). Naquele contexto, destacamos a fala do professor Chu Yin da *University of International Relations* (UIR), que considerou que a China passou por três diferentes estágios de desenvolvimento, sendo eles “o estágio de ‘sobrevivência nas rachaduras’”, período no qual a China resistia ao tentar fazer conhecer sua visão de mundo enquanto há um discurso hegemônico dominado pelo ocidente; a fase “*Belt and Road*”, cuja tática de promover o maior conhecimento sobre a China no exterior,

via a nova rota da seda está presente, e a fase “atual”, “em que o governo está liderando vários aspectos da sociedade na construção de uma ‘grande estrutura de propaganda externa’” (CMP, 2021, n.p.).

A hipótese da construção de novas táticas de propaganda para o gerenciamento da reputação global, pelas lideranças chinesas, principalmente a partir da centralização do governo na figura de Xi Jinping, se confirma com os indícios cada vez mais claros, principalmente nos anos que se sucederam à estratégia dos Estados Unidos de “*pivot*” para a Ásia em 2011. Cientes da competição entre narrativas concernentes ao embate hegemônico entre potências, a narrativa pública dos chineses, como um instrumento tático importante e adicional, busca responder aos desafios impostos que se apresentam nessa conjuntura, cuja reputação global é importante na defesa de seu lugar no fluxo da história. Por meio de um *reframing* ou reenquadramento histórico e cultural, os chineses promovem maior percepção da identidade nacional em casa e, ao explicitar seus princípios organizativos e o sentido de suas políticas e práticas econômicas nos seus próprios termos, buscam excluir qualquer possibilidade de um conflito armado ao apresentar novas possibilidades e visões de mundo que são seletivamente contadas a fim de não somente garantir sua inclusão legítima nas decisões que envolvem importantes temas internacionais, como estabelecer e garantir um futuro seguro à soberania do país.

4. CONSTRUÇÃO DO PODER ESTRUTURAL DA CHINA

Na perspectiva de Susan Strange (2015), a natureza das relações internacionais deve ser apreendida para além da mera teorização da Ciência Política e também da simples extrapolação de modelos da economia política neoclássica. Segundo a autora, a literatura política internacional contemporânea foi dominada pelos acadêmicos americanos e, portanto, foi permeada por muitos juízos de valor e suposições ocultas e até inconscientes baseados na experiência americana ou em interesses nacionais americanos. Além disso, a literatura especializada em Relações Internacionais, desde 1988, quando ela escreveu *States and Markets*, até os dias atuais, com algumas raras exceções, tem sido predominantemente dirigida a um conjunto de perguntas demasiado estreitas, pois esta agenda segue de perto os interesses da diplomacia interestatal relativas às principais questões econômicas.

Os estudiosos ligados a essas correntes tornam-se, assim, servidores de burocracias estatais, não pensadores ou críticos independentes. Nesse sentido, quase todos os textos-padrão sobre política internacional assumem que a manutenção do poder e da ordem devem ser as principais, senão as únicas, problemáticas de estudo, notadamente quando se analisam os principais autores realistas da corrente anglo-americana. Mas as temáticas que envolvem as relações políticas e econômicas internacionais são mais abrangentes, pois devem considerar os interesses e as demandas de outros países fora do eixo hegemônico. Há interesses e demandas que são sobrepostas ou que são excludentes. Strange (2015) formula o problema nos seguintes termos, que traduzem muitos dos debates atuais acerca dos rumos das sociedades: para se ter mais riqueza e ordem, a justiça e a liberdade devem ser sacrificadas? Para se ter mais igualdade e ordem, a riqueza e a liberdade devem ser negligenciadas?

Mas, para o resto, tudo o que temos até agora são doutrinas concorrentes – conjuntos de ideias normativas sobre as metas para as quais a política estatal deveria ser direcionada, e como a política e a economia (ou, mais precisamente, Estados e mercados) deveriam estar relacionadas um com o outro. Isso é suficiente para satisfazer os ideólogos que já se decidiram, e que podem ser realistas que querem pensar estreitamente sobre os meios e os fins da política nacional doméstica e no exterior, ou podem ser economistas liberais que querem pensar em como a economia mundial poderia ser organizada de maneira mais eficiente. Ou podem ainda ser

revolucionários ou marxistas que querem pensar em construir uma sociedade mais equitativa e justa para os mais fracos.

Particularmente, quando se busca analisar as características da realidade política e social da China, tendemos a concordar com Susan Strange no sentido de que devemos abandonar a ilusão das Ciências Sociais em imitar as Ciências Naturais na busca vã de descobrir e elaborar “leis” do sistema internacional ou padrões tão regulares que governam o comportamento social, político e econômico das nações. Nesse aspecto, é preciso adotar uma postura mais pragmática na prescrição e, em segundo lugar, na construção de um método de análise que rompa as paredes divisórias entre as diferentes correntes e que possibilite alguma comunicação e até debate entre eles. Em nosso caso, isso implica considerar as contribuições de autores ocidentais, mas, principalmente, de considerar a construção teórica dos chineses por meio de seus teóricos e do próprio PCC.

Na perspectiva de Strange (2015), ao refletirmos sobre as relações internacionais, é preciso considerar os valores básicos já mencionados, os quais buscam garantir aos seres humanos bens sociais, como riqueza ou desenvolvimento econômico, segurança e capacidade de defesa, liberdade e direitos humanos fundamentais e justiça e equidade na aplicação da lei. Podemos, então, reconhecer que diferentes sociedades (ou as mesmas sociedades em diferentes momentos), enquanto produzem alguns de cada um dos quatro valores, no entanto, dão uma ordem diferente de prioridade a cada um deles. Isto nos remete à nossa tese, pois a teoria da modernização tende a desconsiderar a diversidade de valores e interesses nas relações internacionais, em favor de uma única perspectiva dita liberal-democrática, e daí sua dificuldade de pensar a realidade chinesa.

Compartilhamos da perspectiva de Susan Strange quando propõe que a abordagem deve se concentrar no nexo entre autoridade-mercado e mercado-autoridade, e chamando a atenção para os quatro valores básicos da sociedade, como segurança, riqueza, liberdade e justiça. Em sua visão, é impossível estudar a economia política e, especialmente, a economia política internacional sem dar muita atenção ao papel do Poder na vida econômica. Cada sistema de economia política difere na prioridade relativa que atribui a cada um dos quatro valores básicos da sociedade. Cada um reflete uma mistura diferente no peso proporcional dado à riqueza, ordem, justiça e liberdade em distintas sociedades. Por fim, o que decide a natureza da mistura é, fundamentalmente, uma questão de poder, ao que nos remete

ao tema da hegemonia (em termos gramscianos) de uma classe social dentro de uma sociedade específica.

É o poder que determina a relação entre autoridade e mercado. Karl Polanyi, em sua obra “A Grande Transformação” (2000), já chamava a atenção sobre a importância de a burguesia inglesa controlar o Estado inglês para garantir as condições de sua reprodução e expansão, mesmo que a custos das chamadas ideias liberais ou livre-cambistas. O interesse econômico se sobreponha inclusive aos axiomas de seus próprios ideólogos. Este tema assume especial relevância na China em que, por mais que o país seja uma vigorosa economia de mercado, e que possua uma poderosa classe de bilionários, esses não possuem o poder político, que se concentra no PCC. Por consequência, os mercados não podem desempenhar um papel dominante na maneira pela qual uma economia política funciona a menos que seja permitida por quem detém o poder e possui autoridade.

Susan Strange (2015) trabalha com dois conceitos de poder: o poder estrutural e o poder relacional. No entanto, ao analisar empiricamente a dinâmica das relações internacionais, especificamente sob o prisma da relação Estado-mercado, ela dá importância maior ao poder estrutural do que poder relacional. O poder relacional, como convencionalmente descrito por escritores realistas de manuais sobre relações internacionais, é o poder de A de impor a B algo que ele não faria de outra forma. Já o poder estrutural, por outro lado, é o poder de moldar e determinar as estruturas da economia política global dentro da qual outros estados, suas instituições políticas, seus empreendimentos econômicos e (não menos importante) seus cientistas e outros profissionais devem operar. O poder estrutural, em suma, confere o poder de decidir como as coisas devem ser feitas, como moldar estruturas nas quais os Estados se relacionam ou como indivíduos e instituições (como no caso as grandes corporações multinacionais) devem se relacionar.

É muito difícil estabelecer uma clara distinção entre poder político e econômico. É impossível ter poder político sem o poder de comprar, comandar a produção e mobilizar capital, e é impossível ter poder econômico sem a sanção da autoridade política, sem a segurança legal e física que só pode ser fornecida pela autoridade política.

As fontes de poder estrutural em nível estatal são as mesmas em grupos humanos muito pequenos, como uma família ou uma comunidade de aldeias remotas, como no mundo em geral. As quatro fontes, são: controle da segurança; controle sobre

a produção; controle sobre crédito; e controle sobre conhecimentos, crenças e ideias. Na seção seguinte iremos refletir sobre a construção do poder estrutural da China e como isso pode viabilizar as metas consubstanciadas do “Sonho Chinês”, ainda mais numa época de Transformações Sem Precedentes, cuja principal característica é a tentativa de contenção da China por parte dos Estados Unidos.

4.1. O Poder Estrutural da China

Quando observamos a evolução da ordem mundial desde o começo do século XXI, o evento de maior destaque e de maior potencial disruptivo é a nova ascensão da nação asiática. No intervalo de aproximadamente quarenta anos, entre 1980 e 2020, a China expandiu sua economia em um ritmo que não tem paralelo na História da economia mundial moderna. Nesse intervalo de tempo, o país cresceu em média 9% ao ano, mesmo enfrentando os efeitos recessivos de duas graves crises financeiras mundiais, em 1997-1998, e em 2007-2009. Apesar disso, o país continuou apresentando robustas taxas de crescimento econômico. Depois de 2009, com a forte redução do comércio internacional, o motor da economia chinesa foi o investimento em infraestrutura. Em 2013, diante da criação de grande capacidade ociosa, o governo chinês passou a incentivar a expansão do mercado doméstico, o que implicou uma queda considerável do ritmo de crescimento, cuja taxa passou a se situar em torno de 7%, naquilo que os chineses denominaram de “novo normal” (PIRES; PAULINO, 2017).

Ganha também maior notabilidade o aumento do poder de influência chinesa na região do leste asiático. Os primeiros passos que contribuíram para isso começaram no final dos anos 1980 com a “política de boa vizinhança”, que se trata do momento que o país buscava melhorar as relações antes conflituosas com os países vizinhos, no intuito de priorizar assuntos de interesses econômicos e de segurança comuns (ZHAO, S., 2014). Como também apontamos anteriormente, Wang Jisi (2011) chama atenção ao fato de que, nesse período, havia também a necessidade da estruturação do poder do PCC no âmbito doméstico, tanto pela consolidação da linha de Deng contra os grupos que apoiavam a Revolução Cultural, durante a década de 1970, mas também com relação ao desfecho das manifestações que eclodiram na Praça da Paz Celestial, em Beijing, em 1989.

As mudanças políticas promulgadas pela liderança do PCC, como a assinatura do tratado de amizade sino-soviético na década de 1950, a subsequente rivalidade entre os dois países na década de 1960, a normalização das relações com os Estados Unidos na década de 1970 e o programa de reforma e abertura sob Deng Xiaoping na década de 1980 serviram aos interesses nacionais concretos, quais sejam: a consolidação do estado chinês, o desenvolvimento econômico e a modernização produtiva, e a possibilidade de o país se posicionar internacionalmente de forma mais confiante (SAUTIN, 2017).

Já no início dos anos 1990, a partir da consolidação de relações com 18 países, o governo chinês decidiu expandir suas ligações bilaterais com a construção de “vários níveis de parcerias para facilitar a coordenação econômica e de segurança, além de compensar o sistema de alianças regionais dos Estados Unidos” (MEDEIROS; FRAVEL, 2003, p. 6). Além disso, uma grande preocupação de Jiang Zemin foi a de estabelecer medidas de proteção da economia chinesa frente à crise asiática iniciada em 1997. Desde então, a política externa chinesa foi constantemente pensada como forma de se tentar proteger os interesses nacionais de desenvolvimento econômico e social e, para isso, um ambiente pacífico e estável, interno e externamente, sempre foi desejável.

A quinta geração de líderes chineses é inaugurada com Xi Jinping a partir de 2013, e, como buscamos demonstrar, houve uma quebra de alguns padrões das lideranças anteriores. Ademais, nos anos mais recentes, temos presenciado um comportamento mais contundente da China nos assuntos externos.

Uma cadeia de eventos impactantes recebeu atenção da liderança chinesa, como por exemplo, a necessidade de aprimorar o relacionamento com os Estados Unidos, as alianças estratégicas entre este país e os países vizinhos da China, os impasses relacionados às disputas pela soberania de ilhas do Mar do Sul da China com países do sudeste asiático, a venda de armas estadunidenses a Taiwan, os movimentos separatistas que avançam na ilha impulsionados pelo treinamento das forças militares taiwanesas pelos Estados Unidos (CHUNG; NG, 2021), as crises na Península da Coreia, e ainda as disputas territoriais com a Índia e com o maior rival da China na Ásia, o Japão. É importante mencionar a formulação da “Parceria Regional Econômica Abrangente” (RCEP, na sigla em inglês), firmado em 15 de novembro de 2020, que é um tratado de livre-comércio para a região Ásia-Pacífico entre os dez estados membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático

(ASEAN), Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã e cinco dos parceiros da ASEAN - Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e Coréia do Sul. O acordo irá entrar em vigor em 01 de janeiro de 2022, já que 10 países já confirmaram sua participação, como a China, Japão, Nova Zelândia, Austrália, Mianmar, Camboja, Laos, Cingapura, Tailândia e Vietnã (GLOBAL TIMES, 2021).

Somado a isso, frente à necessidade de garantir segurança alimentar e energética, a China também passou a adotar uma política mais proativa junto aos países em desenvolvimento por meio de fóruns como o “China-África” e o “China-CELAC” (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), que buscam desenvolver parcerias de perfil “Sul-Sul”, ou com países da periferia da União Europeia, como as reuniões de “Cooperação entre a China e os países da Europa Central e Oriental” (China-CEEC).

É interessante notar que, em 2009, a liderança chinesa redefiniu o propósito da política externa chinesa e, como Hu Jintao anunciou naquele ano, os esforços diplomáticos do país seguiriam o objetivo de salvaguardar os interesses de soberania, segurança e desenvolvimento. Para tanto, as relações internacionais chinesas deveriam obedecer às seguintes diretrizes: “primeiro, a estabilidade política da China, a saber, a estabilidade da liderança do PCC e do sistema socialista; segundo, segurança soberana, integridade territorial e unificação nacional; e terceiro, o desenvolvimento sustentável social e econômico da China” (WANG, J., 2011, p. 3). Nesse aspecto, é digna de nota a modernização do Exército de Libertação Popular (ELP), particularmente ao criar uma maior operacionalidade de sua força naval como uma maneira de fortalecer os esforços econômicos e estratégicos do país, como veremos a seguir.

Essas transformações estratégicas na linha política chinesa foram se moldando às novas circunstâncias. A busca de um relacionamento mais estável com as “potências tradicionais” (aquelas que se fazem presentes no Conselho de Segurança da ONU), por meio da propositura de um “Novo Modelo de Relacionamento entre Grandes Potências”. Com vistas a evitar embates diretos, a China se apoia em três objetivos: a não confrontação, o respeito mútuo e a cooperação “win-win”. Quando se trata dos Estados Unidos, a fim de evitar a chamada armadilha de Tucídides, a China concordou com formatos diplomáticos não convencionais, como a cúpula de Mar-a-Lago Trump-Xi e a cúpula anterior de Obama-Xi em *Sunnylands*, na Califórnia.

Vale ainda destacar que, com Xi Jinping, delinearam-se sete metas táticas para a atuação política chinesa no século XXI: (1) atuar de forma estratégica em duas frentes: governança econômica-global e cooperativa por benefícios mútuos e resultados “*win-win*”; (2) desenvolver qualitativamente seus recursos marítimos; (3) aumentar a participação política em assuntos internacionais referentes à construção de políticas ecológicas e de recursos globais com outros países; (4) cooperar continuamente com a comunidade internacional no que diz respeito à mitigação de gases de efeito estufa; (5) buscar a cooperação com todos os países do mundo perseguindo a seguridade cooperativa, coletiva e comum com base na confiança e benefício mútuos; (6) Buscar maior ênfase nas trocas culturais e educacionais entre os países do mundo, além de redobrar os esforços em promover a internacionalização da cultura chinesa, e (7) construir uma utilização positiva da internet para beneficiar o desenvolvimento econômico e social, além da segurança das redes internacionais (SIIS, 2013).

Merece ênfase que, conforme discutido no capítulo anterior, a consolidação do poder estrutural chinês ganhou maior força com a centralização de poder do partido-estado, principalmente com Xi Jinping. A crescente capacidade tecnológica e militar, além do êxito econômico e tecnológico, resulta de todo o conjunto de medidas que constituem a grande estratégia chinesa. O controle sobre as formas de uso da riqueza social e das transformações geradas com o desenvolvimento de novas tecnologias digitais e de inteligência artificial (AI), o bem-estar da sociedade chinesa foi sendo garantido em detrimento da hegemonia dos interesses das elites econômicas chinesas, como de fato ocorre em diversos países de democracias ocidentais.

Nas seções seguintes, buscaremos sintetizar os aspectos das quatro fontes de poder estrutural chinês.

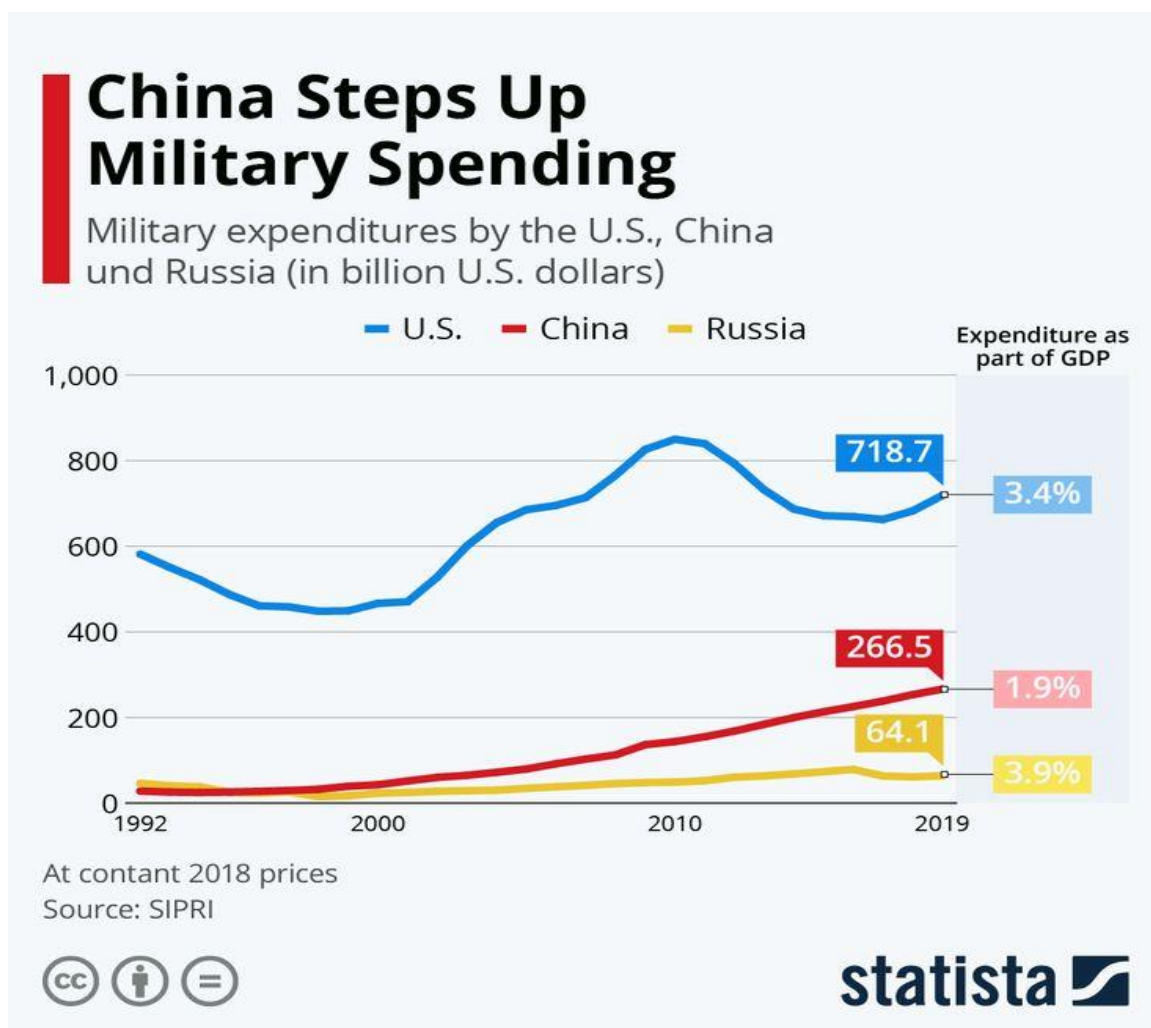
4.1.1. Defesa e segurança

Desde já é preciso considerar que as forças armadas da China ainda ostentam o nome do movimento armado liderado pelo Partido Comunista da China que alcançou o poder em 1949: Exército Popular de Libertação. Esse detalhe é importante, em primeiro lugar para refletir sobre a máxima do PCC: o Partido controla as armas, nunca as armas controlam o Partido. A segunda consideração diz respeito à transformação de uma força irregular num exército profissionalizado, cujo primeiro desafio foi o de

enfrentar os Estados Unidos na Guerra da Coreia, entre 1951 e 1953. Em terceiro lugar, para ressaltar o fato de que o EPL era uma força quase que exclusivamente terrestre e teve que se organizar para a criação de capacidades aéreas, marítimas e aeroespaciais, um desafio muito grande para um país em desenvolvimento cuja renda per capita era de US\$ 200.00 em 1980.

Em nossa dissertação de mestrado, havíamos tratado da grande capacidade da China em ampliar sua capacidade produtiva, tecnológica e financeira como pré-requisitos para o aprimoramento de sua capacidade de defesa frente aos concorrentes asiáticos, como o Japão, mas também frente aos Estados Unidos. A figura 2, a seguir, descreve a evolução dos gastos militares de três dos quatro maiores orçamentos do mundo, quais sejam, Estados Unidos, China e Rússia, entre 1991 e 2020:

Figura 2 - Evolução dos gastos militares de Estados Unidos, China e Rússia entre 1991 e 2020 – em Bilhões de US\$ e % do PIB.

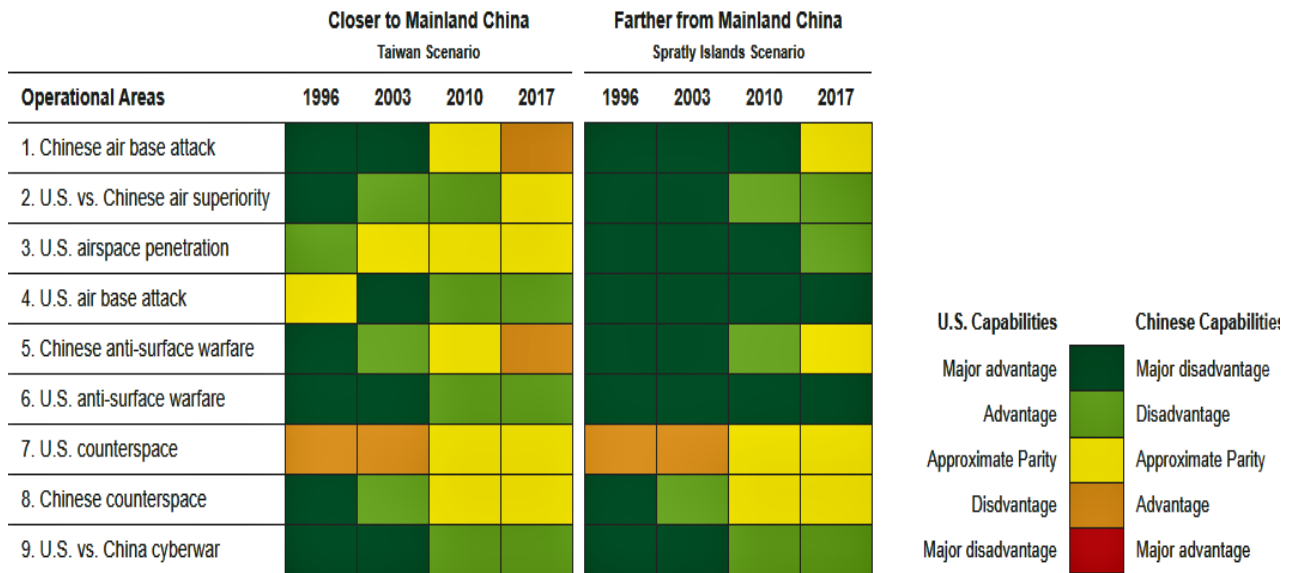


Fonte: SIPRI 2019, apud STATISTA, 2020.

Como se pode constatar, há um expressivo crescimento no orçamento militar da China (1,7%), mas note-se que é bem inferior em termos de dispêndio de defesa com relação ao PIB de Estados Unidos (3,7%) e Rússia (4,3%). Mesmo em termos absolutos, o gasto per capita dos Estados Unidos é de aproximadamente US\$ 2.300,00, enquanto que na Rússia é de US\$ 460,00, e na China de US\$ 175,00. No entanto, esse menor investimento, que concentra suas ações na construção de capacidade de defesa, tem permitido que o país possa enfrentar desafios militares, ao menos em seu entorno geográfico.

Conforme a informação extraída de um relatório prospectivo do importante *think tank* norte-americano, a *Rand Corporation*, as vantagens militares dos Estados Unidos frente à China mostram-se declinantes não apenas na hipótese de uma guerra próxima ao continente, como seria um eventual conflito envolvendo Taiwan, mas também com relação a uma guerra no Mar do Sul da China em um possível cenário de conflito nas Ilhas Spratly (Figura 3).

Figura 3 – Quadro comparativo e prospectivo das capacidades militares de China e Estados Unidos frente a um eventual conflito na Ásia.



10. Nuclear stability

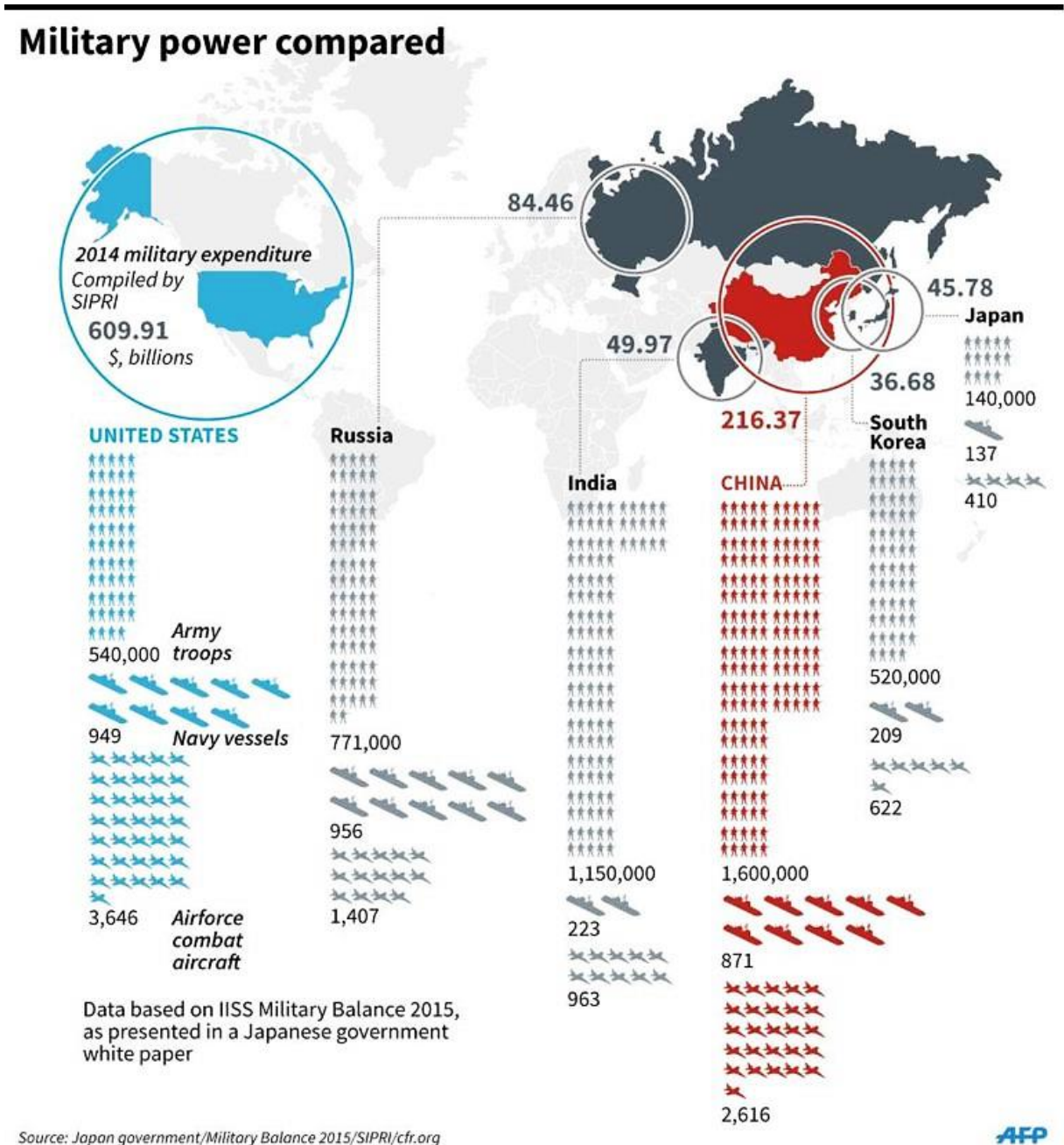
(confidence in secure second-strike capability)

Country	1996, 2003, and 2010	2017
China	Low confidence	Medium confidence
U.S.	High confidence	

Fonte: Rand Corporation (2015).

O aumento da capacidade militar da China nos últimos anos pode ser visualizado quando se trata de comparar seus recursos bélicos com o de outras nações que possuem interesse na região da Ásia-Pacífico, como Estados Unidos, Rússia, Índia, Japão e Coreia do Sul (Figura 4).

Figura 4 - Quadro comparativo das forças armadas de China, Estados Unidos, Rússia, Índia, Japão e Coreia do Sul (2014)



Fonte: SIPRI, 2014, apud AFP, 2015.

É preciso considerar, contudo, a melhora na situação chinesa, pois nos últimos anos colocou em serviços dois porta-aviões, o *Liaoning*, feito a partir da carcaça de um modelo russo da década de 1980, e o *Shandong*, primeiro porta-aviões construído inteiramente na China. Ainda assim, nota-se que a preponderância militar dos Estados Unidos é indiscutível com relação ao nível de tecnologia e à quantidade de equipamentos disponíveis. Na guerra moderna, mais do que tropas, são necessários recursos materiais de ponta. Estimativas do *Stockholm International Peace Research Institute* (SILVA; TIAN; MARKSTEINER, 2021), informam que o orçamento militar dos EUA excedia a soma dos demais a soma dispêndio de China, Índia, Rússia, Reino Unido, Arábia Saudita, Alemanha, França, Japão e Coreia do Sul. Entretanto, tal como assinalamos anteriormente, o rápido desenvolvimento da China, tanto econômico como tecnológico, tem viabilizado os meios com os quais o país busca estreitar a lacuna militar com os Estados Unidos.

No contexto de maiores disputas geopolíticas, a Ásia foi a região que mais importou armas dentre o total de armas importadas mundialmente no período entre 2010-2015, respondendo a 30% do volume mundial total (SIPRI, 2015), o que suscitou, dentre os analistas internacionais, receio quanto a uma possível corrida armamentista naquela região. Nos últimos dez anos, entre 2011 e 2020, a China apresentou um aumento de 76% nos gastos militares, a maior porcentagem em comparação aos demais 14 países que mais contabilizaram gastos militares no igual período (SILVA; TIAN; MARKSTEINER, 2021, p. 3). Países aliados dos Estados Unidos também apresentaram um aumento dos gastos militares na última década: Coreia do Sul 41%, Índia 34%, Austrália 33% e Israel 32%.

Com um orçamento militar estimado em US\$ 778 bilhões, os Estados Unidos permaneceram campeões no quesito relacionado ao montante de gastos mundiais em 2020, correspondendo a 39% dos gastos militares globais. Em segundo lugar aparece a China, que é responsável por 13% do total global de gastos militares no mesmo ano. Os US\$ 252 bilhões gastos com os militares em 2020 foram 1,9% mais altos do que em 2019, equivalente a 1,7% do PIB chinês (SIPRI, 2021, p. 3). O relatório de “tendências das despesas militares mundiais” também aponta que:

Os gastos militares na Ásia e na Oceania totalizaram US\$ 528 bilhões em 2020. Os gastos militares na região foram 2,5% maiores em 2020 do que em 2019 e 47% maiores do que em 2011, continuando uma tendência de aumento ininterrupto desde pelo menos 1989. O aumento era devido principalmente aos aumentos dos gastos da China e da Índia, que juntos

representaram 62% do total dos gastos militares na região em 2020. [...] Durante a década de 2011-2020, houve aumentos substanciais em todas as cinco sub-regiões, variando de 35% na Oceania a 53% no Leste Asiático. (SILVA; TIAN; MARKSTEINER, 2020, p. 7, tradução nossa).

Ainda segundo o relatório SIPRI (2021), os gastos militares da China aumentaram por 26 anos consecutivos. Esse crescimento é resultado do processo de longo prazo de modernização e expansão militar, e sua motivação em 2020, conforme informou o Ministério da Defesa Nacional da China, foram as ameaças percebidas à segurança nacional da China em relação às políticas de poder estrangeiras.

Apesar do aumento das rivalidades com contexto da Ásia-Indo-Pacífico, a China vem afirmando que os ganhos econômicos serão divididos com seus vizinhos, principalmente com projetos que visem à promoção do desenvolvimento econômico e sustentável. Esse objetivo seria atingido com o oferecimento incondicional de ajuda aos seus vizinhos, independentemente de sua ideologia ou alianças, o que contrastaria com o modelo ocidental baseado na assistência com condicionalidade. (BONDAZ; GODEMENT, 2015, p. 5).

Com a expansão chinesa de programas de desenvolvimento de tecnologias militares, inclusive de sua força nuclear, o desenvolvimento do chamado “*anti-access/area-denial*” (A2/AD) tem desafiado os Estados Unidos a desenvolver estratégias de contenção aos possíveis intentos chineses em desafiar ou até mesmo minar a projeção de poder norte-americano e de seus aliados na Ásia (FRIEDBERG, 2014).

Assim, é notável os grandes progressos realizados no campo militar, o que os chineses nomearam como “Revolução nos Assuntos Militares” (RMA, sigla no inglês), também com características chinesas.

Impulsionada pela nova rodada de revolução tecnológica e industrial, a aplicação de tecnologias de ponta como inteligência artificial (IA), informação quântica, big data, computação em nuvem e Internet das Coisas, está ganhando ritmo no campo militar. A competição militar internacional está passando por mudanças históricas. Novas e altas tecnologias militares baseadas em TI estão se desenvolvendo rapidamente. Há uma tendência predominante para desenvolver armas e equipamentos de precisão de longo alcance, inteligentes, furtivos ou não tripulados. A guerra está evoluindo na forma de guerra informatizada, e a guerra inteligente está no horizonte (WHITE PAPER, 2019, n.p., tradução nossa).

Na busca pelo fortalecimento e modernização da defesa nacional e militar chinesa, o “Pensamento de Xi Jinping” também aparece como guia estratégico de

aprimoração das capacidades militares e no cumprimento das missões e tarefas da nova era no desenvolvimento da defesa militar do país. Os objetivos estratégicos constantes no documento visavam a alcançar a automatização do aparato militar geral em 2020; a modernização da estrutura militar como um todo, o que envolve a estrutura organizacional, equipamentos e treinamento de pessoal a fim de se alcançar a modernização da defesa nacional e dos militares até 2035, e a transformação total “das forças armadas do povo em forças de classe mundial em meados do século XXI” (WHITE PAPER, 2019, n.p.).

Por fim, ao concluir esta seção sobre o poder estrutural da China na área de defesa, vale a pena descrever como os Estados Unidos têm percebido a modernização do Exército Popular de Libertação, conforme as observações do relatório apresentado ao Congresso *Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2020* (US DEFENSE, 2021):

A estrutura de força e as capacidades do EPL se concentravam principalmente em travar guerras terrestres em larga escala ao longo das fronteiras da China. As forças terrestres, aéreas e navais do EPL eram consideráveis, mas principalmente obsoletas. Seus mísseis convencionais eram geralmente de curto alcance e modesta precisão. As capacidades cibernéticas emergentes do EPL eram rudimentares; seu uso de tecnologia da informação estava bem atrasado; e suas capacidades nominais de espaço foram baseadas em tecnologias desatualizadas para o dia. Além disso, a indústria de defesa da China lutou para produzir sistemas de alta qualidade. Mesmo que o RPC pudesse produzir ou adquirir armas modernas, faltava ao EPL as organizações conjuntas e o treinamento necessário para colocá-las em campo com eficácia. [...] Duas décadas depois, o objetivo do EPL é se tornar um militar de “classe mundial” até o final de 2049 - uma meta anunciada pela primeira vez pelo secretário-geral Xi Jinping em 2017. Embora o PCC não tenha definido o que significa militar de “classe mundial”, dentro do contexto da estratégia nacional da RPC, é provável que Pequim busque desenvolver forças armadas em meados do século que sejam iguais às forças armadas de qualquer outra grande potência [...] Conforme o relatório deste ano detalha, a RPC reuniu os recursos, tecnologia e vontade política nas últimas duas décadas para fortalecer e modernizar o EPL em quase todos os aspectos. Na verdade, como já está à frente dos Estados Unidos em certas áreas, como construção naval, mísseis balísticos convencionais e de cruzeiro baseados em terra e sistemas integrados de defesa aérea” (US DEFENSE, 2021, p. 4-5, tradução nossa)

Vale ressaltar que a construção de poder estrutural na área de defesa não é um evento isolado e envolve a criação de capacidades produtivas, a mobilização de recursos por meio de um complexo arranjo tributário e financeiro e, não menos importante, o desenvolvimento tecnológico e científico que, por sua vez, representa o sucesso do governo da China em oferecer educação de qualidade para sua população. Nas seções subsequentes discutiremos sobre esses aspectos.

4.1.2. A capacidade de produção

Dentre os grandes países em desenvolvimento, a China foi aquele que melhor soube explorar as potencialidades do processo de globalização que se intensificou no começo da década de 1980. O governo da China, à época liderado por Deng Xiaoping, soube fazer uma leitura abrangente da realidade, principalmente no que tange às debilidades produtivas e tecnológicas do país. De forma pragmática, inseriu a economia chinesa nas cadeias produtivas internacionais, tendo como moeda de troca os baixos salários, a abundância de mão de obra e as potencialidades de um mercado doméstico de mais de um bilhão de pessoas à época. Também contou com a capacidade de produção de insumos básicos, como aço, produtos químicos, petróleo, energia elétrica, mecânica pesada etc., que serviram de base para o salto produtivo.

O país iniciou sua produção em larga escala para a exportação a partir de segmentos de baixa intensidade tecnológica, como têxteis e a montagem de equipamentos eletrônicos de baixa complexidade. O capital das primeiras empresas veio de Hong Kong e Taiwan, principalmente. As primeiras Zonas Econômicas Especiais, criadas entre 1982 e 1987, se situaram nas proximidades de ambas as regiões, nas províncias de Guangdong e Fujian. Na medida em que o processo de Reforma e Abertura avançava, empresas ocidentais transferiram parte de suas atividades de produção para o território chinês.

Por sua vez, o governo, em busca de tecnologia e de capacidades gerenciais, negociou com empresas multinacionais a formação de *joint-ventures* com empresas estatais, viabilizando a internalização de competências antes inexistentes no país. Gradualmente, as empresas chinesas foram incorporando tecnologia e capacidade de gestão, o que lhes permitiu agregar valor à produção local e deixar a mera montagem de bens de consumo, passando para a produção de módulos, de produtos acabados por subcontratação de empresas multinacionais até chegar ao ponto atual, em que o país desenvolve novos produtos, novos designs e marcas de prestígio internacional.

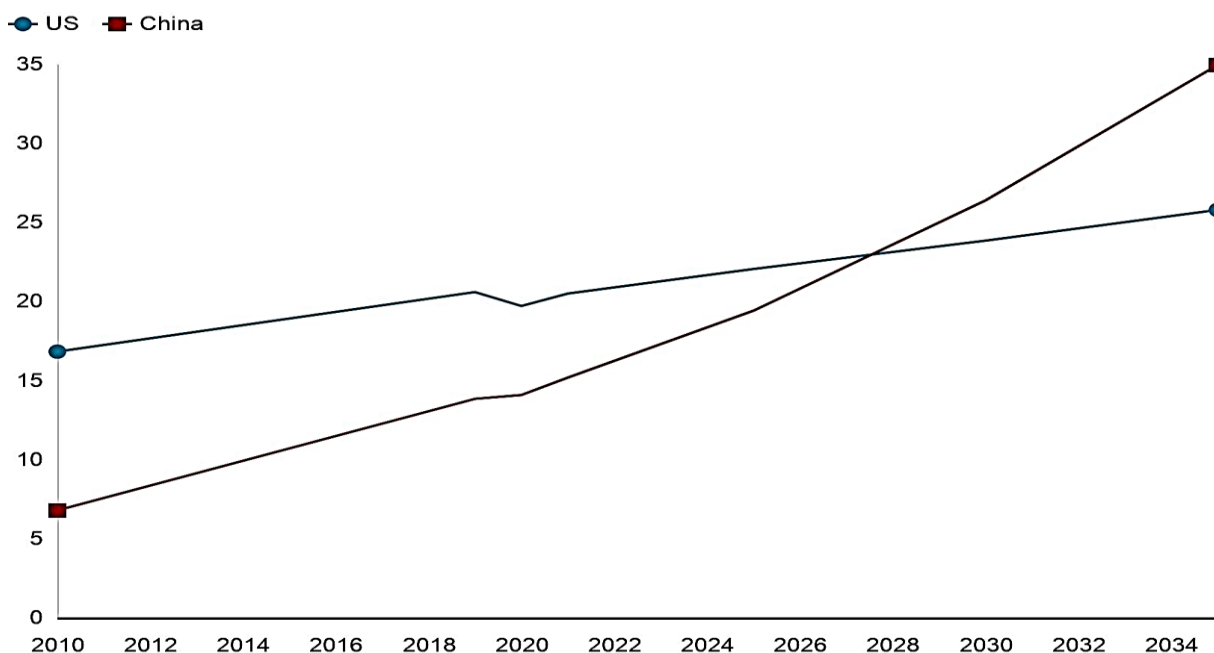
Como resultado de décadas de crescimento econômico ininterrupto, a China rapidamente se emparelhou aos países desenvolvidos, chegando a rivalizar com os Estados Unidos ao superá-los em produção física em 2014, medida em termos de paridade de poder de compra, e apontando para a superação de seu PIB em dólares correntes, de acordo com o Centro de Pesquisa Econômica e Empresarial (CEBR), com sede no Reino Unido a BBC (2021). O estudo ressaltou a administração

"habilidosa" da Covid-19 pela China, fato que impulsionaria seu crescimento relativo em comparação com os EUA e a Europa nos próximos anos. Pelo estudo, que avaliou o impacto da pandemia nas economias nacionais, a China ultrapassará o PIB dos EUA em 2028, cinco anos antes do previsto, conforme o Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Evolução do PIB de Estados Unidos e China em dólares correntes e projeção para 2034 (World Bank Data, 2021).

US and Chinese economies 2010-2035

Gross domestic product in \$US trillions (constant prices)



Source: CEBR World Economic League Table 2021

BBC

Fonte: BBC (2020).

Em 2020, de acordo com o World Bank Open Data (2021), o valor agregado da produção industrial chinesa atingiu 3,85 trilhões de dólares. A título de comparação, os Estados Unidos chegaram a US\$ 2,3 trilhões, em 2019, e o Japão a US\$ 1,04 trilhões, em 2019. Outro dado que chama atenção para o desempenho produtivo da China diz respeito ao comércio exterior. Em 2020, o país exportou em bens e serviços 2,72 trilhões e importou 2,35 trilhões de dólares. Já os Estados Unidos exportaram em 2020 2,12 trilhões e importaram 2,77 trilhões dólares. Como se vê, a China superou os EUA como maior *trader*, com um fluxo comercial de US\$ 5,07 trilhões (exp + imp).

Independentemente desses marcos, a China também já se tornou a “número 1” do mundo em diversos outros aspectos, tal como demonstra o professor Graham Allison que, em depoimento à Comissão do Senado sobre Forças Armadas dos

Estados Unidos, apresentou uma lista acerca dos quesitos econômicos e sociais nos quais a China havia se tornado a principal potência mundial, superando os Estados Unidos (Tabela 3).

Tabela 3 - Quesitos em que a China superou os Estados Unidos e respectivos anos

Maior produtor industrial: (2011)	Mercado de Smartphones: (2012)
Exportador: (2009)	Mercado de E-commerce: (2013)
Nação comercial: (2012)	Mercado de bens de luxo: (2013)
Principal motor do crescimento da economia global: (2010)	Usuários da Internet: (2008)
Detentor de títulos da dívida dos EUA: (2008)	Supercomputador mais rápido: (2010)
Destino de IDE: (2014)	Detentor de reservas em moeda estrangeira: (2006)
Consumidor de energia: (2010)	Número de IPOs: (2007)
Importador de óleo: (2012)	Rankings de educação (Shanghai): (2009)
Emissor de carbono: (2006)	Maior rede ferroviária de alta velocidade: (2014)
Mercado de automóveis: (2009)	Maior mercado de energia solar: (2013)
Produtor de aço: (2010)	Pedidos de patentes (registradas no país): (2011)
Produtor de algodão: (2008)	Primeiro satélite para telecomunicação quântica (2016) *
	Liderança em 5G (2018) *
	Pouso no “lado oculto” da Lua (2019) *

Fonte: A autora, com base em ALLISON (2015).

A produção industrial da China é impressionante em diversos aspectos. Em primeiro lugar porque o país está integrado em todas as cadeias produtivas, não se restringindo a um segmento. Mesmo naqueles setores em que o aumento dos custos salariais expulsou empresas para países de menor renda, como tecidos, calçados e a montagem de bens de consumo, a produção ainda é impressionante. Vejamos a Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 - Produção dos principais produtos industriais e taxas de crescimento em 2020

Produtos	Unidade	Quantidade	Varição s/ 2019 (%)
Fios	10.000 toneladas	2618,3	-7,4
Tecidos	100 milhões de metros	460,3	-17,1
Fibras químicas	10.000 toneladas	6126,5	4,1
Açúcar refinado (produto final)	10.000 toneladas	1431,3	3,0
Cigarros	100 milhões	23863,7	0,9
Aparelhos de TV em cores	10.000	19626,2	3,3
Sendo: aparelhos de TV LCD	10.000	19247,2	3,0
Geladeiras domésticas	10.000	9014,7	14,0
Ar condicionado	10.000	21035,3	-3,8
Produção de energia primária	100 milhões de toneladas de equivalente de carvão padrão	40,8	2,8
Carvão	100 milhões de toneladas	39,0	1,4
Óleo de petróleo bruto	10.000 toneladas	19476,9	1,6
Gás natural	100 milhões de metros cúbicos	1925,0	9,8
Eletricidade	100 milhões de quilowatts-hora	77790,6	3,7
Sendo: Energia térmica [19]	100 milhões de quilowatts-hora	53302,5	2,1
Energia hidrelétrica	100 milhões de quilowatts-hora	13552,1	3,9
Energia nuclear	100 milhões de quilowatts-hora	3662,5	5,1
Aço bruto	10.000 toneladas	106476,7	7,0
Aço laminado [20]	10.000 toneladas	132489,2	10,0
Dez tipos de metais não ferrosos	10.000 toneladas	6188,4	5,5
Sendo: Cobre refinado (cobre)	10.000 toneladas	1002,5	2,5
Eletrólise de alumínio	10.000 toneladas	3708,0	5,6
Cimento	100 milhões de toneladas	24,0	2,5
Ácido sulfúrico (100%)	10.000 toneladas	9238,2	1,3
Soda cáustica (100%)	10.000 toneladas	3673,9	6,2
Etileno	10.000 toneladas	2160,0	5,2
Fertilizantes químicos (100 por cento equivalente)	10.000 toneladas	5496,0	-4,1
Equipamento de geração de energia	10.000 quilowatts	13226,2	38,3
Veículos motorizados	10.000	2532,5	-1,4
Sendo: Automóveis de passageiros básicos (automóveis)	10.000	923,9	-10,2
Veículos utilitários esportivos (SUVs)	10.000	905,0	2,6

Tratores grandes e médios	10.000	34,6	23,0
Circuitos integrados	100 milhões de peças	2614,7	29,6
Painéis controlados por programa	10.000 linhas	702,5	-11,1
Telefones celulares	10.000	146961,8	-13,3
Microcomputador	10.000	37800,4	10,6
Robôs industriais	10.000 conjuntos	21,2	20,7

Fonte: China, NBS. Statistical Communiqué of The People's Republic of China on the 2020 National Economic and Social Development, 2021.

Quando se observa a produção industrial em 2020, ano marcado pela pandemia de Covid-19, verifica-se claramente que os quesitos ligados ao confinamento tiveram aumento, como geladeiras, equipamentos de microcomputador, circuitos integrados etc., enquanto que houve uma queda na produção de condicionadores de ar, automóveis, tecidos e fios.

Cabe esclarecer que a descrição da produção industrial chinesa é útil para nosso propósito de chamar atenção para o poder estrutural chinês no campo produtivo. A isso se agregam outros dados relevantes, como a formação de capital físico, conforme a Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 - Ampliação da Capacidade de Infraestrutura em 2020

Item	Unidade	Volume
Equipamento de transformador de potência recém-aumentado com uma capacidade de mais de 220 quilovolts	10,000 quilovolts-ampères	22.288
Novas ferrovias colocadas em operação	quilômetro	4.933
Das quais, ferrovias de alta velocidade	quilômetro	2.521
Ferrovias e rodovias duplicadas colocadas em operação	quilômetro	3.380
Ferrovias eletrificadas colocadas em operação	quilômetro	5.480
Novas rodovias e/ou rodovias reconstruídas	quilômetro	12.713
Nova capacidade de atracamento para navios com mais de 10.000 toneladas	10,000 toneladas /ano	30.562
Novos aeroportos de transporte civil	-	3
Novas linhas de cabos de fibra ótica	10.000 km	428

Fonte: China, NBS. Statistical Communiqué of The People's Republic of China on the 2020 National Economic and Social Development, 2021.

Estruturas importantes para a manutenção do desenvolvimento foram ampliadas, independentemente da pandemia, e chama a atenção a ampliação da rede de trens de alta velocidade, 2.521 km e a ampliação da rede de cabos de fibra ótica, 4.280.000

km. A título de comparação, a Telebrás, empresa estatal brasileira especializada na oferta de acesso à Internet, possui 26.000 km.

A caminhada da China em se tornar um país desenvolvido em 2049, tal como pressupõe o Sonho Chinês, passa pela modernização de sua indústria às novas exigências da Quarta Revolução Industrial. Nesse sentido, a iniciativa “*Made in China 2025*” (MIC 2025) criada pelo Conselho de Estado em 19 de maio de 2015, foi o primeiro plano de ação de dez anos do país focado na promoção da indústria 4.0 (STATE COUNCIL, 2015).

O plano propõe uma estratégia que abrange nove tarefas identificadas como prioritárias: melhorar a inovação de fabricação, integrar a tecnologia e a indústria, fortalecer a base industrial, promover as marcas chinesas, fortalecer a fabricação verde, promover avanços em dez setores-chave, avançar a reestruturação do setor industrial ao promover empresas de serviços orientadas para a indústrias e indústrias orientadas para o setor de serviços, além da internacionalização da manufatura. Os 10 setores priorizados pelo plano foram:

1. Novas tecnologias de informação;
2. Máquinas-ferramentas e robôs com controle numérico de ponta;
3. Equipamentos aeroespaciais;
4. Equipamentos de engenharia oceânica e embarcações de ponta;
5. Equipamento de transporte ferroviário de ponta;
6. Veículos eficientes e veículos sustentáveis;
7. Equipamentos elétricos;
8. Máquinas agrícolas;
9. Novos materiais, e
10. Biomedicina e equipamentos médicos de ponta.

A estratégia chinesa do *Made in China 2025* até aqui tem sido bem sucedida, exceto talvez por conta da dependência de equipamentos e insumos para a produção de microchips de última geração, cujo suprimento está sendo alvo de boicote por parte dos Estados Unidos. No mais, a internacionalização de marcas chinesas tais como Xiaomi, Cherry, Midea, State Grid, China Three Gorges Corporation (CTG) e Lenovo, dentre outras, é prova do avanço chinês em tecnologias de ponta, além do aprimoramento da qualidade e do design de seus produtos. Adicionalmente, as conquistas da China no campo aeroespacial podem ser contabilizadas nesse contexto,

como o pouso de uma sonda no lado oculto da Lua, a montagem de sua própria estação espacial ou o pouso de uma sonda em Marte.

Um último aspecto a ser ressaltado diz respeito à exportação de capacidade produtiva por parte da China, neste caso, por meio do ambicioso projeto da Iniciativa BRI, que foi anunciada em 2013 pelo presidente da China Xi Jinping, primeiro no Cazaquistão e, em seguida, na Indonésia (PIRES; PAULINO, 2018).

A “*Belt and Road Initiative*”, busca apoiar a criação de infraestrutura tanto na Ásia Central como no Oceano Índico e até mesmo na América Latina, que seria uma “extensão natural da BRI” (CGTN, 2018) A China retrata a Iniciativa BRI como a contribuição mais importante da China para a abertura e o desenvolvimento internacional. A liderança chinesa tem enfatizado que o modelo de desenvolvimento e a experiência da China são úteis tanto para as nações em desenvolvimento, como para estados desenvolvidos que adotaram o modelo neoliberal, o que aponta para uma confiança solidificada com os anos (BELT AND ROAD PORTAL, 2017).

Além de propiciar um palco para a diplomacia chinesa, a BRI tem possibilitado a internacionalização de grandes empresas da China, como as de construção, de equipamentos ferroviários, de energia e de telecomunicações, além de abrir campo para uma série de investimentos patrocinados por instituições financeiras do governo ou influenciadas pelo governo de Pequim. Isso abre espaço para o terceiro poder estrutural da China: o financeiro, tema da próxima seção.

4.1.3. As finanças e a internacionalização do RMB

A terceira etapa, ou faceta, do poder estrutural é, reconhecidamente, mais peculiar às economias industrializadas avançadas, sejam socialistas ou capitalistas, do que às pequenas comunidades ou economias menos desenvolvidas: o poder financeiro. O controle do crédito é a faceta que talvez tenha se destacado no último quarto de século mais rapidamente do que qualquer outra e tenha tido uma importância decisiva nas relações econômicas internacionais e na competição das empresas corporativas.

A presença da China no sistema financeiro internacional vem crescendo, principalmente a partir de 2000, quando consegue formar um grande volume de divisas estrangeiras e se torna um investidor institucional de peso. Nesta seção iremos destacar os seguintes aspectos que descrevem a ascensão da China no palco das

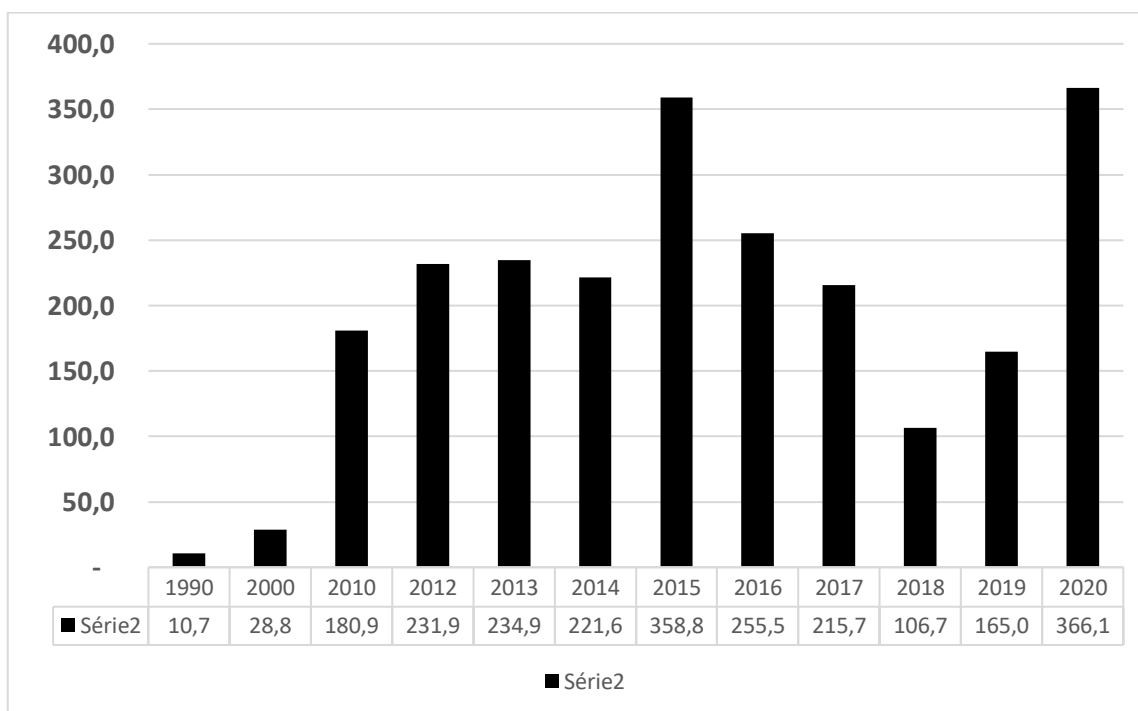
finanças mundiais: (a) o grande acúmulo de reservas; (b) a ampliação dos investimentos no exterior; (c) a internacionalização do Renminbi, e (d) a criação de bancos multilaterais de investimentos.

a) O grande acúmulo de reservas

A forte presença da China na economia mundial, principalmente após a sua ascensão à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, levou o país a acumular um expressivo volume de reservas internacionais. Entre 2000 e 2020, o saldo acumulado do país saltou de 172 bilhões para 3,36 trilhões de dólares. Em 2015, atingiu um pico de US\$ 3,9 trilhões (WORLD BANK OPEN DATA, 2021). Esse acúmulo de divisas ocorreu tanto pelos expressivos superávits comerciais quanto pelo forte ingresso de investimentos diretos no país.

De acordo com dados do World Bank Open Data (Gráfico 3), o saldo comercial chinês, entre 2010 e 2020, situou-se acima de 100 bilhões de dólares, atingindo o vale em 2018 e o pico em 2020, quando acumulou 366,1 bilhão de dólares.

Gráfico 3- Saldo comercial da China – 1990 a 2020 (em bilhões de US\$)



Fonte: World Bank Open Data, 2021.

Segundo o *Global Times* (2021), o fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) da China em 2020 atingiu US\$ 153,71 bilhões, aumentando 12,3% ano a ano e ocupando o primeiro lugar no mundo pela primeira vez na história, de acordo com um relatório divulgado pelo Ministério do Comércio da China, o *National Bureau of Statistics* e a Administração Estatal de Câmbio. O estoque de capital do IED chinês alcançou US\$ 2,58 trilhões no final de 2020, ficando atrás dos EUA e da Holanda, de acordo com o Boletim Estatístico de 2020 do Investimento Estrangeiro Externo da China.

Tal acúmulo de divisas transformou a China num agente de peso na economia mundial, principalmente pelo aumento de sua capacidade de investimentos, o que discutiremos na seção seguinte, como também por carregar um expressivo volume de título da dívida dos Estados Unidos. No final de 2020, a China possuía aproximadamente 1,06 trilhão de dólares de títulos da dívida pública dos EUA emitida pelo Departamento do Tesouro dos EUA. O país era apenas superado pelo Japão, que carrega aproximadamente US\$ 1,26 trilhão (SCMP, 2020). Este fato é importante porque os títulos dos Estados Unidos são um “porto seguro” para o capital excedente do mundo. Além disso, imobilizar essas divisas ajuda a prevenir uma valorização excessiva da moeda chinesa e uma desvalorização excessiva do dólar dos Estados Unidos, pois a combinação de ambos seria prejudicial para as exportações do país.

b) A ampliação dos investimentos no exterior

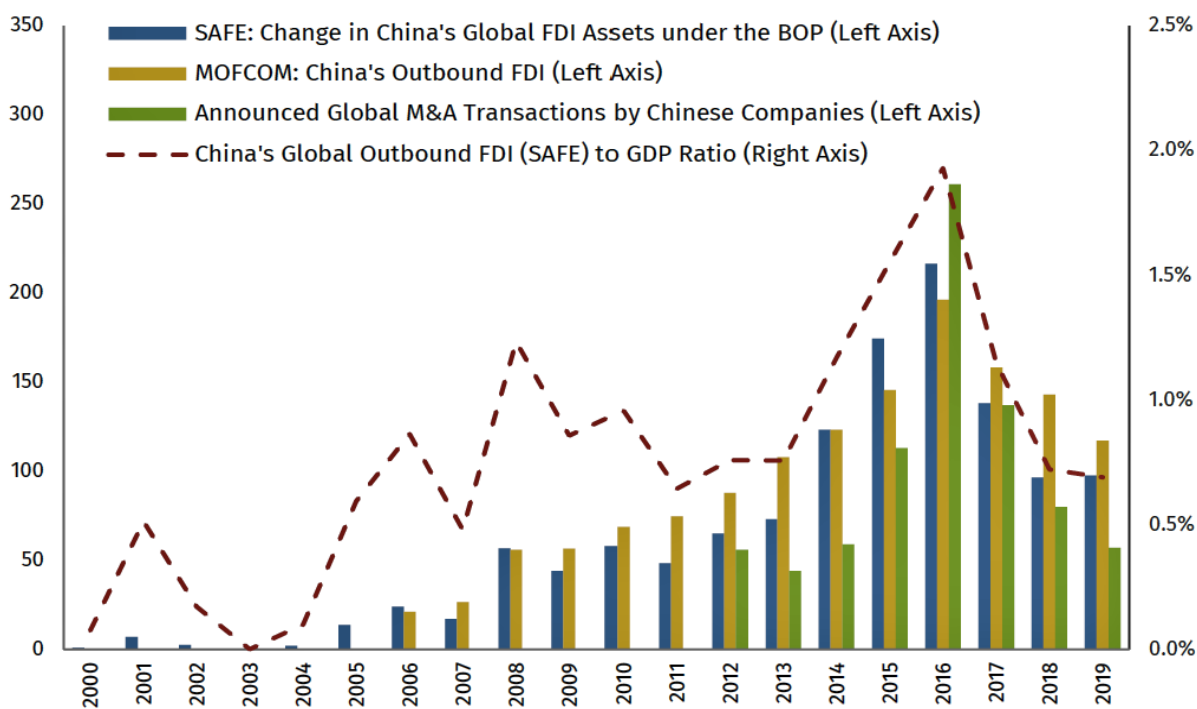
A capacidade financeira da China também pode ser constatada pelo aumento do fluxo de investimentos externos desde a década de 2000, em que pese a desaceleração dos investimentos depois de 2016. Na antiga condição de país periférico, o país era fundamentalmente receptor de investimentos diretos, os quais ajudaram no processo de rápido crescimento. No entanto, tal como discutimos na seção anterior, na medida que suas empresas foram ganhando maior dimensão e a demanda por alimentos, matérias-primas e mercados consumidores foram aumentando, o país iniciou o processo de internacionalização do seu capital. Parte desses investimentos foi destinada para a compra de ativos no exterior e para a montagem de estruturas necessárias para apoiar a importação de insumos como minérios e petróleo. Depois de 2013, quando se inicia a fase do “novo normal” e

também é lançada a Iniciativa BRI, o país passa a exportar capacidades produtivas, principalmente na área de construção pesada, engenharia e transportes (notadamente ferrovias). Veja a evolução desse fluxo no gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 - Investimentos da China no exterior (2000-2019)

China's Global Outbound Investment Boom Is Taking A Break*

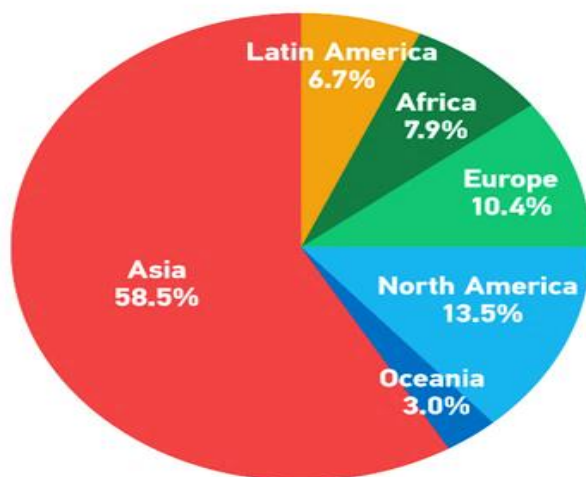
Various Measures for China's global outbound FDI, USD billion, percent share



Fonte: Rhodium Group, 2020.

Figura 5 - Destinação do IED da China por regiões

Major destinations of overseas Chinese-invested enterprises at end-2020



Fonte: CGTN, 2021

Quando se analisa o destino dos investimentos diretos da China para o exterior, em 2020, constatamos que o seu entorno geográfico absorve a maior parte dos recursos (CGTN, 2021). O continente asiático representa 58,5% do total. Chama atenção o fato de que regiões mais desenvolvidas, como a América do Norte e a Europa absorverem quase um quarto dos investimentos. No começo da década de 2010, países da América Latina, principalmente o Brasil, receberam vultosos investimentos chineses, principalmente nos setores de petróleo e energia elétrica (CEBC, 2021).

É importante observar o movimento da economia mundial pós-Covid-19, pois o papel da China no fluxo de investimentos internacionais tende a crescer novamente, não apenas pela maior presença das empresas multinacionais chinesas no mundo, mas também por conta da internacionalização de seus grandes bancos, como o *Industrial and Commercial Bank of China (ICBC)*, o *China Construction Bank*, o *Bank of China*, o *Agricultural Bank of China*, *Bank of Communications* e o *China Development Bank*, que acompanham suas empresas e seus importadores ao redor do mundo.

c) A internacionalização do Renminbi

A maior presença da China na economia mundial abriu espaço para um crescente espaço para a internacionalização de sua moeda, o Renminbi (RMB) ou Yuan, como também é conhecida. Conforme discutimos nas seções anteriores, o país se tornou um grande partícipe no comércio de bens e serviços e nos fluxos globais de investimentos, tornando-se um ator incontornável nos temas econômicos globais. No entanto, em termos monetários a China ainda é um competidor marginal, pois o peso de sua moeda não é compatível com o tamanho de sua economia. Segundo Eswar Prasad (2020):

A economia da China é agora a segunda maior do mundo e um dos principais impulsionadores do crescimento global. Mas a proeminência de sua moeda, o Renminbi, não é compatível com seu peso na economia mundial. Como resultado das medidas tomadas pelo governo chinês, o Renminbi certamente avançou como moeda internacional na última década, embora esse progresso tenha se estabilizado na segunda metade da década. É provável que o Renminbi se torne gradualmente um ator mais significativo nos mercados financeiros internacionais, mas todo o seu potencial permanecerá não realizado, a menos que o governo chinês empreenda uma ampla gama

de reformas econômicas e do sistema financeiro. No longo prazo, o que a ascensão do Renminbi significa para o sistema financeiro global depende, em grande medida, de como a própria economia da China muda no processo de elevação de sua moeda. (PRASAD, 2020, n.p., tradução nossa).

É preciso refletir sobre a opinião de Prasad, pois a internacionalização do RMB traz consigo certas contradições, e a lógica do mercado para a utilização de uma moeda nacional como moeda internacional de reserva pressupõe a retirada dos controles domésticos sobre o seu fluxo, garantindo, em tese, a saída de um ativo em momentos de desconfiança. Mas no caso da China, ao se abrir mão do controle sobre o fluxo de sua moeda, o país corre o risco de sofrer constrangimentos internacionais como ocorreu em 1985, quando os Estados Unidos forçaram uma dura valorização do Yen japonês que praticamente paralisou a economia do país até os dias atuais. Foi o chamado Acordo do Plaza³⁶.

Desde a crise de 2008, quando a China passou a ter um maior protagonismo nas finanças internacionais, o governo chinês vem adotando uma série de medidas para aumentar a utilização de sua moeda nas transações internacionais, como a criação de um mercado offshore de RMB, em Hong Kong, a emissão de títulos denominados em RMB, contratos de *swap* em moeda com diversos países do mundo, incluindo o Brasil, a Rússia, a Argentina, acordos comerciais transnacionais etc.

Tabela 6 - Composição das reservas oficiais de câmbio por moedas (2020-2021)

Composição das reservas oficiais de câmbio por moedas							
Quadrimestre	2020Q1	2020Q2	2020Q3	2020Q4	2021Q1	2021Q2	% 2021Q2
Mundo	11.704.978	12.016.597	12.251.521	12.705.922	12.584.144	12.817.193	100,0%
Dolar	6.771.174	6.902.675	6.931.666	6.991.796	6.984.571	7.080.582	55,2%
Euro	2.197.398	2.272.432	2.359.484	2.526.417	2.414.964	2.455.822	19,2%
RMB	220.332	233.678	247.444	271.475	290.934	311.904	2,4%
Yen	644.366	643.699	668.187	715.520	689.786	692.005	5,4%
Libra	486.045	504.356	523.558	561.559	551.335	568.454	4,4%

Fonte: IMF, 2021

Apesar do pequeno peso do RMB (2,4%) e da predominância do dólar (55,2%), conforme mostra a Tabela 6, é importante ressaltar que a participação do RMB é crescente, pois há dez anos era praticamente inexistente. Nesse processo, vale a

³⁶ O Acordo do Plaza faz menção ao famoso hotel novaiorquino em que os presidentes dos bancos centrais de Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra e França firmaram um acordo em 1985 para a desvalorização do dólar por pressão dos Estados Unidos. Ao valorizar demasiadamente o Yen e o marco alemão, tal medida contribuiu para a estagnação que estes países sofreram nos anos seguintes, ou até esta década, como é o caso do Japão.

pena considerar duas ações importantes nesse processo. A primeira, as negociações para a revisão da distribuição de quotas no G20 em Seul, em 2010. Da declaração final, selecionamos o seguinte trecho:

[...] um FMI modernizado que melhor reflete as mudanças na economia mundial por meio de uma maior representação de mercados emergentes dinâmicos e países em desenvolvimento. Essas reformas abrangentes de cotas e governança, conforme delineadas no Documento da Cúpula de Seul, aumentarão a legitimidade, credibilidade e eficácia do FMI, tornando-o uma instituição ainda mais forte para promover a estabilidade e o crescimento financeiros globais. (G20, 2010).

Resumidamente, as propostas mais importantes da reforma de Seul abrangem três pontos principais: (1) transferência da cota do FMI para economias emergentes, o que aumentaria seu poder de voto no FMI, bem como seus compromissos financeiros relativos à instituição; (2) criação de um Conselho Executivo do FMI eleito por todos; e (3) reduzir a representação das economias europeias avançadas no Conselho Executivo de 10 para 8 membros e substituí-los por representantes de países emergentes e em desenvolvimento. Nessa reforma, a participação da China aumentou de 2,99% para 6,04%.

Outro fator importante para a internacionalização da moeda chinesa foi sua inclusão na cesta de moedas dos Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional, em outubro de 2016. À época, o Banco Central da China (*The People's Bank of China*) lançou uma nota comemorando a medida, da qual extraímos o seguinte trecho:

A inclusão do RMB na cesta de SDR é um marco da internacionalização do RMB e um reconhecimento do progresso no desenvolvimento, reforma e abertura econômica da China. Ajudará a aumentar a representatividade, estabilidade e atratividade do DES e a melhorar o sistema monetário internacional. A China aproveitará esta oportunidade para aprofundar ainda mais as reformas financeiras, expandir a abertura financeira e contribuir para o crescimento global, estabilidade financeira e melhor governança econômica global. (PBC, 2016).

Concluindo esta seção, é preciso analisar a presença da moeda chinesa menos pelo seu atual *status* e mais pelo sentido em que avança no cenário internacional. O crescimento da China, mesmo que a taxas menores do que há uma década, ainda é muito robusto e pode adicionar 1 trilhão de dólares ao ano, dado o seu PIB atual.

d) A criação de bancos multilaterais de investimentos

A atuação da China no contexto das finanças também se estendeu para o campo das instituições multilaterais de financiamento para o investimento em infraestrutura. Esse papel surge no vácuo de ações dos tradicionais bancos multilaterais como o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento (Américas, Ásia e África), que desde meados da década de 1970 deixaram de financiar grandes projetos de infraestrutura que pudessem alavancar as capacidades produtivas dos países em desenvolvimento. O Banco Mundial, por exemplo, trocou o financiamento de hidrelétricas, ferrovias, siderúrgicas em favor de investimentos em “melhorar a governança”, “capacitar os professores”, “organizar políticas públicas para água e saneamento” etc.

Além disso, por conta da lógica neoliberal que tomou conta dessas instituições, ao invés de patrocinar investimentos organizados pelo estado, os bancos multilaterais de investimento passaram a priorizar os investimentos privados, que muitas vezes se recusam a investir em infraestrutura com vista a criar pré-condições para o desenvolvimento, pois sua lógica é regida pela perspectiva do curto prazo.

A crise de 2008 colocou em xeque a capacidade dessas instituições para enfrentar os desafios do subdesenvolvimento, fato que abriu espaço para os países em desenvolvimento, liderados pela China, no sentido de criar novas instituições para apoiá-los no cumprimento de suas metas de desenvolvimento econômico, como acesso a fundos para financiar projetos de infraestrutura e ajudá-los a resolver problemas do Balanço de Pagamentos (PIRES, 2016).

Entre março de 2013 e julho de 2015, importantes decisões foram adotadas nesse campo: em março de 2013, os países do BRICS, em sua cúpula realizada na África do Sul, emitiram uma declaração de que “estão empenhados em explorar novos modelos e abordagens para um desenvolvimento mais equitativo e crescimento global inclusivo” (BRICS, 2013), e propôs a criação de um novo banco para o desenvolvimento. Um ano depois, durante a 6ª Cúpula do BRICS, em Fortaleza (Brasil), foi tomada a decisão de constituir o “Novo Banco de Desenvolvimento” (NDB), com capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões e capital inicial subscrito de US\$ 50 bilhões, junto com um Arranjo Contingente de Reservas (CRA) que soma US\$ 100 bilhões. Em 21 de julho de 2015, em Xangai, os países do BRICS lançaram oficialmente seu Novo Banco de Desenvolvimento.

A China e os países em desenvolvimento tomaram outras duas iniciativas em matéria de assuntos financeiros: primeiro, em outubro de 2014, a China lançou o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e entrou com 50% do capital inicial; em segundo lugar, em novembro de 2014, o presidente Xi também anunciou a criação do novo Fundo da Rota da Seda para melhorar a conectividade na Ásia, na Cúpula da APEC. Especificamente no que diz respeito ao AIIB, em junho de 2015, ele contou com o apoio de 37 países regionais e 20 não regionais, incluindo todos os países do BRICS.

É importante ressaltar que a atuação da China nesse campo, notadamente no que tange ao financiamento dos projetos da Iniciativa BRI, tem sido alvo de muitas críticas dos Estados Unidos, que acusam o governo de Pequim de patrocinar uma “armadilha da dívida” (PIRES; NASCIMENTO, 2020). Nesse aspecto, vale citar a resposta que está sendo articulada pelos Estados Unidos, sob o governo Biden, de criar a Iniciativa B3W, que menciona a disponibilização de US\$ 40 trilhões para financiar a criação de infraestrutura nos países em desenvolvimento.

4.1.4. As capacidades científicas e tecnológicas da China

O quarto aspecto do poder estrutural da China se refere ao desenvolvimento de capacidades científicas e tecnológicas. Nesse aspecto, é muito importante contextualizar os avanços da China desde a vitória da revolução comunista. De acordo com Su Xiaohuan:

Em 1 de outubro de 1949, a República Popular da China foi proclamada. Depois de um mês, o Ministério da Educação do Governo Popular Central foi criado. Assim, a educação empreendeu um novo desenvolvimento em um ambiente social de paz e estabilidade. Estatisticamente, a situação da educação chinesa na época pode ser ilustrada da seguinte forma: tomando como exemplo o ano de 1946, que foi o que teve o melhor desenvolvimento da educação na China antiga, apenas duas em cada dez crianças em idade escolar podiam ir para a escola, e de cada dez jovens e adultos havia oito analfabetos. Calculando com base na população nacional de 470 milhões de pessoas naquela época, em cada 10.000 havia três estudantes universitários, 38 alunos do ensino médio e 486 alunos do ensino fundamental. (SU, 2002, n.p., tradução nossa).

Como se pode constatar, as bases educacionais em que foram assentadas a República Popular da China eram muito frágeis. Em favor da China, contava a tradição confucionista do país, que sempre devotou um papel especial ao professor e à

educação, tradição esta que se estendeu para o Japão, Coreias e Vietnã, países que hoje lideram os exames internacionais de proficiência em matemática e linguagem.

Assim como outros países da Ásia, o processo de desenvolvimento econômico manteve uma relação dialética com a educação. Na medida em que a China aumentava a sua renda, também aumentavam os recursos para a educação. Na medida em que melhorava a qualidade da educação, formava o pessoal adequado para os passos seguintes no domínio de conhecimentos científicos, na absorção de tecnologias importadas e no desenvolvimento de novas tecnologias.

Em 2010, de acordo com o ranking organizado por *Scimago Institutions Rankings* (2021), só havia quatro universidades chinesas listadas entre as 200 melhores do mundo: Tsinghua (69), Zhejiang (96), Peking (133) e Shanghai Jiao Tong (146). Nesse mesmo ranking, em 2020, a China listava 21 universidades, sendo as cinco primeiras Tsinghua (18), Peking (31), Shanghai Jiao Tong (37), Zhejiang (38) e Huazhong University of Science and Technology (101). Especificamente no ranking asiático, pelos dados de 2010, havia uma predominância de universidades japonesas (4), sendo a mais bem avaliada a Universidade de Tóquio, a 17ª na lista mundial. Já em 2020, havia cinco universidades chinesas e apenas uma do Japão. Isso demonstra o grande esforço do país em avançar em educação de alto nível, algo que se reflete no seu sistema de C, T&I.

Para se mensurar o avanço da China em Ciência e Tecnologia, nos valemos da compilação feita por Osvaldo Rosales (2020) que reuniu alguns dados expressivos sobre o avanço da China em Ciência, Tecnologia & Inovação (C, T&I), a seguir:

- Cinco vezes mais alunos se formam a cada ano na China Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemático (STEM, na sigla em inglês) do que nos Estados Unidos;
- Em 2015, os gastos chineses em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P & D & I) superaram os da União Europeia;
- Os gastos da China com pesquisa e desenvolvimento (P&D) representam 21% dos respectivos gastos globais. Os dados, por si só ilustrativos, também são relevantes porque sua participação excede a da China no PIB mundial;
- Os gastos chineses em P&D em 2015 somaram 409 bilhões de dólares, enquanto os dos Estados Unidos chegaram a 497 bilhões. A tendência indica que, em seis a oito anos, os gastos chineses superarão os dos Estados Unidos;
- Em 2018, a China ultrapassou os Estados Unidos em publicações científicas. Essa tendência vem ocorrendo desde 2016, quando pesquisadores chineses eram responsáveis por 18,6% das publicações científicas globais;
- Por cinco anos, a China foi o país com o maior número de patente;

- Todos os anos, 30.000 doutores se graduam na China em carreiras científicas e técnicas;
- Quinze anos atrás, as empresas estrangeiras tinham 200 centros de R + D + I na China. Em 2018, era por volta de 1800.
- Dez anos atrás, a China respondia por 1% das transações globais de e-commerce. Hoje é responsável por 42% e processa onze vezes mais pagamentos móveis do que nos Estados Unidos. (ROSALES, 2020, n.p., tradução nossa)

Os rápidos avanços tecnológicos da China têm causado grande preocupação no governo, na academia e nas empresas dos Estados Unidos, pois o país tem avançado rapidamente em domínios em que os estadunidenses em líderes, como nas tecnologias de disponibilização de Internet (5G) e inteligência artificial. A surpresa atual é comparável com 1957, quando a União Soviética colocou órbita o SPUTNIK, o primeiro satélite artificial a girar em torno da Terra, evidenciando a vantagem da URSS no campo espacial e, de forma implícita, no campo militar. Diante disso, o governo de Eisenhower decidiu investir pesadamente em ciência básica e tecnologia para aplicações militares, e criou a DARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa) em 1958.

O atual “momento *Sputnik*” da China, de acordo com Kai Fu-Lee (2019), decorre de três fatores essenciais, a saber: o decidido apoio do governo, um ambiente muito competitivo e uma enorme quantidade de dados armazenada pelas grandes empresas de tecnologia, as chamadas *big techs*, como a Alibaba, Baidu, Tencent e Xiaomi. Particularmente a Tencent, com o aplicativo WeChat, consegue armazenar uma imensa quantidade de dados, não apenas como um aplicativo de compartilhamento de mensagens, mas também por ser o principal aplicativo de pagamento digital, do qual é pioneiro e inspirador para outros modelos no mundo, inclusive para a implantação da própria moeda digital da China, o RMB digital, emitida pela Banco Central chinês. Ainda de acordo com Kai Fu-Lee:

Esses desenvolvimentos recentes [acerca dos avanços em Inteligência Artificial] e poderosos naturalmente inclinam a balança de poder na direção da China. Mas, além desse reequilíbrio natural, o governo chinês também está fazendo tudo que pode para pender a balança para o seu lado. Com o plano abrangente de se tornar uma superpotência da IA, o governo prometeu amplo apoio e financiamento para pesquisa em inteligência artificial, mas acima de tudo, atuou como um farol para os governos locais em todo o país seguirem o exemplo. As estruturas de governança chinesas são mais complexas do que a maioria dos norte-americanos supõe; o governo central não apenas emite comandos que são implementados instantaneamente em todo o país, como também tem a capacidade de identificar certos objetivos de longo prazo e mobilizar recursos enormes para avançar em direção a eles. O rápido desenvolvimento de uma rede ferroviária de alta velocidade que se

espalhou por todo o país serve como um exemplo real. (KAI, 2019, n.p., tradução nossa).

Com relação ao esforço nacional em organizar grandes projetos, merece destaque a política de incentivos para o desenvolvimento de semicondutores de última geração. Cabe lembrar que, entre as diversas sanções impostas pelos EUA contra a China, a mais sensível é a limitação da venda de semicondutores acabados e de equipamentos para a produção de microchips, colocando em xeque o avanço tecnológico chinês. Por conta disso, o Conselho de Estado estipulou medidas como incentivos fiscais e aduaneiros para o setor por meio da *Notice by the State Council of Issuing the Several Policies for Promoting the High-Quality Development of the Integrated Circuit Industry and the Software Industry in the New Era*, lançado em 27 de julho de 2020 (STATE COUNCIL, 2020). Nessa ação, há uma menção específica para a inovação por meio da formação de pessoal para o setor, tal como segue:

Em termos de educação, mais esforços serão feitos para desenvolver circuito integrado e aprendizagem de software e cultivar talentos de ponta. As universidades são incentivadas a cooperar com empresas para construir escolas demonstrativas de microeletrônica. Essas escolas serão apoiadas para introduzir recursos educacionais internacionais por meio da cooperação com prestigiosas universidades estrangeiras e empresas internacionais. As empresas são incentivadas a registrar direitos exclusivos sobre designs de layout e direitos autorais de software, que serão protegidos no ambiente atual da Internet na China. Todos os computadores vendidos no país devem ser pré-instalados com software protegido por direitos autorais, caso contrário, eles não podem ser vendidos. (STATE COUNCIL, 2020, n.p., tradução nossa).

Tal exemplo é ilustrativo da forma como o Estado chinês tem organizado o sistema de ciência e tecnologia para o atingimento das metas de desenvolvimento formuladas pelos sucessivos planos quinquenais. O esforço da China em superar a brecha tecnológica fica evidente ao se analisar os dados mais recentes disponibilizados pelo Escritório Nacional de Estatísticas da China (NBS, na sigla em inglês). O Gráfico 5, a seguir, mostra uma forte evolução dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que têm crescido a taxas superiores ao do crescimento do PIB entre 2016 e 2020, que antes da pandemia foi de 6,6% ao ano.

Gráfico 5- As despesas com atividades de pesquisa e desenvolvimento experimental (P&D) e suas taxas de crescimento (2016-2020)



Fonte: NBS, 2020

Os gastos com atividades de pesquisa e desenvolvimento experimental (P&D) em 2020 foram de 2.442,6 bilhões de yuans, um aumento de 10,3% em relação a 2019, representando 2,40% do PIB. Convertidos pelo dólar médio de 2020, esse montante alcança 354 bilhões de dólares, um volume muito expressivo.

Concluimos esta seção ao mencionar as principais conquistas científicas e tecnológicas recentes da China, como o laboratório espacial Tiangong II, lançado em 15 de setembro de 2016; o C919, o primeiro avião a jato de passageiros de grande porte com projeto doméstico da China; Micius, o primeiro satélite de comunicação quântica desenvolvido pela China, foi lançado ao espaço em 16 de agosto de 2016; o primeiro navio do país, Zhang Jian, projetado especificamente para transportar submersíveis; o Daya Bay Reactor Neutrino Experiment, para estudos da mistura de neutrinos; bioengenharia aplicada em transplante de órgãos; internet de 5G; 30 mil quilômetros de linhas de trem de alta velocidade; inteligência artificial etc. (CHINA DAILY, 2016).

Para um país que em sua fundação contava com 80% de sua população adulta analfabeta, a China deu passos gigantescos em educação, ciência e tecnologia no caminho de seu Sonho.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao longo deste capítulo, pudemos verificar os avanços da China naquilo que Susan Strange define como “poder estrutural”. Ao longo dos últimos 70 anos, o país saiu de um século de humilhações por parte do imperialismo ocidental (e japonês), cuja população enfrentava problemas crônicos de fome e cuja infraestrutura era insuficiente para sustentar uma sociedade industrializada, assim, a sociedade e o governo da China conseguiram conquistas inimagináveis há duas gerações. Em primeiro lugar a capacidade de defesa, que no entorno geográfico do país pode rivalizar os Estados Unidos. Em segundo lugar, a capacidade produtiva industrial que situou o país como a “Fábrica do Mundo”. Em terceiro lugar o modesto, mas ascendente, peso financeiro do país. Por fim, a estruturação de um eficiente sistema educacional que lhe permitiu avançar de forma muito rápida no desenvolvimento científico e tecnológico. Tais avanços posicionam a China para exercer um papel muito significativo na ordem internacional do século XXI, em que pese os grandes desafios colocados por essa Era de mudanças sem precedentes.

CONCLUSÃO

A conjuntura internacional, neste começo de século XXI, é marcada pelo aumento de rivalidades entre uma potência estabelecida, no caso os Estados Unidos da América, e uma potência emergente, a República Popular da China.

É importante acentuar que a ascensão da China não se dá fora das regras internacionais definidas pelo governo de Washington desde o fim da II Guerra Mundial, pois, pelo contrário, o país se ajustou ao contexto internacional delimitado pela globalização e soube organizar uma estratégia bem sucedida para atingir os seus objetivos de desenvolvimento nacional. O processo de reforma e abertura viabilizou a sua inserção nas cadeias globais de valor, a absorção de novas tecnologias e a internacionalização de suas empresas e de sua moeda.

Merece destaque o fato de que essa inserção econômica ocorre em um país, cujo arcabouço político e institucional, é moldado pelos princípios marxista-leninistas sob o controle do Partido Comunista da China. Por mais que o país avance na economia de mercado e se transforme no principal palco de acumulação de capital do mundo, a China continua se definindo como uma “economia de mercado socialista”. Lá, onde ocorreu um forte processo de concentração de renda e que uma nova burguesia rivaliza em poder com suas congêneres no mundo, não ocorreu a uma “revolução burguesa”. O aparato burocrático do Partido Comunista possui o controle sobre o estado e sobre as principais variáveis econômicas, políticas e sociais. Por isso, mesmo em empresas sob controle privado, os quadros do Partido implementam as linhas políticas definidas pelo governo central e seus planos quinquenais.

Assim, a globalização econômica que garantiu a expansão da hegemonia dos Estados Unidos é a mesma que está viabilizando a estratégia de desenvolvimento da China, uma vez que esta tem trilhado o caminho do aprendizado tecnológico e subindo rapidamente nas cadeias de agregação de valor. As empresas chinesas encontram-se numa etapa de internacionalização que, no médio e longo prazo, podem ameaçar a preponderância de suas similares estadunidenses. Se lograr sucesso nessa estratégia, o país poderá se conformar no novo centro da economia mundial.

Refletindo de maneira dialética sobre essa “contradição”, é preciso considerar que a fórmula da proeza traz consigo os germens de sua superação. O mesmo ocorreu com o processo de globalização. Visto de maneira estática, a concentração

das partes mais rentáveis da produção nos países ricos e a transferência produtiva para os países periféricos, poderiam cristalizar o *status quo*, relegando aos países em desenvolvimento um papel subordinado na ordem internacional. Especificamente no caso chinês, não foi isso o que ocorreu, pois, simultaneamente à produção massificada de bens, o país conseguiu encontrar um caminho alternativo. Diferentemente de uma sociedade capitalista, onde os capitalistas controlam o Estado, o dinheiro e os meios de produção; na China, o Partido Comunista exerce o poder político e comanda os rumos da sociedade. Sua legitimidade se assenta pela prosperidade material alcançada, na criação de uma ampla classe média e, principalmente, na erradicação da pobreza extrema.

Contrariando as expectativas de diversos analistas internacionais defensores da teoria da modernização, e confirmando a nossa tese inicial, o que se tem visto é que a estrutura política da China mostra-se robusta sob a liderança do PCC e que o modelo chinês pode se apresentar enquanto paradigma para outros países da periferia do sistema mundial no intuito de alcançar o desenvolvimento econômico e social. Demonstramos, ainda, que o compromisso afirmado do modelo chinês a ser seguido com a marca do “socialismo com características chinesas”, foi fundamental para viabilizar os objetivos do governo por meio da combinação das fontes consideradas “tradicionais” chinesa com o fundamento revolucionário do Estado que o legitima.

No início do governo Xi Jinping, em 2012, com a ênfase do PCC de que a China estaria atravessando “Uma Era sem Precedentes”, a aplicação do materialismo dialético e sua lei da “contradição principal” buscaram compreender o novo contexto internacional – cada vez mais turbulento por conta da reação dos Estados Unidos – em que a China, uma nova potência econômica, precisaria enfrentar.

O desenvolvimento econômico e a melhoria das condições materiais da população foram elementos que potencializaram o prestígio e consolidaram a liderança do PCC na sociedade chinesa, que nunca almejou a construção de uma democracia liberal ou de uma plutocracia no país, pelo contrário, continua reafirmando os princípios socialistas adaptados à sua realidade. Apreendemos nesta pesquisa que, a forma que a liderança chinesa encontrou para se renovar institucionalmente – alcançando a estabilidade organizacional dentro do aparato do governo, garantindo a execução de programas de reformas econômicas e sociopolíticas, e resiliência nas crises – é por meio da concentração de poder político e pelo método da tomada de

decisão centralizada, de forma periodizada, com foco na disciplina organizacional e ideológica, principalmente via métodos de campanhas de massa, incluindo aquelas em oposição aos conceitos e crenças ocidentais. Nesse sentido, a maior ênfase está também na educação política das massas e na narrativa pública na “Nova Era”, partindo da análise e concepção de Xi da nova contradição principal, que se tornou um passo importante na conquista da “sinicização” do marxismo e o colocou no mesmo nível de Mao e Deng como os “arquitetos” das etapas anteriores.

No aspecto de rejuvenescimento da nação chinesa, o PCC, desde a fundação da RPC, passando pelo processo de Reforma e Abertura e, mais recentemente, quando o país busca construir o “Sonho Chinês”, tem logrado êxito em tornar a China um país próspero, além de contribuir para um maior protagonismo no cenário internacional. O seu rápido desenvolvimento está viabilizando a construção de suas capacidades materiais e criando as bases de seu poder estrutural, tal como o define Susan Strange (2015), por meio de modernas forças armadas, do protagonismo no comércio internacional, de suas reservas de divisas, pelo desenvolvimento tecnológico e pela atuação internacional de suas empresas. Por conta disso, o modelo chinês se apresentou como um desafio à ordem vigente e também às teorias que sempre prognosticaram a ruína de sua forma de governo.

Conforme a História nos ensina, na medida em que ocorrem mudanças profundas na base material da economia internacional, simultaneamente se intensificam as disputas hegemônicas entre a potência estabelecida e a potência em ascensão. Porém, as lideranças chinesas afirmam que não pretendem desestabilizar a ordem internacional e tampouco criar embaraços que possam desviar o país de seu objetivo maior, que é o desenvolvimento nacional em um contexto internacional pacífico e estável.

Apesar disso, notamos que emerge no país um forte apelo nacionalista, sob o qual a China procura não somente fazer frente às políticas de contenção econômica e de *encirclement* militar dos Estados Unidos e de seus aliados na região Indo-Pacífico, mas também procura manter a estabilidade social no nível doméstico em relação aos desdobramentos das políticas desenvolvimentistas adotadas desde o final dos anos 1970, período em que o termo “desenvolvimento” se tornou um tema ideológico a partir da proclamação da ONU de que aquela década se tratava da “Década de Desenvolvimento”.

A integração chinesa à economia global, diferentemente das expectativas das lideranças estadunidenses, não fortaleceu a posição hegemônica dos Estados Unidos e a eventual mudança no regime político chinês para uma democracia liberal. Pelo contrário, o pragmatismo chinês se orientou no fortalecimento de suas bases econômicas, militares e tecnológicas partindo de um projeto de longo prazo. O governo chinês, no entanto, encontra dificuldades para apresentar à comunidade internacional a sua própria visão de mundo e esclarecer sobre qual o papel que o país busca exercer internacionalmente. A centralidade hegemônica dos Estados Unidos no mundo e suas convicções ideológicas – propriamente históricas e inerentes ao processo e contexto constitutivos do país – atuando como se fossem valores universais e/ou naturais dificultam o esclarecimento dessas intenções chinesas. Concepções de mundo que emergem das estruturas epistemológicas constituídas na modernidade colonial, vinculam qualquer modelo econômico e social desviante do binômio capitalismo-democracia liberal, como o chinês, à carência de legitimidade e que, por isso, deve ser “estimulado” a se reformar. Tal discurso, que está na base da Teoria da Modernização, tem pressionado o modelo de governança chinesa há anos. Nessa perspectiva, o crescimento econômico e o aumento da prosperidade do povo chinês determinariam que China se movesse em direção ao modelo de uma democracia liberal em termos políticos e econômicos, mas como discutimos em nossa tese, esta pretensão se mostrou ilusória.

O “Sonho Chinês de rejuvenescimento da nação” como tema central na maioria dos discursos públicos de Xi desde então, embora facilmente descartado ou considerado como simples retórica, desempenha um papel importante na organização do pensamento e da nova ação na política chinesa, pois reflete a alteração das prioridades dentre as lideranças como forma de garantir as condições prévias para a continuação e aprofundamento das reformas econômicas e da modernização da China, o que inclui a construção de uma narrativa externa em consideração aos desafios presentes. No contexto internacional de crises, e frente aos desafios internos decorrentes do aumento das desigualdades sociais e da crise ambiental, o discurso de Xi Jinping, que ressalta a “Era sem precedentes”, vai no sentido de criar uma coesão interna por meio das “campanhas de massa” do PCC, com vistas a direcionar e adequar os sentimentos públicos para o enfrentamento dos novos desafios, além de mitigar a influência de ideologias ocidentais que refutam o modelo chinês e

questionam a legitimidade da centralidade do partido, como ocorreu no passado em *Tiananmen* e, de forma similar hoje, em Hong Kong e Taiwan.

Entendemos que, dentre os problemas mais urgentes e imediatos para os chineses no seu processo de “rejuvenescimento nacional” com a realização do “Sonho Chinês”, destaca-se a questão de como o país é visto no exterior e como essa visão pode causar danos aos seus projetos. Assim, coloca-se a necessidade de confrontar as narrativas negativas criadas pelo Ocidente e apresentar à comunidade internacional não apenas sua visão de mundo, mas também a originalidade e viabilidade de seu modelo político, econômico e social.

A exaltação da excepcionalidade chinesa e o reavivamento histórico e cultural do país encobrem os eventos estigmatizantes e descrevem a China de forma orientada e positiva – reforçando símbolos de prestígio que informam socialmente e contestam os símbolos de estigma – lançando dúvidas aos parâmetros vigentes que buscam validar uma identidade virtual de maior difusão sobre o país. Assim como aponta Rivera (2008), essas representações internacionais podem ser alteradas e repensadas, na medida em que as nações conseguem se estabelecer com mais força e de modo mais seguro e confiante no cenário internacional.

Cientes da competição entre narrativas concernentes ao embate hegemônico entre potências, a narrativa pública dos chineses, como um instrumento tático importante e adicional, busca responder aos desafios impostos que se apresentam nessa conjuntura, cuja reputação global é importante na defesa de seu lugar no fluxo da história, ao apresentar novas possibilidades e visões de mundo que são seletivamente contadas a fim de não somente garantir sua inclusão legítima nas decisões que envolvem importantes temas internacionais, mas também de estabelecer e garantir um futuro seguro à soberania do país.

Nesse momento, tornou-se ainda mais importante que a China busque contar a sua própria história, traçar seus próprios conceitos e modelo de desenvolvimento para não somente apontar alternativas para a crise do modelo neoliberal, mas também deixar claro que não deseja se apresentar como o país que desafia a hegemonia estadunidense. Assim, o discurso e as características da liderança de Xi Jinping têm sido úteis para o aumento da coesão interna e para a projeção do país no exterior, em que a Iniciativa *Belt and Road*, a face mais visível da China no momento, assume um papel de destaque.

Enquanto a mídia ocidental rotineiramente se interessa pela narrativa de choque com um possível retorno ao maoísmo – ideia também reproduzida em vários estudos sobre a China – a presente tese demonstrou como os legados das lideranças anteriores impactaram de formas diferentes a agenda do PCC. Essas construções coletivas orientadas pelo PCC no longo prazo, sedimentaram o caminho da constituição do poder estrutural chinês. Com Xi Jinping, compreendemos uma forma de atualização da ideologia predominante no período de Deng Xiaoping – com a modernização da China por meio do programa de reforma e abertura – combinada a outros aspectos distintivos da Era Mao, como a legitimação carismática e a centralização do poder. A Era sem precedentes de Xi se apresenta, assim, não como uma variável fundamental na edificação do poder estrutural chinês, mas sim, como parte constituinte de seu fortalecimento, cujos processos inovativos e econômicos ganharam novo ímpeto, ao mesmo tempo em que se propõe uma alternativa ao modelo neoliberal ocidental, em termos econômicos e de governança.

Apesar de a nossa proposta não pretender uma declaração definitiva sobre a natureza da Era Xi Jinping, uma vez que ainda está em formação, em vez disso, emolduramos conceitualmente uma discussão sobre a liderança atual da China e os elementos narrativos que significam abrangentemente a estratégia do “Sonho Chinês de Rejuvenescimento da Nação”. É importante esclarecer ainda que, ao traçar o contexto histórico e os fundamentos ideológicos da “era sem precedentes”, objetivamos esclarecer como Xi Jinping e o PCC apresentam sua própria missão histórica, não avaliando se o discurso central da política externa chinesa é convincente, verdadeiro ou eficaz. A representação ideológica, como vimos, não somente pretende corrigir os danos de imagem, com a superação do estigma e os possíveis entraves políticos e econômicos que a classificação social acarreta, como também se converge no programa pragmático de políticas universais traduzido em um projeto sistemático e holístico satisfatório.

A grande questão suscitada a partir da confirmação de nossa tese é saber se uma suposta crise do sistema capitalista liderado pelos Estados Unidos, será capaz de gerar um novo sistema internacional não capitalista, ou se a expansão da economia mundial rumo à China seria um rejuvenescimento do modelo atual sob a liderança de outro centro de poder. Nesse caso, ao refutarmos as determinações da teoria da modernização, nos coube a reflexão sobre como a China se converteria neste novo centro, sendo um Estado que, tal como discutimos, não se organiza a partir das

prioridades de sua burguesia, mas na necessidade de fortalecimento de um poder nacional que tem como eixo o PCC.

REFERÊNCIAS

- AIT. Taiwan Relations Act. *American Institute in Taiwan*, 01 jan. 1979. Disponível em: <<https://www.ait.org.tw/en/taiwan-relations-act.html>>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- AL JAZEERA (2021). 'Yes': Biden says US would defend Taiwan against China. *Al Jazeera*, 22 OCT 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/10/22/yes-biden-says-us-would-defend-taiwan-against-china>. Acesso em: 25 out. 2021.
- ALLISON, G. *The Thucydides Trap: Are the U.S. and China Headed for War?* *The Atlantic*, 24 sep. 2015. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/international/archive/2015/09/united-states-china-war-thucydides-trap/406756/>>. Acesso em: 20 out. 2020.
- ANDERSON, P. *A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANG, Y. Y. *How China Escaped the Poverty Trap*. Ithaca: Cornell University Press, 2016.
- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 1.ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BBC.CN. 习近平新政：七不讲后又有十六条. *BBC NEWS.CN*, 28 may, 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/zhongwen/simp/china/2013/05/130528_china_thought_control_youth>. Acesso em: 15 out. 2020.
- BBC. US lifts order against China's ZTE. 13 Jul 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-44825878>. Acesso em: 20 out. 2021.
- _____. Aukus: UK, US and Australia launch pact to counter China. *BBC News*, 16 sep. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-58564837>>. Acesso em: 22 out. 2021.
- _____. Chinese economy to overtake US 'by 2028' due to Covid. *BBC NEWS*, 26 dec. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-china-55454146?piano-modal>>. Acesso em: 20 out. 2021.
- BELT AND ROAD PORTAL. The Belt and Road Vision and Actions for Cooperation in Metrology, 2021. 31 mar. 2017. Disponível em: <<https://eng.yidaiyilu.gov.cn/zchj/qwfb/10477.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2021.
- BIAN, Y. *Guanxi: How China Works*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- BIELER, A.; MORTON, A.D. *Global Capitalism, Global War, Global Crisis*. New York: Cambridge University Press, 2018.
- BICKERS, R.A.; WASSERSTROM, J.N. Shanghai's "Dogs and Chinese Not Admitted" Sign: Legend, History and Contemporary Symbol. *The China Quarterly*, Jun., 1995, No. 142 (Jun., 1995), pp. 444-466.

BISHOP, B. China's Political Discourse in 2020. *China Media Project* (CMP), 22 feb. 2021. Disponível em: <<https://sinocism.com/p/chinas-political-discourse-in-2020>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BLOOMBERG. Xi Seeks 'Lovable' Image for China in Sign of Diplomatic Rethink. *Bloomberg News*, 01 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-06-01/xi-seeks-lovable-image-for-china-in-sign-of-diplomatic-rethink>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BONDAZ, A.; GODEMENT, F. Explaining China's Foreign Policy Reset. *European Council on Foreign Relations* (ECFR) / China Centre. Apr. 2015. Disponível em: <http://www.ecfr.eu/publications/summary/explaining_chinas_foreign_policy_reset3001> Acesso em: 12 jun. 2015.

BRENNER, R. *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRICS. 5th BRICS Summit - eThekweni Declaration and Action Plan, Durban. *BRICS*, 2013. Disponível em: <<http://mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/21482/5th+BRICS+Summit++eThekweni+Declaration+and+Action+Plan>>. Acesso em: 03 nov. 2021

BRICS. Sixth BRICS Summit – Fortaleza Declaration. *BRICS*, 2014. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/media2/press-releases/214-sixth-brics-summit-fortaleza-declaration>. Acesso em: 03 nov. 2021.

BRICS. VII BRICS Summit: 2015 Ufa Declaration, Ufa, Russia. *BRICS*, 09. jul. 2015. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/150709-ufa-declaration_en.html. Acesso em: 15 sep. 2021.

BROWN, W. *Nas Ruínas do Neoliberalismo*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BRZEZKINSKI, Z. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

CEBC. Investimentos Chineses no Brasil – Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020). *CEBC.ORG*, 05 aug. 2021. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CRF. China's Massive Belt and Road Initiative. *CFR. Org*, 28 Jan. 2020. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounders/chinas-massive-belt-and-road-initiative>. Acesso em: 20 oct. 2021.

CGTN. China's new Silk Road extends to Latin America. *CGTN News*, 21 jan. 2018. Disponível em: <https://news.cgtn.com/ui/status_code/404.html>. Acesso em: 03 nov. 2021.

_____. Graphics: What you should know about China's outward foreign direct investment in 2020. *CGTN News*, 03 oct. 2021. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2021-10-01/Graphics-Quick-facts-about-China-s-outbound-investment-in-2020-140gz15yGPu/index.html>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CHEN, J. (陈晋)

深入学习贯彻习近平新时代中国特色社会主义思想, 深刻理解中国特色社会主义进入新时代. *Xi'An International Studies University* [online], 08 nov. 2017. Disponível em: <<https://zzb.xisu.edu.cn/info/1008/2735.htm>>. Acesso em: 07 maio 2020.

- CHEN, S. Community of Common Destiny for Mankind. *China Media Project (CMP)* [online], 25 aug. 2021. Disponível em: <https://chinamediaproject.org/the_ccp_dictionary/community-of-common-destiny-for-mankind/>. Acesso em: 14 out. 2021.
- CHEN, W.; DING, Y.; MEYER, K.; WANG, G.; XIN, K. *Global Expansion: the Chinese way*, London: LID Publishing Limited, 2018.
- CHENG, A. *História do Pensamento Chinês*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHINA DAILY. China, US hold first strategic dialogue (Xinhua). *China Daily*, 01 aug. 2005. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-08/01/content_465318.htm>. Acesso em: 19 out. 2016.
- _____. Key Theories. *CPC China.org*, 16 sep. 2010. Disponível em: <http://cpcchina.chinadaily.com.cn/2010-09/16/content_13918117.htm>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- _____. About CPC's mass line campaign. *China Daily*, 19 jul. 2013. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/china/2013massline/2013-07/19/content_16800244.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- _____. China's latest scientific achievements. *China Daily*, 2016. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2016latestscientificachievements/index.html>. Acesso em: 03 nov. 2021.
- CHINA, NBS. Statistical Communiqué of The People's Republic of China on the 2020. *National Economic And Social Development*, 2021. Disponível em: http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202102/t20210228_1814177.html. Acesso em: 20 out. 2021.
- CHUNG, L; NG, T. Defence ties with Taiwan 'rock solid', says US diplomat amid Beijing anger over troop revelation. *South China Morning Post*, 29 oct. 2021. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3154141/our-defence-ties-taiwan-rock-solid-says-us-diplomat-amid>>. Acesso em: 07 out. 2021.
- CICCARELLI, R. A Visão do Centauro: Hegemonia e o Lugar do Oriente em Gramsci. In DEL ROIO, M. (org). *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. São Paulo: Ícone; Marília: Oficina Universitária da FFC, 2008.
- CLINTON, H. America's Pacific Century. *Foreign Policy*, Washington DC, 2011. Disponível em: <<http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas-pacific-century>>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- CMP. Seeking China's New Narratives. *China Media Project*, 16 jul. 2021. Disponível em: <<https://chinamediaproject.org/2021/07/16/seeking-chinas-new-narratives/>>. Acesso em: 14 out. 2021.
- _____. Powers of Persuasion. *China Media Project*, 02 jun. 2021. Disponível em: <<https://chinamediaproject.org/2021/06/02/powers-of-persuasion/>>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- CNN. New sanctions deal 'lethal blow' to Huawei. China decries US bullying. *CNN News*, 18 Aug. 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/08/17/tech/huawei-us-sanctions-hnk-intl/index.html>. Acesso em: 20 oct. 2021.
- COHEN, W. I. *America's Response to China: An Interpretative History of Sino-American Relations*. 1 ed. New York: John Wiley & Sons, 1971.

CONGRESS.GOV. H.R.419 - Taiwan Policy Act of 2013: 113th congress (2013-2014). *Congress.gov*, 2013. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/113th-congress/house-bill/419>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

COX, R.W. Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. In: COX, R. W.; SINCLAIR, T. J. (Orgs.). *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 85-123.

DATA WORLD BANK. GDP per capita (constant 2015 US\$). *Data World Bank*, 2020 [online].

Disponível:<<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD?end=2020&locations=CN&start=1980>>. Acesso em: 20 out. 2021.

DE CASTRO, R. C. Clashing american images of an emergent China and 21st – Century China – *ASEAN Relations: 2001-2008*. International Journal of Studies China, Manila, v. 2, n. 3, p. 601-623, 2011.

DENG, X. *On the Reform of the System of Party and State Leadership*. Deng Xiaoping Words, 1980. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1980/220.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

DOYON, J. The End of the Road for Xi's Mass Line Campaign: An Assessment. *China Brief*, Vol. 14 Issue: 20, 2014.

EDELMAN. 20st Annual Edelman Trust Barometer. *Edelman*, 2020. Disponível em: <<https://www.edelman.com/trust/2020-trust-barometer>>. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. 21st Annual Edelman Trust Barometer. *Edelman*, 2021. Disponível em: <<https://www.edelman.com/trust/2021-trust-barometer>>. Acesso em: 15 out. 2021.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

FARIA, L. A. E. O valor do conceito de hegemonia para as relações internacionais. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 2, n.3, jan./jul. 2013. p. 209-232.

FEI, X. *From the Soil: The Foundations of Chinese Society*. London: University of California Press, 1992.

FIORI, J. L. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

FRANTZ, F. *A Dying Colonialism*. New York: Grove Press, 1994.

FUKUYAMA, F. *The End of History and the Last Man*. NY: Free Press, 1992

GARVER, J. W. *China's Quest: The History of The Foreign Relations of the People's Republic of China*. New York: Oxford University Press, 2016.

G20. The G20 Seoul Summit Leaders' Declaration November, G20, 11 dec. 2010. Disponível em:< <http://www.g20.utoronto.ca/2010/g20seoul.html>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

GLOBAL TIMES. China ranks No.1 globally in outward FDI for the first time. *Global Times*, 29 sep 2021. Disponível em:

<<https://www.globaltimes.cn/page/202109/1235451.shtml>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

GLOBAL TIMES. RCEP to take effect on Jan 1 in boost for regional cooperation, China's trade profile. *Global Times.cn*, 03 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.globaltimes.cn/page/202111/1238074.shtml>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1963.

GONÇALVES, W. A adesão do governo Biden à cúpula do Quad. Carta Maior, 23 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Poder-e-eContraPoder/A-adesao-do-governo-Biden-a-cupula-do-Quad/55/50203>>. Acesso em: 18 out. 2021.

GOW, M. The Core Socialist Values of the Chinese Dream: towards a Chinese integral state, *Critical Asian Studies*, vol. 49, n. 1, pp. 92-116, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14672715.2016.1263803>>. Acesso em: 18 setp. 2020.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, vol. 91, n. 3, pp. 481-510, nov, 1985. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/matsueda/courses/590/Readings/Granovetter%20Embeddedness%20AJS.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

HEILMANN, S. *Red Swan: How Unorthodox Policy Making Facilitated China's Rise*. Hong Kong: The Chinese University Press, 2018.

_____. Perspectives on China's Political Development (cap. 7), in: HEILMANN, S. (ed.); MERICS. *China's Political System*. London: Rowman & Littlefield, 2017.

_____; SHIH, L; HEEP, S. Socialist Organizational and Ideological Features (cap. 2), in HEILMANN, S. (ed.); MERICS. *Chinas's Political System*. London: Rowman & Littlefield, 2017.

HOLBIG, H. The 19th party congress: Its place in history. In *CHINA'S "NEW ERA" WITH XI JINPING CHARACTERISTICS*, European Council on Foreign Relations (ECFR). 15 dec. 2017. Disponível em: <https://ecfr.eu/publication/chinas_new_era_with_xi_jinping_characteristics7243/>. Acesso em: 17 out. 2020.

HUNTINGTON, S. P. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

IMF. World Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves. *International Monetary Fund*, 2021. Disponível em: <<https://data.imf.org/regular.aspx?key=41175>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

JOHNSON, C. *Blowback: os custos e as consequências do império americano*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

KAI, F. *Inteligência artificial: como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos*. [ebook]. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

- KAPLAN, R. While U.S. is distracted, China develops sea power. Washington Post, Washington DC, 2010. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/09/24/AR2010092404767.html>>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- KISSINGER, H. Sobre a China. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011
- KENDALL-TAYLOR, A.; SHULMAN, D.O. China and Russia's Dangerous Convergence: How to Counter an Emerging Partnership. *Foreign Affairs*, may 3, 2021. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2021-05-03/china-and-russias-dangerous-convergence>>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- KERR, P. HARRIS, S. YAQING, Q. *China's "New" Diplomacy: Tactical or Fundamental Change?* New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- LACERDA MATTOS, T.C. As Disputas Hegemônicas entre Estados Unidos e China e a Construção de Uma Nova Ordem Mundial, [dissertação de mestrado], 28 nov. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/146740>>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- LI, E.; PILGER, J. USA vs. China Political Change. 2017. YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V9-D8h4iDal>>. Acesso em 20/10/2021.
- LI, H.; MA, L. *China Dream*. Anhui: Huangshan Publishing House, 2014.
- LIGUORI, G; VOZA, P. *Dicionário Gramsciano 1926-1937*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LI, L. Xi's 2021 political-legal rectification campaign. The China History.Org, 2021. Disponível em: <<https://www.thechinastory.org/xis-2021-political-legal-rectification-campaign/>>. Acesso em: 23 out. 2021.
- LIPSET, S. M. *Political Man: The Social Bases of Politics*. Garden City, N.Y.: Doubleday, 1960.
- LOONEY, K.E. China's Campaign to Build a New Socialist Countryside: Village Modernization, Peasant Councils, and the Ganzhou Model of Rural Development. *The China Quarterly*, 224, 909-932. doi:10.1017/S0305741015001204. 2015. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/china-quarterly/article/abs/chinas-campaign-to-build-a-new-socialist-countryside-village-modernization-peasant-councils-and-the-ganzhou-model-of-rural-development/D9A5DB8DF97078B6595B2250CEABE12A>>. Acesso em: 05 out. 2021.
- LÖWY. M. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- MACKINDER, H.J. The geographical pivot of history (1904). *The Geographical Journal*, Vol. 170, No. 4, Dec. 2004, pp. 298–321. Disponível em: <https://www.iwp.edu/wp-content/uploads/2019/05/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.
- MADDISON, Angus. *Chinese Economic Performance in the Long Run*. 2. ed. Paris: Development Centre Studies (OECD), 2007. Disponível em:

<<http://browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/product/4107091e.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

MAMIGONIAN, A. A China e o Marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In DEL ROIO, M. (org). *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. São Paulo: Ícone; Marília: Oficina Universitária da FFC, 2008.

MANNING, R.; PRZYSTUP, J. What is China's endgame? East Asia Forum, Canberra, 2013. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2013/08/20/what-is-chinas-endgame/>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

MAO, T. *Selected works of Mao Tse-tung*. Vol. V. 1st ed. Oxford: Pergamon Press, 1977

MCGREGOR, R. *The Party: the secret world of China's communist rulers*. Revised Edition, London: Penguin Group, 2012.

MCNALLY, C.; WRIGHT, T. Sources of Social Support for China's Current Political Order: The "Thick Embeddedness" of private capital holders. *Communist and Post-Communist Studies* 43, pp. 189-198, Apr. 28th, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0967067X10000267>> Acesso em: 10 ago. 2020.

MEDEIROS, E. S.; FRAVEL, T. China's New Diplomacy. *Foreign Affairs*, nov/dec, 2003. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2003-11-01/chinas-new-diplomacy>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MITTER, R.; JOHNSON, E. What the West Gets Wrong About China. *Harvard Business Review*, may-june 2021. Disponível em: <<https://hbr.org/2021/05/what-the-west-gets-wrong-about-china>>. Acesso em: 10 set. 2021.

MOORE, B. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press, 2010.

MOYO, D. *O vencedor leva tudo: A corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MULVAD, A. Xiism as a hegemonic project in the making: Sino-communist ideology and the political economy of China's rise. *Review of International Studies*, 45(3), p. 449-470, 30 jan. 2019. doi:10.1017/S0260210518000530. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/abs/xiism-as-a-hegemonic-project-in-the-making-sinocommunist-ideology-and-the-political-economy-of-chinas-rise/6523E4FB0555C81F1828C779840D06F6>>. Acesso em: 15 maio 2020.

MURPHY, C. N. *Organização internacional e mudança industrial: governança global desde 1850*. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

NAPOLEONI, L. *Maonomics: Por que os comunistas chineses se saem melhores capitalistas do que nós*. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

NATHAN, A. J. China's Changing of the Guard: Authoritarian Resilience. *Journal of Democracy*, vol. 14, n. 1, p. 6-17, 2003. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/38546>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

NAUGHTON, B. 'Deepening Reform': The Organization and the Emerging Strategy. *China Leadership Monitor*, n.44, pp. 1-13, jul. 28th, 2014. Disponível em: <<https://www.hoover.org/research/deepening-reform-organization-and-emerging-strategy>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

NOGUEIRA, I. Estado e Capital em uma China com Classes. *Revista de Economia Contemporânea*, 22(1): p. 1-23, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/Yw5R7FYckMDNF9Nq8pGYZbT/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 set. 2020.

NI, A. Xi Jinping on External Propaganda and Discursive Power. *China Neican*, 04 jun. 2021. Disponível em: <https://www.neican.org/p/xi-jinping-on-external-propaganda?utm_medium=email&utm_campaign=cta>. Acesso em: 08 set. 2021.

NSS. National Security Strategy of the United States of America. *The White House*, dec. 2017. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2019.

OLIVEIRA, A. P. A reorientação estratégica dos EUA para a Ásia-Pacífico. *Política Externa*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 143-156, Abr/Jun. 2013.

PARSONS, T. *The system of modern societies*, Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.

PBC. Chinese Renminbi Officially Included in the SDR. The People's Bank of China, 01 oct. 2016. Disponível em: <http://www.pbc.gov.cn/english/130721/3154437/index.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PEI, M. *China's Trapped Transition: the limits of development autocracy*. Massachusetts: Harvard University Press, 2008.

PEOPLE'S DAILY. 习近平论“四个全面”：是当前发展必须解决好的主要矛盾. *CPC.CN*, 09 NOV 2015. Disponível em: <<http://cpc.people.com.cn/xuexi/n/2015/1109/c385474-27792642.html>>. Acesso em: 12 maio 2020.

PERRY, E. J. "From mass campaigns to managed campaigns: 'constructing a new socialist countryside'." In Sebastian Heilmann and Elizabeth J. Perry (eds.), *Mao's Invisible Hand: The Political Foundations of Adaptive Governance in China*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 30–61, 2011.

_____. Cultural governance in contemporary China: "re-orienting" party propaganda. *Harvard-Yenching Institute Working Papers*, 2013.

PEYREFITTE, A. *O Império Imóvel*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 1997.

PINTO, E. C. O eixo Sino-Americano e as Transformações do Sistema Mundial: Tensões e Complementaridades Comerciais, Produtivas e Financeiras, In: PINTO, E. C., LEÃO, R. P. F.; ACIOLY, L. (Orgs.). *A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011. p. 19-77. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_achinaglobal.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PIRES, M. C. The role of BRICS and China in the Formation of a New Financial World. In: 刘国枝 Liu Guozhi. (Org.). 巴西发展与拉美现代化研究 . *The Development of Brazil and the Modernization of Latin America*. 1ed.武汉 Wuhan: 长江出版社 The Yangtze River Press, 2016, v. 1, p. 64-89.

PIRES, M. C.; NASCIMENTO, L. G. The Monroe Doctrine 2.0 and US-China-Latin America Trilateral Relations. *International Organisations Research Journal*. v. 15, p. 202-222, 2020.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, L. A. A China e as novas rotas da seda e o desenvolvimento pacífico: Reflexões sobre hegemonia e o papel da China no contexto internacional. *RELACIONES INTERNACIONALES (LA EPLTA)*, v. 26, p. 206-228, 2017.

POLANYI, Karl, A Grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 2 ed.

POMAR, W. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

PONDRELLI, M. Lo Scenario Internazionale e il Ruolo dei Comunisti. Marx 21.it, 09 aug. 2021. Disponível em: <<https://www.marx21.it/comunisti-oggi/lo-scenario-internazionale-e-il-ruolo-dei-comunisti/>>. Acesso em: 09 sep.2021.

PRASAD, E. The renminbi rises but will not rival the dólar. *Brookings Institution*. oct. 2020. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/articles/the-renminbi-rises-but-will-not-rival-the-dollar/>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

RAND CORPORATION. Project Air Force: An Interactive Look at the US-China Military Scorecard. Rand, sep. 2015. Disponível em: <<http://www.rand.org/paf/projects/us-china-scorecard.html>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

RANDLE, D; BADURA, R; MURPHY, O. Strategic Directions for the United States International Development Finance Corporation (DFC). *CSIS.ORG*, 24 Sep. 2019. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/strategic-directions-united-states-international-development-finance-corporation-dfc>>. Acesso em: 20 out. 2021.

REUTERS. U.S. trade chief Tai seeks talks with China, won't rule out new tariff actions. *Reuters*, 04 oct. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/bidens-new-china-trade-plan-echoes-trumps-assumes-beijing-wont-change-2021-10-04/>. Acesso em: 20 oct. 2021.

REUTERS. China to establish \$40 billion Silk Road infrastructure fund. *Reuters*, 08 nov. 2014. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-diplomacy-idUSKBN0IS0BQ20141108>. Acesso em: 20 oct. 2021.

RHODIUM GROUP. Buying the Dip? China's Outbound Investment in 2020. *Rhodium Group*, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://rhg.com/research/chinas-outbound-investment-in-2020/>. Acesso em: 03 nov. 2021.

RIVERA, L. A. Managing "Spoiled" National Identity: War, Tourism, and Memory in Croatia. *American Sociological Review*, Vol 73, Issue 4, aug. 2008. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000312240807300405>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

ROSALES, O. *El sueño chino*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina; Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2020.

ROSTOW, W.W. The Stages of Economic Growth. *The Economic History Review*, New Series, Vol. 12, No. 1 (1959), p. 1-16.

SADER, E. *Gramsci: poder, política e partido*. (org.) 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SAUTIN, Y. A “New Type of Great Power Relations” revisited. In: China’s “New Era” with Xi Jinping Characteristics, European Council on Foreign Relations, *ecfr.eu*, 15 dec. 2017. Disponível em:

<https://ecfr.eu/publication/chinas_new_era_with_xi_jinping_characteristics7243/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SCHUMACHER, S; SILVER, L. In their own words: What Americans think about China. *Pew Research Center*, 04 mar. 2021. Disponível em:

<<https://www.pewresearch.org/fact-tank/2021/03/04/in-their-own-words-what-americans-think-about-china/>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Disponível em:

<https://www.scimagoir.com/rankings.php?sector=Higher+educ.&country=Asiatic+Region&year=2014>. Acesso em: 05 out. 2021.

SCMP. US debt to China: how big is it and why is it important? 03 dec. 2020.

Disponível em: <https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3112343/us-debt-china-how-big-it-and-why-it-important>. Acesso em: 03 nov. 2021.

SHI-KUPFER, K.; HEILMANN, S. The Potential for Social Unrest, in: HEILMANN, S. (ed.); MERICS. *China’s Political System*. London: Rowman & Littlefield, 2017.

SIIS Project Team. *China’s Diplomacy: Global Strategy (2013-2023)*, Shanghai: *Shanghai Institutes for International Studies*, 2013.

SILVA, D.L.; TIAN, N.; MARKSTEINER, A. Trends in World Military Expenditure, 2020. *SIPRI Fact Sheet*, April, 2021. Disponível em:

<https://www.sipri.org/sites/default/files/2021-04/fs_2104_milex_0.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021.

SILVER, L.; DEVLIN, K; HUANG, C. Unfavorable Views of China Reach Historic Highs in Many Countries. *Pew Research Center*, 06 oct. 2020. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/global/2020/10/06/unfavorable-views-of-china-reach-historic-highs-in-many-countries/>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

SIPRI. The United States leads upward trend in arms exports, Asian and Gulf states arms import up, says SIPRI, *Stockholm International Peace Research Institute (Sipri)* [online] 16 mar, 2015. Disponível em: <<https://www.sipri.org/media/press-release/2015/united-states-leads-upward-trend-arms-exports-asian-and-gulf-states-arms-imports-says-sipri>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

SIPRI. SIPRI Military Expenditure Database. *SIPRI*. Org. 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 03 nov. 2021.

SØRENSEN, C.T.N. The Significance of Xi Jinping’s “Chinese Dream” for Chinese Foreign Policy: From “Tao Guang Yang Hui” to “Fen Fa You Wei”. *Journal of China and International Relations (JCIR)*, vol. 3, No. 1, 2015. Disponível em:

<<https://journals.aau.dk/index.php/jcir/article/view/1146>>. Acesso em: 18 set. 2020.

SPENCE, J. D. *Em busca da China Moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPYKMANN, N.J. *America's Strategy In World Politics: The United States and The Balance of Power*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

STATE COUNCIL. 'Made in China 2025' plan issued. GOV.CN. 19 May 2015. Disponível em:

<http://english.www.gov.cn/policies/latest_releases/2015/05/19/content_281475110703534.htm>. Acesso em: 03 nov. 2021.

STATE COUNCIL. China stresses high-quality development in integrated circuits and software. GOV. cn, 04 aug. 2020. Disponível em:

http://english.www.gov.cn/policies/latestreleases/202008/04/content_WS5f2956b4c6d029c1c26373f1.html. Acesso em: 25 out. 2021.

STEPAN, M; HEILMANN, S. Why China Challenges Popular Assumptions (cap. 1), in HEILMANN, S. (ed.); MERICS. *Chinas's Political System*. London: Rowman & Littlefield, 2017.

STRANGE, S. *States and Markets*. London: Bloomsbury, 2015 (ebook)

SU, X. *Educación de China*. Reforma e Innovación. Pequim: China Intercontinental Press, 2002.

SUTTER, R. G. *Chinese Foreign Relations: power and policy since the Cold War*. 4 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.

SUZUKI, C. et al. China: Qing Society. In: *Encyclopaedia Britannica*. [online].

Disponível em: <<https://global.britannica.com/place/China/Education#toc71022>>. Acesso em: 05 out. 2016.

THE WHITE HOUSE. Fact Sheet: US-ASEAN Economic Engagement. *The White House*, 21 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/11/21/fact-sheet-us-asean-economic-engagement>>. Acesso em: 31 out. 2016.

US-CHINA JOINT COMMUNIQUE. U.S.-China Joint Communiqués: 1972, 1979, 1982. *China on the World Stage: Weighing the U.S. Response Supplementary Documents*. Choices.edu [online], 2017

US DEFENSE. Office of The Secretary of Defense. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China. *US DEFENSE*, 01 nov. 2020. Annual Report to Congress. Disponível em:

<<https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1/-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>>. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China: A Report to Congress Pursuant to the National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2000. *US DEFENSE*, 03 nov. 2021. Disponível em:

<<https://media.defense.gov/2021/Nov/03/2002885874/-1/-1/0/2021-CMPR-FINAL.PDF>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

WALDER, A. G. The Party Elite and China's Trajectory of Change. *China: An International Journal*, Vol. 2, N. 2, pp. 189-209, Sep. 2004. Disponível em: <<https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S0219747204000111>> Acesso em: 11 jan. 2020.

WANG, H. H. *The Chinese Dream: The Rise of the World's Largest Middle Class and What it Means to You*. Oakland: Berrett-Koehler Publishers, 2010.

WANG, J. China's Search for a Grand Strategy. *Foreign Affairs*, 20 feb. 2011. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2011-02-20/chinas-search-grand-strategy>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

WANG, Z. *Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. [ebook]. New York: Columbia University Press, 2012.

WILLIAMS, W. A. *Empire as a way of life*. New York: Ig Publishing, 2007.

WHITE, H. US as first among equals not good enough for China. *East Asia Forum*, Canberra, 2013. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2013/08/27/us-as-first-among-equals-not-good-enough-for-china/>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

WHITE PAPER. China and the World in the New Era. *The State Council Information Office of the People's Republic of China* [online], 27 sep. 2019. Disponível em: <http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201909/27/content_WS5d8d80f9c6d0bcf8c4c142ef.html>. Acesso em: 28 jun. 2020.

_____. Full Text: China's National Defense in the New Era. 1.ed. The State Council Information Office of the People's Republic of China, 24 Jul. 2019. Disponível em: <https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html>. Acesso em: 02 nov. 2021.

WORLD BANK GROUP. Global Economic Prospects: Broad-Based Upturn, but for How Long? World Bank Group, 2018. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/28932/9781464811630.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2021.

WORLD BANK OPEN DATA. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>> Acesso em: 03 nov. 2021.

XI, J. Promova solidamente a prosperidade comum (扎实推动共同富裕). QSTheory, 15 oct. 2021. Disponível em: http://www.qstheory.cn/dukan/qs/2021-10/15/c_1127959365.htm. Acesso em: 20 out. 2021.

XIAOPING, D. Build Socialism with Chinese Characteristics. 1984. Disponível em: <http://academics.wellesley.edu/Polisci/wj/China/Deng/Building.htm>, acesso em: 20 out. 2021.

XINHUA. Full text of resolution on amendment to CPC Constitution. *Xinhuanet* [online], 24 oct. 2017. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2017-10/24/c_136702726.htm>. Acesso em: 15 jul. 2019.

_____. CPC newspaper says China should "grasp historic opportunity". *Xinhuanet* [online], 15 jan. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-01/15/c_136897189.htm>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. Xi Focus: Xi stresses improving China's international communication capacity. *Xinhuanet* [online], 01 jun. 2021. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2021-06/01/c_139983105.htm>. Acesso em: 14 sep. 2021.

XINHUANET.CN. “三个前所未有”：当代中国历史方位的科学论断. *Xinhuanet.CN*. [online], 2015. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/politics/2015-11/08/c_128405116.htm>. Acesso em: 11 nov. 2019.

ZHANG, S.; MCGHEE, D. *China's Ethical Revolution and Regaining Legitimacy: Reforming the Communist Party through its Public Servant*. (Ebook). Cham: Palgrave Macmillan, 2017.

ZHAO, T. Rethinking Empire from a Chinese Concept 'All-under-Heaven' (Tianxia). *Social Identities*, vol. 12, n. 1, p. 29-41, Jan. 2006. Disponível em <<http://www.ou.edu/uschina/texts/Zhao.2006.SI.Tianxia.pdf>>. Acesso em: 17 abril 2016.